



Édis Mafra Lapolli
William Roslindo Paranhos
Inara Antunes Vieira Willerding

DIVERSIDADES **O BÊ-Á-BÁ PARA A** **COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS**



PANDION
ACADÊMICA



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Áureo dos Santos (Unisul – Santa Catarina)

Prof. D,Sc. Fabiano Armellini (Polytechnique Montréal - Canadá)

Prof. Dr. Fábio Viana Gama (School of Business, Engineering and
Science - Halmstad University – Suécia)

Prof.a Dra. Gertrudes Aparecida Dandolini (UFSC)

Prof.^a Dra. Juliana Lapolli (FNH-Pernambuco)

Prof.a Dra. Liane da Silva Bueno (UNIARP – Santa Catarina)

Prof. Dr. Marcus Praxedes (UFRB - Bahia)

Prof.^a Dra. Rosane de F. Antunes Obregon (UFMA - Maranhão)

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI - Piauí)

Édis Mafra Lapolli
William Roslindo Paranhos
Inara Antunes Vieira Willerding

DIVERSIDADES
O BÊ-Á-BÁ PARA A
COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS



PANDION
ACADÊMICA

© 2022, ÉDIS MAFRA LAPOLLI
WILLIAM ROSLINDO PARANHOS
INARA ANTUNES VIEIRA WILLERDING

Ilustrações: Márcia Cattoi

Este *e-book* está licenciado por uma Licença Creative Commons –
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

O conteúdo deste livro é de responsabilidade dos autores.

Nota: Neste *e-book* utiliza-se linguagem neutra.

L315b Lapolli, Édis Mafra
DIVERSIDADES: O BÊ-Á-BÁ PARA A COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS
[recurso eletrônico] / Édis Mafra Lapolli, William Roslindo Paranhos, Inara Antunes
Vieira Willerding; Conselho editorial Áureo dos Santos ... [et al]. – 1. ed. – Florianópolis:
Pandion, 2022. 144 p.

Formato: PDF
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: <http://editorapandion.com/>
Inclui referências
ISBN: 978-65-86527-09-4 (e-book)

1. Diversidade. 2. Diferença. 3. Diversidade no ambiente de trabalho.
4. Desigualdades sociais. 5. Identidade social. 6. Direitos humanos.
I. Paranhos, William Roslindo. II. Willerding, Inara Antunes Vieira.
III. Título.

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

ISBN: 978-65-86527-09-4 (e-book)



1a edição pela Editora Pandion

2022



*A diversidade garante que crianças possam sonhar,
sem colocar fronteiras ou barreiras
para o futuro e os sonhos delas.*

(Malala Yousafzai)



SUMÁRIO

PREFÁCIO 8

APRESENTAÇÃO 11

**UMA PRIMEIRA PARADA ANTES DE
COMEÇARMOS A LEITURA: AS CONSTRUÇÕES
SOCIAIS** 15

CAPÍTULO 1 | COMO TUDO COMEÇOU... 20

DISPOSITIVOS BASILARES.....	21
Binarismo estrutural.....	22
Etnocentrismo.....	26
Patriarcado e patriarcalismo.....	29
A peça-chave: tendência à normalização.....	30
Novas existências: as minorias.....	33
Como assim, “minorias”?.....	38

**CAPÍTULO 2 | ELO INDISSOLÚVEL: DIVERSIDADE,
DIFERENÇA E IDENTIDADE** 50

CAPÍTULO 3 | E ESSA TAL DIVERSIDADE... 60

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	62
DIVERSIDADE GERACIONAL/ETÁRIA.....	66
DIVERSIDADE DE GÊNEROS.....	69

DIVERSIDADE SEXUAL.....	72
DIVERSIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)...	74
DIVERSIDADE CULTURAL.....	77

CAPÍTULO 4 | MAS PARA QUE TUDO ISSO? 81

CAPÍTULO 5 | “PESSOA NEGRA, LGBTQIA+, COM DEFICIÊNCIA, GORDA E POBRE: INTERSECCIONALIDADE, CORRETO?”. ERRADO! 97

CAPÍTULO 6 | VOCÊ NÃO SABE O QUE É “LUGAR DE FALA” 109

CAPÍTULO 7 | DIVERSIDADE É SEMPRE O AMANHÃ! 119

DIFERENÇA COMO EXPERIÊNCIA.....	123
DIFERENÇA COMO RELAÇÃO SOCIAL.....	124
DIFERENÇA COMO SUBJETIVIDADE.....	124
DIFERENÇA COMO IDENTIDADE.....	125

POSFÁCIO | NOSSO CAMINHAR: PARA ONDE VAMOS? 127

REFERÊNCIAS 130

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS 141

PREFÁCIO

QUAL O LÉXICO DAS LUTAS POR RECONHECIMENTO?

A guerra contra a inclusão das categorias “gênero” e “sexualidades” nas reflexões escolares vive um novo momento. O inimigo agora é a linguagem neutra. Deputados apresentam projetos de lei contra o uso da “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, nos cursos de língua portuguesa, no ensino básico e superior. O poder executivo proíbe seu uso em todas as esferas do Estado. Religiosos somam-se ao coro e acusam as pessoas adeptas da linguagem neutra de conluio com o capeta. Certamente, se este livro tivesse demorado um pouco mais para ser publicado, incluiria em seus capítulos o bê-á-bá da linguagem neutra. Mas o espírito do livro oferece elementos e reflexões suficientes para lermos a conjuntura e nos dá ferramentas de análise para compreender que a disputa em torno da linguagem (binária ou neutra) insere-se nas lutas sobre os sentidos que atribuímos às vidas que merecem não sucumbir.

O livro **DIVERSIDADES: O BÊ-Á-BÁ PARA A COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS** não é sobre populações gays, trans, lésbicas. O livro também não é sobre mulheres negras, feminismos, diferença e diversidade. Não é exclusivamente sobre uma população. Ao mesmo tempo, tudo o que vocês lerão é atravessado por essas existências. É como se alguém te falasse: “Vou te contar uma história. Será a história da nova alfabetização política. Vou te contar por que as palavras fazem coisas e como precisamos inventar novas palavras para deixar a vida fluir. Seres antes confinados à prisão da binaridade agora dizem: existimos, “queremos e merecemos vidas não precárias”.

O livro não é sobre uma população específica. Gays, lésbicas, mulheres negras, mulheres indígenas, pessoas trans estão em suas páginas e nos ajudam a (re)escrever o mundo. Embora essas populações povoem as linhas e capítulos, fiquei com a imagem da floresta, e não da árvore, em minha mente ao terminá-lo. Uma floresta povoada por seres de todas as cores, formas e desejos. Uma floresta bonita por sua diversidade.

Nos últimos anos, engajamentos em pesquisas e ativismos problematizaram o sentido político das identidades construídas como “normais”. A patologização de identidades que não correspondem ao desejo da norma foi um recurso acionado pelo poder para negar reconhecimento pleno às pessoas que, com suas existências, questionavam essa mesma norma. O enfrentamento com a norma acontece em todos os espaços: da esfera íntima (no espaço da casa) à pública. Ao longo desse enfrentamento, novos conceitos e termos foram (e seguem) sendo cunhados.

Ao mesmo tempo, notamos que novas metodologias de análise, a exemplo da interseccionalidade, são habilitadas para nos ajudar a desconstruir os universais. Nada do que eu disse até aqui é novidade. Mas é preciso continuar dizendo: nossas disputas (nas famílias, no Estado, nas universidades) acontecem em torno dos sentidos que conferimos ao humano. Como explicar que um jovem negro tenha sido espancado até a morte porque pediu que o patrão lhe pagasse os dias de traba-

Iho? O caso do jovem congolês Moïse nos coloca diante do horror do racismo, que segue operando nas subjetividades e distribuindo diferencialmente atos de reconhecimento a partir da cor da pele, do formato do nariz e do cabelo.

DIVERSIDADES: O BÊ-Á-BÁ PARA A COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS é sobre aprender a ler o mundo com novas ferramentas, novos conceitos. É uma pausa para nos lembrar de que temos feito coisas extraordinárias na miudeza de nossas vidas, como professores, pesquisadores, ativistas. Estamos no mundo, pensando-o e transformando-o.

Dra. Berenice Bento

Departamento de Sociologia/UnB - Professora Associada

APRESENTAÇÃO

Em um primeiro momento, talvez este livro cause estranheza às pessoas da academia. Também à primeira impressão, as pessoas militantes dos direitos humanos e das diversidades podem não perceber o ato político contido nele. As organizações, com fome de fazer e de produzir cada vez mais, talvez não consigam enxergar, logo de início, a necessidade deste.

Às pessoas em geral, de todas as áreas, de todos os saberes, de todos os viveres e querereres, pedimos atenção, pois este conteúdo, possivelmente, lhes trará um entendimento até então não conquistado.

Por isso queremos apresentar nossa obra.

As discussões acerca da temática de diversidades ocorrem com cada vez mais frequência. Nos âmbitos das organizações, da academia, da escola, das mídias ou das redes sociais, a diversidade tem estado presente, de forma bastante expressiva, no cenário social. Percebendo tal fenômeno, surgem algumas indagações: será que as pessoas sabem o que é, de fato, a diversidade? Isso tudo é novo, não é? Por qual motivo essas discussões são importantes? E os grupos minorizados, se eles, na verdade, representam uma parcela maior da população, por

que são chamados dessa forma? Quem são essas pessoas? É preciso mesmo falar sobre isso?

Nós, pessoas autoras, representamos uma parcela dessa população. Por conta da nossa caminhada no âmbito acadêmico, notamos a necessidade de uma obra que possibilite um entendimento facilitado a respeito do tema, apontando, porém, toda a sua constituição histórica e complexa e demonstrando a importância de debatê-lo, além de indicar formas de fazer isso. Por essa razão, decidimos usar a analogia do “bê-á-bá”, que remonta aos nossos tempos de alfabetização durante a educação infantil, em que aquilo que é básico nos é mostrado para que, a partir dele, consigamos construir redes mais complexas e desenvolver nossos potenciais cognitivos e intelectuais. Porém, há que destacar essa presença necessária daquilo que é básico.

O termo “básico” refere-se àquilo que é base, basilar, estrutural, ou ainda ao que é simples. Metaforicamente, traduz o que é mais importante, fundamental, primordial, essencial. Ora, uma casa não se constrói sem o fundamento. Um prédio não é erguido sem que existam vigas e pilares estruturais que, mesmo invisíveis, possibilitarão sua engenharia. Assim também ocorre com o conhecimento e com todos os tipos de informação que o compõem. Retornando às diversidades, e continuando pela perspectiva da analogia com a construção civil, percebemos que muitas pessoas têm construído telhados, finalizado a parte de acabamentos ou até mesmo decorado a casa sem sequer utilizar ferros ou tijolos para erguê-la. Provavelmente a casa vai desmoronar.

É importante destacar que em momento algum estamos indo contra as fases posteriores da pauta das diversidades, que se equiparam às etapas finais da construção de uma casa, mas queremos alertar para o fato de que não podemos, e não devemos, definir ações afirmativas, desenvolver diagnósticos e programas de inclusão, propor legislações relacionadas ao tema, entre tantas outras coisas, se não soubermos o que de fato é a diversidade, como ela nasce, do que ela trata, quem ela representa, por que ela existe e, em posse dessas informações, refletirmos acerca do tema.

Outro ponto importante e que merece destaque é o entendimento do termo “básico” relacionado ao conceito de simplicidade. Nosso papel, enquanto pessoas pesquisadoras, o papel da academia como um todo, é o de produzir conhecimento a fim de promover mudanças benéficas e positivas no contexto social. Ou seja, é o de contribuir, de maneira direta, para a vida das pessoas.

Entretanto, quando redigimos nossos textos, produzimos e publicamos nossos estudos e utilizamos uma linguagem extremamente rebuscada, para não dizer difícil, estamos indo contra a nossa principal função. Em se tratando de diversidade, que está diretamente relacionada com a pauta da inclusão, estamos deixando de incluir, ou mesmo excluindo, muitas pessoas que não conseguem compreender aquilo que escrevemos. Essa é uma reformulação necessária, há tempos defendida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) em sua “baixa teoria” e destacada por Halberstam (2020), e é por meio dela que representaremos o grande ato político desta obra, tornando-a acessível, esclarecedora, promovendo a inclusão.


Talvez não exista nada mais político – não de uma perspectiva partidária, mas da perspectiva social, que deve sim encontrar morada dentro das instituições de ensino e nos mais variados espaços da vida social – do que disseminar o conhecimento, a fim de que as pessoas possam se instrumentalizar, estruturar sua consciência crítica e, a partir daí, se enxergar e se compreender enquanto pessoas libertas, autônomas e não oprimidas, numa clássica, utópica e necessária definição do educador Paulo Freire.

Por fim, queremos afirmar que o que propomos aqui hoje é um ponto de partida. É proporcionar informações e conhecimentos suficientes para que as diversidades sejam percebidas a partir de outra ótica. Porém, entendemos que um livro, um único livro, por maior que seja, é muito pequeno para que aborde todos os temas, assuntos, questões, vieses que se entrecruzam, se atravessam, se encontram e se desencontram com as diversidades, pois, ao tratar dessa temática, estamos lidando com os aspectos subjetivos, diretamente ligados à integralidade humana, e dessa forma não há maneira de esgotá-la.

A cada (re)falar, (des)formar, (des)construir, estamos nos (re)questionando e indo além, aprofundando, já que esse é um processo sem fim. Diversidade não é algo estático, rígido, limitado, um ponto aonde se pode chegar. Conforme disse um dia Munanga (2013), qualquer debate acerca das identidades diversas se concretiza em uma dinâmica de fluxos e refluxos do pensamento, ou seja, do pensar e do repensar – e não o repensar como o ato de pensar de novo, mas como um ato de (des)pensar aquele primeiro pensamento para, posteriormente, formar um novo. Diversidade é fluidez, é indefinição, é o caminho e todas as estradas que nele se cruzam.



UMA PRIMEIRA PARADA ANTES DE COMEÇARMOS A LEITURA: AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS



Enquanto pessoas pesquisadoras que somos, fazemos uso da linguagem, a todo instante, para representar os indícios obtidos em nossas investigações. Assim, encontramos nos significados das palavras e dos dizeres uma potência bastante expressiva. Ao olharmos para o termo “construção social”, é quase instantâneo o ato cognitivo de dividir o termo e separá-lo em dois. Aproveitando essa prática “automática” do cérebro, vamos analisar as duas palavras separadamente.

A palavra “construção” se relaciona com o conjunto de atividades desenvolvidas para que algo novo possa ser criado, tornando-se o resultado do ato de “construir”, que, por sua vez, deriva do latim “*construire*”, que significa levantar, acumular, edificar. O termo “social” está vinculado a todas as questões que dizem respeito à comunidade, à sociedade humana e aos relacionamentos nelas estabelecidos. A palavra está diretamente ligada com “sociedade”, que, do latim *societas*, significa associação “amistosa com outros”. Feitas as análises separadamente, voltamos à união das palavras, a fim de que possamos compreender o termo.

Podemos empiricamente – ao nos basearmos na experiência e

na observação – afirmar que o conceito de construção social discorre sobre todos os aspectos que são criados pelas pessoas, que vão se somando e se acumulando com o passar dos anos e que são difundidos entre os relacionamentos, fato que podemos ilustrar pela conhecida expressão “passado de geração em geração”. Sim, em síntese, é exatamente isso que o termo significa; contudo, não podemos utilizá-lo ou interpretá-lo de maneira tão simplista.

Porém, antes de avançarmos, nós queremos convidar você a fazer parte de uma experiência. Para isso, precisamos que leia os tópicos a seguir, um a um, sendo que, sempre que acabar a leitura do primeiro, reflita, responda mentalmente e só então passe para o seguinte. Combinado? Vamos lá:

- O que você está segurando em suas mãos?
- Se estiver lendo este livro em um *notebook*, em um *tablet* ou em outros aparelhos que possibilitem a sua leitura, ou ainda se estiver com a cópia impressa, você provavelmente deve ter respondido, na pergunta anterior, que está segurando um livro, um *notebook*, um *tablet* ou o nome de outro aparelho, certo? Perfeito. A fim de facilitar o nosso trabalho, vamos, daqui por diante, nos referir ao objeto que está em suas mãos como “livro”, mas você pode chamá-lo pelo nome do outro objeto de que estiver fazendo uso. Passe para o tópico seguinte.
 - E por qual razão isso que você está segurando é um livro?
 - Provavelmente, você respondeu que é porque ele tem páginas, porque é feito para ler ou porque é uma obra escrita, não é mesmo? Vá para o próximo item.
 - Concorda comigo que você chama o livro de “livro” porque lhe ensinaram que ele se chama assim?
 - E se tivessem ensinado a você que o livro, na realidade, se chama “carro”, o que nos diria que está segurando em suas mãos?
 - Quase com 100% de certeza você deve ter respondido que chamaria o livro de “carro”.

Se você fez o exercício proposto e chegou à conclusão que nós imaginamos, concorda conosco que: 1) se o livro só se chama “livro”

porque nos ensinaram que ele se chama assim; 2) se tivéssemos aprendido que ele se chama “carro”, diríamos que estamos lendo um carro; 3) então podemos afirmar que o livro não é nada mais do que uma construção social? Assim como a casa, a escola, o avião, as roupas, as pessoas, os costumes, as culturas, os sexos, os gêneros, as identidades, a infância, a adolescência, a fase adulta, o lugar, o tempo, o dinheiro... Tudo não passa de uma “criação inteiramente social” (SCOTT, 1995, p. 75), ou seja, uma construção social. Agora, vamos retornar à complexidade que o conceito carrega em si.

No desenvolvimento de uma construção social, percebem-se diversos pontos que podem modificá-la das mais diferentes formas, sempre na perspectiva contextual. Queremos dizer com isso, contando com a ajuda da professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes (2007, 2012) – primeira mulher negra a comandar uma universidade pública federal, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –, que estão presentes, em uma única construção, aspectos como história, cultura, política, diferenças que sejam observáveis a olho nu, bem como todas aquelas que não podem ser enxergadas – aspectos subjetivos –, cronologia, pessoas envolvidas, entre outros.

Diante desse cenário, podemos concluir que uma mesma construção social pode ser percebida, entendida e reconhecida de diferentes modos, dependendo do contexto em que se insere. Para grande parte das comunidades indígenas, por exemplo, não existe uma distinção acerca da diversidade sexual, sendo que, na visão delas, identidades LGBTQIA+ são uma “invenção” do homem branco. Para muitas pessoas indígenas, é comum que existam relações interpessoais, independentemente de gênero e sexo biológico, ficando as divisões a cargo da cultura das pessoas brancas. A linguagem é uma outra excelente representação daquilo que se constrói socialmente. A palavra “bicha”, em Portugal, designa uma fila de pessoas, seja no banco, no metrô ou na padaria. Já no Brasil, o termo, às vezes cunhado de forma pejorativa, é utilizado para identificar um homem cis homossexual. Desse modo, podemos pensar que as construções sociais possuem o poder de cons-

truir e de reconstruir a história, operando por meio de fenômenos implícitos ou explícitos, tácitos ou manifestos, subjetivos ou objetivos.

Após ser criada, a construção social passa a operar de diversas maneiras e em vários níveis. O primeiro e o mais importante deles – ao considerar que estará na base de todos os demais – é o nível inconsciente. Quando entramos em contato com uma construção social, ela é, com o passar do tempo e com o ato de reforçar tal construção, cristalizada em nosso inconsciente, ou seja, torna-se algo fixo, estático, imóvel. Assim, muitas das coisas que vemos, percebemos, ouvimos e respondemos são automáticas, da mesma forma que quando lhe perguntamos como se chama esse objeto que está nas suas mãos e, sem pestanejar, você respondeu: livro.


Em sua tese de doutorado, Penna (2014) discutiu os aspectos ligados ao inconsciente, percepções que são de grande contribuição para a compreensão acerca dos mecanismos inerentes às construções sociais, bem como para a possibilidade de encará-las como dispositivo (FOUCAULT, 2014a). Em um nível individual, assim como apontamos anteriormente, a construção social cristalizada no inconsciente terá o poder de comandar o desenvolvimento de inúmeros processos automáticos dos quais não estaremos conscientes. Posteriormente, ao considerarmos as pessoas como seres altamente sociáveis e que necessitam de uma relacionalidade para viver (FABIO, 2016), podemos dizer que, nessas relações, além de termos pessoas se relacionando, há um grande conglomerado de inconscientes que estão, a todo instante, operando sem que as pessoas se deem conta. Esse conglomerado é chamado de inconsciente social.

Os vieses inconscientes presentes numa pessoa são identificados pelos vieses inconscientes de outra pessoa, e nessa relação alguns inconscientes se atraem e outros se repelem. Quando temos a atração dos inconscientes, ou seja, quando eles convergem em um mesmo ponto específico, em torno de uma mesma ideia, surgirão as convenções sociais. Uma convenção está relacionada com o acordo acerca de determinada atividade, ideia, assunto, que obedecerá a entendimentos prévios e normas que se baseiam nas experiências individuais.


Essa explicação nos faz entender o porquê de determinados grupos gostarem de rock, outros gostarem de samba. Ela nos ajuda a compreender por que, nas diferentes situações, pessoas se unem para ouvir, dançar, cantar e curtir aquele ritmo, e por que, em torno dele, conseguem criar relações de amizade mais facilmente. Outro exemplo está ligado aos fenômenos da internet, quando os chamados “memes” viralizam e todas as pessoas começam a falar deles, ou ainda aos debates de determinados assuntos, em que milhares de pessoas se reúnem para apoiar e defender o lado A ou o lado B. Todas, repetimos, todas essas situações representam convenções sociais que são, na realidade, o conjunto de construções sociais individuais afins.

É importante que, ao dar seguimento à leitura desta obra, bem como ao lidar com a temática de diversidade e diversidades no seu dia a dia, você tenha em mente que tudo, todas as coisas, as situações e os fenômenos que estão ao nosso redor, são, na realidade, construções sociais, pelo fato de algum dia terem sido criadas (inventadas ou percebidas), nomeadas (por alguém), e de poderem mudar de significado de um lugar para o outro. Dada essa importância, sugerimos que você reflita bastante sobre tal perspectiva, pois ela é essencial para que possamos começar a afirmar que sabemos o que significa o conceito de diversidade e para que possamos trabalhar com ele.

COMO TUDO COMEÇOU...



Ao definir o ponto de partida de nossa obra, refletindo acerca das construções sociais e de como elas estão intrinsecamente ligadas com os contextos nos quais surgem e se (re)formulam, acreditamos já ser possível adentrarmos o tema central deste livro e falar sobre as diversidades. No entanto, ao compreender que as diversidades são também construções sociais, e que por essa razão se deram em determinado contexto, daremos início a um resgate histórico e social, a fim de contextualizar seu surgimento.



O conceito de diversidade não nasce sendo conhecido como diversidade. Infelizmente sua gênese está diretamente ligada a um movimento reativo (SANTOS, 2014), contrário aos atos de exclusão, violência, marginalização e invisibilização de milhares de pessoas ao redor do mundo, razão pela qual, como veremos mais adiante, se fazem tão importantes a luta e a pauta diária dos movimentos identitários pelo reconhecimento das diversidades. Essas pessoas (re)existem desde sempre e tem de cumprir diariamente com essa árdua tarefa, de modo que lhes sejam garantidos seus direitos e seu reconhecimento.

Esta contextualização está dividida da seguinte forma: primeiro, abordaremos alguns dos dispositivos basilares que fazem parte da constituição subjetiva da humanidade, assim como de seu inconsciente social, e que estão na raiz do processo; posteriormente, realizaremos uma breve e necessária descrição a respeito dos marcos históricos que integram esse processo de exclusão; e, por fim, apresentaremos os principais motivos que “colaboram” com esse surgimento.

DISPOSITIVOS BASILARES

Entre tantos outros termos possíveis de serem utilizados, por que a necessidade de “dispositivos”? Logicamente, como nada é por acaso e como o nosso intuito é que esta obra lhe dê subsídios suficientes para compreender, de fato, o que significa “diversidade” e todos os campos que estão nela atravessados e convergidos, devemos aqui abordar o uso da terminologia. Na realidade, primeiramente, deixaremos que o autor que dela faz uso, Foucault (2014a, p. 244), a explique:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos [...].

Desse modo, dispositivo seria, para Foucault, um termo que se refere a vários mecanismos institucionais, administráveis, que operem por meio do conhecimento, do consciente e do inconsciente, palpáveis ou subjetivos, e que possibilitem a potencialização e a manutenção do exercício de poder dentro do contexto social.

Binarismo estrutural

Bom ou ruim. Bem ou mal. Bonito ou feio. Certo ou errado. Ganha ou perde. *Leontopithecus rosalia* (nome científico do mico-leão-dourado, que se divide em gênero e espécie). Macho e fêmea. Homem e mulher. 0101010101 (sistema de código binário da linguagem de programação). Esquerda ou direita.

Todas as pessoas lidam, ou já lidaram, com essas questões. Em um jogo, há sempre aquele agrupamento de pessoas que ganha e um outro que perde, e nessa relação, geralmente, há um grupo que sai feliz e extasiado e outro que termina entristecido. Em um relacionamento, seja de qual tipo for, é natural que surjam certos atritos – afinal, frequentemente acabamos nos desentendendo com aquelas pessoas de quem gostamos. Nesses desentendimentos, quase sempre buscamos comprovar que estamos corretos e que a outra pessoa está errada – o que quase sempre faz com que a discussão se torne infinita.

Alguma vez você já se questionou por qual razão temos essa tendência a possibilitar duas opções, dois caminhos, duas saídas? Será que realmente tudo deve ocorrer dessa maneira, ou podem surgir terceiras, quartas ou até quintas opções, vias que proporcionem novos entendimentos, novas possibilidades? Por que, quase sempre, um dos lados está ligado a uma perspectiva positiva – ser bom, estar certo, ganhar –, e o outro, a um entendimento negativo – ser ruim, estar errado, perder?

Agora que já entendemos o que é uma construção social, podemos concordar que todos esses exemplos aqui destacados, bem como tantos outros que você queira enumerar, também podem e devem ser encarados como socialmente construídos. Partindo dessa lógica, possivelmente ficará mais fácil compreender que por tal razão temos essa tendência dual, ou seja, uma coisa ou outra, que aparece sem que nem pensemos sobre ela, haja vista o fato de estar cristalizada em nosso inconsciente.

Tais binarismos, assim como tudo na vida, devem ser contextualizados e localizados, a fim de que possamos compreender esse fenô-

meno que simplesmente “acontece” sem que tenhamos controle sobre ele. Nós, enquanto sociedade, possuímos uma estrutura fortemente ligada aos aspectos binários, ou binarismos, e é acerca desse ponto que vamos, e que precisamos, debater um pouco agora.

Aristócles, mundialmente conhecido e reconhecido, até hoje, como Platão, nasceu em Atenas no ano de 428 a.C. e morreu em 348 a.C. Filho de uma família com posses, Platão pôde dedicar-se, durante toda a vida, aos estudos da filosofia. Em sua busca incessante por conhecimento, o ainda jovem estudante conheceu aquele que seria seu grande mentor e seu grande amado, Sócrates – Platão vivia um caso de amor-delírio para com o seu mestre (OLIVEIRA, 2012), de onde surge a expressão “amor-platônico”, tanto que a maioria de seus textos são diálogos que estabelecia com Sócrates, e era este a personagem principal (MORAVCSIK, 2006).

No diálogo *Fredo*, Platão descreve duas figuras da Grécia antiga, os deuses Apolo e Dionísio, como opostos que habitam um mesmo ser e vivem em constante combate para governá-lo. De acordo com Oliveira (2012, p. 177): “Apolo e Dionísio eram duas entidades universais, antitéticas e complementares. Como manifestações de um mesmo ser, o apolíneo organiza e contém o ímpeto e o turbilhão dionisiaco”, momento que marca as primeiras investigações do filósofo acerca do conceito de alma. Assim, a partir da era platônica, as pessoas não eram mais compreendidas como seres únicos, mas como seres dúbios, binários, que possuíam um corpo físico e um corpo etéreo, a alma, sendo esta última uma força natural e inerente a todas as pessoas.

Outro texto de extrema importância desse mesmo filósofo, e que contribui, sobremaneira, com a base binária que nos constitui, se encontra no que talvez seja o mais famoso de seus escritos, o Mito da Caverna, presente no livro VII da *República*. Em síntese, a parábola trata de um homem que morava no interior de uma caverna escura, acorrentado junto de outras pessoas, e que, após conseguir se libertar, caminha em direção a uma luz, que com o decorrer de sua jornada vai se tornando cada vez maior e mais intensa, até que ele encontra a

saída da caverna e se depara com a luz do dia. A alegoria é utilizada por Platão para abordar o processo de evolução humana, que caminha do mundo sensível – a caverna – para o mundo inteligível – mundo real (OLIVEIRA, 2012).

Ambas as passagens do filósofo clássico inauguram uma nova escola de pensamento – construção social; são absorvidas pelas pessoas e passam a habitar em seus inconscientes, pautando-se em proposições binárias, da diferença entre um e outro, não chamando a atenção para qualquer tipo de terceira via ou nova possibilidade. É importante destacarmos que não estamos, em momento algum, querendo debater ou discordar da teoria platônica, mas sim que utilizamos fatos históricos para sustentar nossa análise e perspectiva.

Diante desse mesmo posicionamento, adotaremos outro livro histórico para localizar a presença dos binarismos em nossas existências: a bíblia (com inicial minúscula justamente pelo fato de não estarmos citando o livro com apelo religioso ou espiritual). Seja no antigo, seja no novo testamento, a bíblia é composta por inúmeras passagens que demonstram a presença dos binarismos, devendo-se considerar que sua escrita se deu dos anos de 1500 a.C. a 450 a.C. ou 100 a.C. (há um debate sobre a precisão da data entre algumas religiões) – período que compreende a elaboração do antigo testamento – e de 45 d.C. a 110 d.C. para o novo testamento, totalizando um período de quase 1.600 anos, boa parte também já influenciada pela filosofia platônica.

Alguns trechos dos livros trazem situações em que a presença do binarismo é nítida: céu e inferno, morte e vida, corpo e espírito, deus e o diabo, o bem e o mal, são todos elementos colocados uns contra os outros, reforçando o sentido de dubiedade, sem que se torne possível uma escolha diferente. Considerando o fato de estarmos no ocidente do mundo e que o cristianismo reúne cerca de 33% de adeptos – o Brasil, de acordo com pesquisa do Datafolha, possui 84% de cristãos (G1, 2020) –, não há como não ter em conta a contribuição dessas concepções para o binarismo.

A construção social daquilo que entendemos por binário e que perfaz um caráter fixo e permanente acaba sendo cristalizada, como vimos anteriormente, e dirigindo grande parte de nossas atividades inconscientes. Pare agora esta leitura, pegue seu celular ou vá até seu computador e digite no buscador o nome da primeira pessoa famosa que lhe vier à cabeça. Fez isso? Agora responda: em relação a um padrão de beleza preestabelecido socialmente, essa pessoa é o quê? A resposta que nós queremos aqui não é aquela que você só deu depois de uns cinco segundos olhando para a foto e refletindo. Você pode ter absoluta tranquilidade, pois não há ninguém aqui, ninguém mesmo, para julgar os seus pensamentos. A resposta que queremos que você dê é aquela que veio automaticamente, a primeira que passou pela sua cabeça. A grande maioria das pessoas leitoras pensou que essa pessoa famosa é bonita ou feia. E está tudo bem. O que queremos aqui é fazer você entrar em contato com o seu inconsciente.

Agora que percebemos que o binarismo está cristalizado, e muito bem cristalizado, em nosso inconsciente, devemos lembrar que somos pessoas sociais e que em nossa racionalidade estamos colocando os nossos inconscientes para também se relacionarem. Assim, os binarismos se tornam convenções sociais. Retornando aos padrões de beleza, estes só passaram a existir da forma como os conhecemos hoje por conta de binarismos que são construções sociais cristalizadas. Atualmente, você pode ser uma pessoa magra, e assim será bonita, ou gorda, e assim será feia. Ademais, isso definirá se você será desejada ou rejeitada. Se você será contratada ou desclassificada. Se você será isso ou aquilo, uma coisa ou outra. Sim, Platão está presente, de alguma forma, na atual ditadura da beleza.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1995) escreveu um dos textos mais marcantes e transgressores a respeito do conceito de gênero, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Nele, ao abordar essa relação dicotômica do par masculino-feminino – e aqui colocamos o “masculino” em primeiro plano, pois, como aponta Bourdieu (2014, p. 23), “o princípio masculino é tomado como medida

de todas as coisas” –, Scott alerta para a urgência de rejeitar o caráter opositor do binarismo.

O exercício da autoconsciência em torno das bases binárias, ou seja, o exercício da reflexão acerca destas, possibilita a desconstrução de tais preceitos. Além disso, em consonância com os princípios da pedagogia freireana, Scott (1995) atenta para a necessidade de uma análise que leve “em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou autoevidente ou como fazendo parte da natureza das coisas” (SCOTT, 1995, p. 84), possibilitando a formação de um senso crítico estruturado.

Etnocentrismo

Outro dispositivo de extrema importância e profundidade – o qual não vamos focar de maneira exaustiva nesta obra, mas que já deixamos como indicação para pesquisas futuras – na vida e nas vivências de todas as pessoas durante sua caminhada é o da significação. Através do significado a tudo: a uma imagem que nos lembra alguém, a uma música que nos desperta emoções, a um filme que nos faz recordar uma pessoa amada. É importante fixar que todas essas significações são, na realidade, uma construção social – “social” no momento em que ligamos a construção a algo, a alguém ou a alguma coisa que está fora de nós – que opera de maneira evidente em nosso inconsciente, podendo chegar a desenvolver “sintomas” bastante aparentes.

Ao dar significado, ou sentido, para as coisas, as pessoas vão criando um grande conjunto de significados, que se unem ou se encontram com os significados das outras pessoas – até pelo fato de serem construções sociais –, formando grandes teias. Essas teias, segundo Geertz (2008), são aquilo que podemos chamar de cultura, pois possibilitam agrupamentos em torno de um determinado significado, um afastamento do outro, regulando todo o *modus operandi* – modo pelo qual uma pessoa ou uma organização desenvolve suas atividades ou

opera – social. Aí está estruturada a cultura de um povo, sendo que a formação de várias culturas diferentes e distintas contribui para a diversidade cultural, presente em toda a história da humanidade (BARRETO *et al.*, 2010).

Formada pela justaposição de dois termos, a palavra “etnocentrismo” é a junção do grego “*ethnos*” – que significa nação, tribo ou comunidade de pessoas que vivem juntas, em agrupamentos – e “centrismo” – que está relacionado com algo que indica o centro. Dessa maneira, etnocentrismo seria a nação, a tribo ou a comunidade de pessoas que vivem juntas e que se voltam para o seu centro, e podemos dizer que, ao olharem para esse centro, essas pessoas estão, na verdade, convergindo em torno de um mesmo conjunto de significados, ou, como já sabemos, de sua cultura. No entanto, a definição de etnocentrismo deve ir além de sua morfologia, tornando-se importante observar todo o contexto no qual ela se forma.

Retrocedendo algumas centenas ou milhares de anos, imagine-mos que somos pessoas que compõem determinado povo antigo. É evidente que, naquela época, não existia um milésimo da informação a que temos acesso hoje. Assim, era muito comum que as pessoas tivessem a compreensão de que o seu povo era o único povo existente, assim como a sua cultura e todas as construções sociais que já a compunham.

No entanto, dados os movimentos migratórios e os povos nômades, os diferentes povos foram tomando conhecimento acerca da existência de outros. Nesse momento de contato, tensões são geradas e acabam culminando em uma reação diante da alteridade (natureza daquilo que é de outra pessoa) – ou seja, essa alteridade causa estranheza e, por conseguinte, algum tipo de reação, podendo ser ela positiva ou negativa.

É preciso que neste momento chamemos a atenção para esse tensionamento relacional. Quando determinados grupos entram em contato uns com os outros, quando pessoas entram em contato, sendo estas estranhas umas às outras, são seus inconscientes, suas crenças,

suas construções sociais já cristalizadas e transformadas em convenções sociais que estão se relacionando e se “estranhando”. É nesse ponto que se iniciam os enfrentamentos que culminam, por diversas vezes, em situações de aversão àquilo que se considera diferente.

O etnocentrismo refere-se ao julgamento a partir de padrões culturais próprios de cada sociedade, como “certo’ ou ‘errado’, ‘feio’ ou ‘bonito’, ‘normal’ ou ‘anormal’, a tal ponto que chega a negação da humanidade [...]” (BARRETO *et al.*, 2010, p. 52). Nessa afirmação dos autores, fica evidente como o outro dispositivo basilar do surgimento das diversidades, o binarismo, está contido, atravessado, transversalizado no conceito de etnocentrismo.

Outro ponto importante a ser destacado é que, ainda usando a lógica do “descobrimento” de novas sociedades, em uma fase posterior à estranheza, alguns fatos podem ocorrer. Fugindo da perspectiva binária – em que os povos ou iriam entrar em conflito e distanciar-se, ou iriam aceitar-se mutuamente –, podemos fazer surgir uma nova hipótese em que, com o passar dos tempos, tais agrupamentos mantivessem o zelo em relação a alguns aspectos que convergem em seus processos de identificação.

Um exemplo clássico, e bastante próximo, desse fato é o Brasil. Somos uma grande nação, que “se constituiu” de diferentes formas – e precisamos destacar aqui que, sim, reconhecemos essa “constituição” sempre por meio do uso e abuso de inúmeros grupos, em que a violência foi perpetrada em diferentes níveis, seja para com as várias etnias que foram trazidas para cá com a promessa de trabalho e mesa farta, quando, na verdade, enfrentaram uma difícil condição social - e que hoje ainda mantém vários desses marcadores -, além de fenômenos que se tornaram verdadeiros genocídios, à exemplo dos povos indígenas ou de pessoas negras durante a escravatura. Apesar de nos definirmos enquanto pessoas brasileiras, há enormes divisões entre culturas e costumes, e, dentro de cada uma delas, o etnocentrismo passa a ocorrer mais uma vez, no estranhamento daquilo que é diferente e na definição de que aquilo seja certo ou errado, normal ou anormal.

Patriarcado e patriarcalismo

Recorrendo, mais uma vez, aos estudos da linguagem, podemos definir que a origem da palavra “patriarcado” deriva de dois termos gregos: “*pater*”, que significa “pai”, e “*arkhe*”, que está relacionado com “origem” ou “comando”. Podemos deduzir, então, que patriarcado quer dizer “pai que comanda”, ou “comando que se origina no pai”. E, sim, é realmente isso que o termo significa. O patriarcado está relacionado com a autoridade do homem por meio da figura paterna, a quem é destinada a função de chefe da família.

O sistema social do patriarcado – adiante, veremos o porquê de denominá-lo como sistema – remonta aos tempos da Roma antiga (SAFFIOTI, 2000), onde a autoridade do *pater familias* prevalecia mesmo sobre a autoridade do Estado e durava até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (ENGELS, 1884). Ainda de acordo com Scott (1995), esse sistema obedece a dois princípios básicos: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.

A supremacia masculina, por meio desse dispositivo de poder, considera que as atividades masculinas possuem um valor muito maior em relação às atividades femininas. Ao percebê-la enquanto dispositivo de poder, devemos ter a noção de que ela possui a possibilidade de exercer o controle que, em se tratando da figura feminina, está diretamente ligado com a regulação da autonomia e da sexualidade. É também nesse momento que se estabelecem distintos papéis sociais, em que a figura masculina possui inúmeras vantagens e prerrogativas.

A junção desses aspectos possibilitará que o patriarcado se torne um sistema, o qual chamaremos de patriarcalista. Um sistema é definido pelo conjunto das instituições econômicas, morais e políticas de uma sociedade, às quais as pessoas se subordinam. Quando o patriarcado é absorvido pelo inconsciente social e passa a operar por meio dos vieses inconscientes, lhe é possibilitado não só o poder sobre a família, mas a regulação do *modus operandi* social.

A peça-chave: tendência à normalização

Normalizar está relacionado com tudo aquilo que estabelece ordens para normatizar, padronizar, ordenar. As pessoas possuem uma tendência – construída socialmente – à norma. A norma foi, e é, necessária em muitos aspectos. Devemos criar normas para a distribuição de renda. Devemos criar normas para o acesso igualitário à saúde. Normas são usadas para reivindicar direitos e fazê-los valer. Há uma norma da escrita para que possamos estabelecer uma comunicação por meio das palavras. Porém, há um lado perverso, como diria Foucault, na norma.

Os binarismos são a definição de uma dualidade existencial, estejam eles ligados a coisas, a fatos ou a pessoas. A norma, por si só, (re)cria o binário, pois quando o normal existe – aquilo que já foi normalizado – o anormal passa a existir, e a anormalidade carrega consigo um significado pejorativo extremamente expressivo. Por conta do binarismo que (re)cria a norma e, por conseguinte, define o anormal, existe a normalização de que corpos magros são bonitos, relações heterossexuais são corretas e pessoas que não possuem nenhum tipo de lesão são eficientes, colocando as que possuem como deficientes.

Esses poucos exemplos destacados anteriormente são, na realidade, convenções sociais. Assim, podemos concluir que as construções sociais são cristalizadas. Ao serem cristalizadas, passam a se colocar de forma explícita nas relações, e na relacionalidade elas começam a ser normalizadas, encaradas enquanto normais e, por fim, convencionadas. Contudo, temos que adicionar mais um “porém” neste exato momento. Embora compreender as consequências, por vezes devastadoras, das construções e convenções sociais já nos possibilite um bom reconhecimento no que tange à sua potencialidade negativa, ainda não lhes foram apresentados os dispositivos que utilizam esses fenômenos a fim de assegurar as relações de poder.

A teoria de Foucault inaugura, dentro de uma concepção pós-estruturalista, uma nova perspectiva de compreender o mundo e as rela-

ções nele contidas. O autor aborda conceitos, ainda desconhecidos, que trazem luz sobre muitos “mistérios” até então não desvendados. Entre as mais marcantes, as ideias da biopolítica, do biopoder e da governamentalidade merecem destaque e são as que melhor se adequam à proposta desta obra.

Como mecanismos de governamentalidade, deve-se entender todos aqueles dispositivos que tenham por função o controle e o direcionamento das potencialidades das pessoas, por meio de tecnologias – aqui compreendidas enquanto conjunto de técnicas – de poder, colocando tais potencialidades a serviço das estruturas predominantes em determinado contexto social e econômico. A biopolítica, por sua vez, é o conjunto de biopoderes locais, que tem a população como alvo e instrumento das relações de poder. Dessa maneira, podemos concluir que o biopoder é uma das tecnologias de governamentalidade que permite o controle de populações inteiras (FOUCAULT, 2008).

Quanto ao etnocentrismo, no campo em que se estabelecem as diferenças, são gerados os conceitos de estereótipos e estigmas. Estereótipos são generalizações e/ou atribuições de valor a algumas características de determinado grupo; geralmente negativos, diminuem e menosprezam as diferenças. Os estigmas, por sua vez, estão relacionados a uma forte desaprovação de características ou crenças pessoais contrárias às suas e utilizam estereótipos de maneira negativa, a fim de marginalizar. Acreditamos ser nítida a presença de estereótipos e estigmas na criação dos preconceitos.

Bebendo da diversidade étnico-racial, por exemplo, Munanga (2013, s/p) ilustra esse processo e seus desdobramentos:

Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctonos recém-descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores.

Essa absurda classificação entre raças superiores e inferiores – chamada de racismo, “antiga doutrina protocientífica que afirmava que as diferenças biológicas existentes no interior da espécie humana eram grandes o bastante para diferenciá-la” (BARRETO *et al.*, 2010, p. 56) – provoca efeitos extremamente danosos, e não só em uma perspectiva social da desigualdade. Aqui, o que já serve como um dos vários exemplos que serão abordados ao final desta obra, fica evidente o caráter interdisciplinar – e que possui urgência em tornar-se transdisciplinar – que a diversidade possui ao analisar, pela perspectiva da saúde mental, tais danos. Os colonizadores, ao realizar essa distinção, impondo imagens extremamente negativas aos povos dominados, estavam, na realidade, fazendo uso da mais potente munição de que dispunham. Essa negatividade era – e ainda é – introjetada pelos povos que convencionavam a sua inferioridade.

Em relação ao patriarcalismo, devemos nos debruçar sobre um aspecto considerável de sua formação. Há a presença de uma forte ligação entre o patriarcado e a instituição família (SAFFIOTI, 2000). Ora, agora que sabemos que o patriarcado se relaciona com a autoridade do homem por meio da figura paterna, torna-se muito mais fácil compreender por qual motivo temos hoje a definição da família tradicional, composta por pai, mãe – homem cisgênero heterossexual e mulher cisgênero heterossexual (abordaremos essas definições mais à frente) – e filhos, o que, de fato, não pode ser considerado como modelo ou norma, haja vista o Brasil possuir, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 54 tipos diferentes de configurações familiares.

Enquanto criaturas dotadas de uma capacidade criativa infinita, que na maioria das vezes não percebemos ou reconhecemos, nós conseguimos, inclusive, normalizar aquilo que foi desnormalizado ou desconstruído, porque mais uma vez entramos em um círculo vicioso que se (re)estrutura pelo tripé basilar que apresentamos anteriormente. Lembremos que “[a] diversidade é sempre o amanhã” (PARANHOS, 2021, s/p.), a diversidade é um exercício constante, e infinito, de desconstrução.

O fato é que não queremos e não acreditamos que haja uma necessidade de localizar e sequenciar tais dispositivos, em que o binarismo veio primeiro, e a normalização, depois, e vice-versa. Eles estão entrelaçados, atravessados, agrupados. O necessário é que tenhamos o entendimento de que eles existem, que são todos técnicas de governamentalidade e biopolítica e que estão diretamente ligados às pautas das diversidades. Não há como compreendê-las, não há como falar sobre elas – grupos minorizados que têm a possibilidade de falar a partir da sua vivência – para aquelas pessoas que não compõem esse grupo sem que se tenha a percepção do quanto essas bases estão presentes nas estruturas sociais, (re)alimentando a exclusão ou, ainda, mascarando-a por meio de uma “inclusão disfarçada”.

Novas existências: as minorias

Da mesma maneira que é de suma importância termos uma compreensão sistêmica acerca dos vários dispositivos que nos – também – constituem, devemos buscar esclarecer os caminhos percorridos, em uma perspectiva histórica e cronológica, para que, somando-se com os binarismos, os etnocentrismos, o patriarcalismo e a tendência à normalização, as diversidades, e o conceito de diversidade, surgissem. A característica sistêmica aqui também é incluída a fim de que não negligenciemos um ou outro contexto que contribuíram para tal, mas, pelo contrário, para que os somemos, de modo a abarcar o maior número de aspectos possível.

Para que quebreemos a norma e possamos romper com a epistemologia colonial, começaremos a descrever tais caminhos por aquelas que, constantemente, são apagadas, silenciadas e desautorizadas (RIBEIRO, 2020), seja na academia, seja no contexto social. Tomando emprestados os apontamentos de Akotirene (2020, p. 32), listamos uma série de “intelectuais africanas Oyèronké Oyèwúmi, Bibi Bakare, Sylvia Tamale, Chimamanda Ngozi Adichie, sem rejeitar a descolonização epistêmica, afrocentrada, das pensadoras bell hooks, Angela Davis,

Patricia Hill Collins, Jasbir Puar, Audre Lorde, Alice Walker”, bem como a brasileiríssima e (talvez não tanto quanto deveria e merecia) conceituada Lélia Gonzalez, para que possamos, minimamente, localizar o surgimento das minorias em uma perspectiva epistemológica negra descolonial.

Partindo da última autora citada e de seu conceito de “amefricanidade”, existente antes mesmo de se falar em perspectivas descoloniais, Lélia Gonzalez já utilizava uma abordagem que refuta a “postura missionária da civilização ocidental” (AKOTIRENE, 2020, p. 33), extremamente visível quando pesquisamos, por exemplo, o “descobrimento do Brasil” em qualquer buscador da *web*. A história do Brasil antes de 1500 é apagada – e aí já se expressa uma forma de violência e de opressão contra os povos indígenas que aqui estavam –, da mesma forma que se tende a tornar invisível a história de milhares de pessoas vindas do continente africano e escravizadas, demonstrando mais um processo de dominação e de violência.

Ao falar em continente africano, indagamos a você, pessoa leitora, quantas vezes identificou a história relativa a essa parcela do globo nos currículos regulares da educação? Cite cinco países do continente americano. Agora cite cinco nações do continente europeu. Por fim, pense no nome de cinco países do continente africano. Qual dos exercícios foi o mais difícil de ser completado? Exatamente. Por meio dele, torna-se ainda mais concreto o apagamento histórico, cultural, epistemológico, social, entre tantos outros, relacionado àquela população.

Já no século XV é instituída a escravização moderna, quando as navegações portuguesas, em plena expansão, iniciam o tráfico africano. Note que, neste momento, fazemos questão de localizar o período da escravatura moderna, de 1440 até a publicação da Lei Áurea, justamente para que fique claro que a prática escravagista já vinha ocorrendo anteriormente a essa data. Dessa maneira, desde então, as pessoas negras são tidas como inferiores em relação às brancas, são escravizadas – é muito importante fixarmos esse termo, “escravizadas”, considerando que utilizar “escravas/escravos” levaria a um en-

tendimento de que essas pessoas, na sua essência, seriam escravas, o que, de fato, jamais existiu; essas pessoas foram, de forma violenta, escravizadas, ou seja, foram tornadas escravas –, e já aqui se situa o primeiro processo de separação entre grupos majoritários e minorizados, conceitos que serão destrinchados mais à frente.

Apesar de apontar a necessidade de deslocar as hierarquias científicas, não vamos negar a contextualização histórica colonial ligada ao surgimento do sistema capitalista e da divisão sexual do trabalho (FOUCAULT, 2014b). Sim, esses acontecimentos existem e estão também intimamente conectados com o princípio do conceito de diversidade, quando este ainda nem era pensado e reconhecido, mas já abrigava inúmeras pessoas oprimidas e violentadas.

Da mesma maneira como defendemos o uso do termo “sistema” junto do conceito de patriarcado – originando o patriarcalismo –, o faremos aqui, e pelos mesmos movimentos. “Sistema”, lembremos, define o conjunto de instituições econômicas, morais e políticas de uma sociedade, às quais as pessoas são/estão subordinadas, ainda que não tenham consciência de tal fato.

O capitalismo começa a surgir já no século XV, quando o sistema vigente até então, o feudalismo, dá sinais de sua decadência. O sistema feudal baseava-se na posse de terras e nos estamentos (divisões sociais as quais as pessoas jamais conseguiriam transpor), que classificavam as pessoas enquanto integrantes da nobreza, do clero ou da classe dos servos. Além disso, a produção, naquela época, era caracterizada pela autossuficiência, ou seja, plantavam e criavam para consumo próprio (COMPARATO, 2011).

Quando se observa que muito dessa produção está sendo desperdiçado e que alguns itens começam a faltar, os servos, a mando da nobreza, passam a se reunir em praças e espaços públicos a fim de trocar tais produtos. Concomitante a esse fato, é observado um grande aumento populacional, que contribui de maneira expressiva para a continuidade e a ampliação dessas feiras.

Percebendo-se que, em certos casos, algumas pessoas necessitavam de determinado produto, mas não tinham nada para dar em troca, ou ainda que tinham a oferecer algo que não interessava às pessoas, é criada a moeda, possibilitando que os escambos ocorressem tendo algo de valor em contrapartida. Nesse cenário, em que algumas pessoas começam a permutar mais do que outras, fica clara a possibilidade de um novo, e talvez promissor, negócio, quando se institui o comércio. Com ele, os estamentos são derrubados na cultura político-social feudal, pois uma nova divisão torna-se possível: a burguesia. As pessoas burguesas, a partir desse momento, detêm o poder por meio do acúmulo de moedas – dinheiro – e contratam pessoas, antes servas, para trabalharem em seus negócios, estruturando o trabalho livre e assalariado (COMPARATO, 2011).

Com toda essa reestruturação política e social, o sistema feudal vai à bancarrota, o que viabiliza o surgimento de um novo modelo de sistema econômico, o capitalismo, que vai se dividir em quatro principais fases: primeira fase, do século XV ao XVIII; segunda fase, nos séculos XVIII e XIX; terceira fase, que compreende o século XX (BRESSER-PEREIRA, 2011); e quarta fase, chamada de capitalismo informacional, cognitivo ou do conhecimento, que se dá a partir do século XXI (CASTELLS, 2013). Considerando que estamos trazendo tais desdobramentos a fim de, e tão somente, localizar os fatos que contribuíram para o surgimento das noções de diversidades e de diversidade, vamos nos ater ao início da segunda fase, mais precisamente no século XIX.

Também chamado de capitalismo industrial, esse período é marcado por duas grandes revoluções no continente europeu. A primeira, iniciada no ano de 1760, na Inglaterra, foi a Revolução Inglesa, também chamada de Revolução Industrial, pelo fato de estar diretamente relacionada com o surgimento da máquina a vapor.

Vinte e nove anos depois, foi a vez de a França abrigar uma revolução expressiva, considerada a mais importante em todo o processo. A Revolução Francesa constituía um movimento político que tinha por finalidade a concretização de um novo modelo social e econômico que

deveria privilegiar um pequeno grupo – a burguesia –, o qual detinha o poder e comandava um grande grupo, conhecido por proletariado. Somado a esse privilégio, o movimento também defendia a intensificação do comércio, a necessidade do aumento da mão de obra, o estabelecimento de uma economia liberal e o Estado mínimo (VOVELLE, 1989).

Obviamente, todas essas pautas, após serem implementadas, começaram a gerar inúmeras consequências, entre as quais podemos citar: aumento da produtividade, diminuição dos valores das mercadorias, acumulação do capital, condições laborais precárias, jornadas de trabalho excessivas, diminuição dos salários, aumento do número de pessoas desempregadas e divisão sexual do trabalho (PEDRO; MELLO; OLIVEIRA, 2005). E aqui deixamos dois questionamentos: quem eram essas pessoas e por que elas não serviam mais a esse novo sistema?

O lema da Revolução Francesa, “Liberté, Égalité, Fraternité” (Liberdade, Igualdade, Fraternidade), expressa também uma outra construção que deve ser destacada para que se possa alcançar a completude e a complexidade do processo: o surgimento da noção de indivíduo. Não sabemos se você, pessoa leitora, reparou, mas procuramos não utilizar o termo “indivíduo” em nossa redação, e essa decisão possui uma explicação bastante plausível.

Na Antiguidade, a noção de coletivo motivava o desenvolvimento, por mais que houvesse hierarquizações, como no caso do patriarcalismo. Contudo, o movimento em prol do novo sistema econômico exigia, mesmo que de maneira velada, um deslocamento da ênfase conferida ao holismo social para as pessoas como uma parte isolada. Nesse sentido, as pessoas passam a ser vistas como “partes” essenciais para formar o todo, mas já não mais compreendem esse todo em si. Em outras palavras, as pessoas são importantes quando necessitam delas, mas já não têm mais o mesmo poder e a mesma importância quando querem fazer uso desses atributos. A partir desse momento, enquanto partes “iguais”, as pessoas passam a ter direitos e deveres “iguais”, não havendo mais distinção.

Como assim, “minorias”?

Para que possamos compreender o surgimento do conceito de diversidade/diversidades, temos que, primeiramente, entender o surgimento de um outro conceito e, além disso, apreender o seu significado e seu uso atualmente, haja vista uma enorme discordância e um desentendimento em torno do termo: minorias. A discordância e o desentendimento ficam a cargo de colocações do tipo: “Mas como assim, ‘minorias’, se mulheres e pessoas negras são a maior parcela da população?”. O significado da palavra “minorias” está ligado à condição do que é numericamente inferior a outro; porém, não é por esse caminho que vamos avançar.

Retornando ao final do item anterior, após a ruptura da noção de indivíduo, ou melhor, após a redefinição quanto ao seu uso, que agora se dá somente em alguns casos específicos, a individualidade ou o individualismo passa a existir apenas quando em associação ao conceito de liberdade – até certo ponto –, mas não mais no que se refere à igualdade. Isso se dá pelo fato de que, quando se percebem em relações desiguais, ou seja, em que não existe uma relacionalidade equânime, as pessoas exigem que suas diferenças sejam reconhecidas e valorizadas, o que de fato não ocorre (PENNA, 2014).

Também é importante recorrer à definição de Simmel (1989) acerca desse novo momento e da nova configuração do conceito. Tal definição designa a individualidade como existente somente enquanto esta for tributável e economicamente ativa. Ou seja, podemos concluir que indivíduos devem ser todos iguais, com suas diferenças e singularidades negadas, tributáveis, compreendendo todas aquelas pessoas que pagam impostos e são economicamente ativas, relacionando as pessoas que vendem sua força de trabalho a fim de gerar lucro. Desse modo, quem não é “indivíduo” passa a ser um “não indivíduo”.

Minorias seriam, de tal modo, todas aquelas pessoas impedidas de acessar qualquer direito básico, bem como as excluídas pelo fato de constituírem determinado grupo que não aquele estabelecido como pa-

drão. Maiorias seriam todas aquelas pessoas dotadas de maioridade. O contrário da maioridade, por sua vez, é a menoridade, termo usado para referir-se às pessoas com idade menor de dezoito anos – no caso do Brasil –, às quais chamamos de infantes. O termo “infante” provém do latim “infans”, que significa “aquele que não tem fala própria, que não fala por si”. Em síntese: minoria e maioria não se relacionam com aspectos quantitativos, e sim com a possibilidade, ou não, de falar por si, de representar-se, de exercer seu lugar de fala (GONZALEZ, 1984; CHAÚÍ, 2012; RIBEIRO, 2020).

A filósofa Marilena Chauí (2012) esclarece ainda mais tal divisão, agrupando as características específicas das pessoas em torno dos respectivos grupos de que fazem parte, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Divisão de grupos majoritários e minorizados.

MAIORIA	MINORIA
Pessoas com a possibilidade de procriar através dos meios binários e normalizados.	Pessoas sem a possibilidade e/ou desejo de se reproduzir através dos meios binários e normalizados.
Pessoas com poder (político, econômico, religioso).	Pessoas sem poder (político, econômico, religioso).
Pessoas de classes econômicas favorecidas.	Pessoas de classes econômicas desfavorecidas .
Pessoas economicamente produtivas.	Pessoas economicamente improdutivas.
Pessoas que tenham possibilidade de servir (ao Estado, à religião).	Pessoas que não tenham possibilidade de servir (ao Estado, à religião).

Fonte: Adaptado de Chauí (2012).

Dentro dessa divisão acerca das características, é quase lógico saber quais pessoas não possuem essa possibilidade de falar por si, as que não possuem poder, que são de classes desfavorecidas, que

não podem/querem procriar: mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, pessoas de diferentes etnias, pessoas idosas, entre outras, todas elas estruturadas “em torno de um sistema de valores comuns, de um estilo de vida homogêneo, de um sentimento de identidade ou pertença coletivos, ou mesmo de uma experiência de marginalização” (SEMPRINI, 1999, p. 44). Assim, devemos sempre ter em mente a necessidade de utilizarmos o termo “minorizados” para nos referirmos às minorias, partindo da compreensão de que estas pessoas não são, em essência, minorias, mas são minorizadas, dado o sistema imposto.

Devemos nos ater ao fato, de que, enquanto um processo histórico que evolui – e que, infelizmente, cresce com tal evolução –, o conceito de minorias também é modificado, emergindo a necessidade de uma constante reconfiguração. Atualmente, além de todos esses grupos citados, não devemos “[i]mitar o termo ‘minorias’ somente a cidadãos [haja vista que tal fato] acaba por excluir outros grupos também carentes da proteção destinada a grupos minoritários” (THORNBERRY, 1991, p. 7), como o caso de migrantes, refugiados e pessoas em situação de rua.

Tais grupos existentes, assim como outros que possam surgir – por mais que nosso desejo seja o contrário –, possuem algumas características em comum, que devem ser percebidas e enaltecidas sempre que nos referirmos a eles. Essa prática não possui nenhum tipo de relação com o chamado “vitimismo” – o qual pretendemos desconstruir pedagógica e eficazmente mais adiante –, mas sim com a reafirmação de uma posição de invisibilidade e de marginalidade que é conferida às pessoas que compõem tais grupos há séculos.

Entre essas características comuns, podemos citar a vulnerabilidade (em muitos aspectos); a formação inacabada e ininterrupta da identidade, seja ela individual, seja grupal, dada a necessidade constante de (re)afirmação perante a sociedade e suas instituições, na reivindicação de seus direitos; a luta contra os privilégios e os grupos dominantes.

Focando a última característica comum a tais grupos, principalmente no que concerne à luta contra os grupos dominantes, devemos destacar que estes buscam operar por diversos dispositivos de controle e de dominação, como tática de governo (FOUCAULT, 1978), a fim de segregar grupos minorizados na tentativa de enfraquecê-los em suas pautas. Essas práticas são (re)configuradas de acordo com o contexto histórico e social, e os vieses devem ser percebidos, os quais, como afirmamos anteriormente, fazem uso – constroem socialmente – dessa tendência à normalização como dispositivo de biopoder a serviço da governamentalidade.

Antigamente, alguns dispositivos de controle eram mais palpáveis, explícitos, concretos; e, apesar de não existirem mais, contribuíram para uma “pavimentação” da estrada que hoje leva à segregação e às violências simbólicas (BOURDIEU, 2014). Um caso já citado era o do racismo, quando se utilizava a ciência, por meio da doutrina protocientífica, para assegurar uma distinção biológica baseada na cor da pele. Ligada também à questão da racialização (COSTA, 2009) de pessoas negras, devemos lembrar aqui uma legislação datada de 1941 e que ainda se encontra em vigor no país. A Lei das Contravenções Penais, conhecida como “Lei da Vadiagem”, trata-se do Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941, que traz no artigo 59: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. É importante frisar que a instituição desse dispositivo ocorreu em um país sob o regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que punia e perseguia pessoas negras pelo fato de que estas se encontravam, muitas vezes, cantando, dançando e vivenciando sua cultura em espaços públicos.

Retomando a seara da ciência, adentrando no campo da medicina, citamos a patologização de identidades LGBTQIA+, ou seja, o fato de as pessoas compreendidas em tal grupo serem “catalogadas” como doentes. Para que se tenha uma ideia, o “homossexualismo” só deixou de ser doença em 1990, quando o termo foi retirado do rol de doenças

relacionadas à saúde sexual no Código Internacional de Doenças (CID-10). Ao considerar o código como a base para a definição, ou não, daquilo que seja doença no mundo, devemos mais uma vez voltar nossas atenções a ele ao tratar especificamente das pessoas trans* - utilizaremos este modelo (trans*) assim como proposto por Nascimento (2020), possibilitando a inclusão de todas as identidades que se concentram no espectro da transexualidade, transgeneridade e/ou travestilidade, impedindo a exclusão de uma sequer. Essa parcela da população só foi despatologizada, ou seja, só passou a não ser mais considerada doente, a partir da 72ª Assembleia Mundial da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2019, que definiu a reestruturação do CID-10 para estabelecer a última edição do código (CID-11), a qual deverá vigorar em todo o mundo a partir de 2022. Contudo, as pessoas trans* ainda estão relacionadas no código, agora por meio do termo “incongruência de gênero”, o que ainda gera debates em torno de sua interpretação.

A medicina também teve um papel de extrema importância na segregação de pessoas com deficiência, de mulheres e de pessoas idosas do contexto social. Tais grupos, dada sua incapacidade de servir ao sistema da época e/ou a percepção de que eles poderiam provocar um verdadeiro levante contra a nova forma de organização social – como o caso das mulheres que eram definidas como histéricas e controladas por meio da escola psiquiátrica –, eram enviados aos antigos sanatórios e asilos, que ficavam geograficamente distantes das cidades, impedindo qualquer tipo de contato com a vida urbana.

Afora tais dispositivos, devemos atentar para aqueles que, com o passar do tempo, vêm sendo reconfigurados e reconfiguram as práxis em relação aos grupos minorizados. A religião, em seus primórdios, caçava, literalmente, pessoas homossexuais e indígenas, queimava lésbicas na fogueira, considerava que pessoas negras eram ligadas ao demônio, entre muitas outras práticas. Com toda a certeza, muitos desses acontecimentos já não ocorrem mais, porém é nítida a presença de um discurso que ainda torna muitas identidades – em especial as

LGBTQIA+ – anormais e pecadoras. Essa mesma religião, que possui uma representação política bastante expressiva, tenta, a todo momento, desarticular as pautas dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, revogar direitos conquistados, suplantar projetos que priorizem a equidade e a diversidade e, sobretudo, promover discursos de ódio que desacreditem as falas das minorias (SIERRA, 2019; PEREIRA; SIERRA, 2020).

E por fim, mas certamente não menos importante, há a educação, que é fortemente direcionada pela política e, por conseguinte, pelas bancadas religiosas. Prova disso, por exemplo, foi o projeto “Escola Sem Homofobia”, conhecido nacionalmente como “Kit Gay”, que foi desarticulado pela bancada religiosa – importante frisar aqui que tratamos de religião como um todo, não nos referindo a nenhuma especificamente –, ou a proposição de projetos como o “Escola Sem Partido”, ou ainda o (batido) discurso da “Ideologia de Gênero” (SIERRA, 2019). Expressivas também, nesse processo da regulação das minorias pela educação, foram as discussões acerca dos planos de educação, ocorridas em 2016, que se opunham ferozmente à inclusão dos termos “gênero” – inclusive gênero alimentício, como se fizesse algum tipo de alusão – e “sexualidade” (PARANHOS, 2020) em suas redações finais.

Hoje, contudo, a educação passa por uma reestruturação em seu processo de regulação, inaugurando um novo formato, chamado por Carla Akotirene (2020) de superinclusão. E o que esse formato teria de tão ruim, já que indica o fato de que está havendo um grande movimento pela inclusão e que, de maneira direta, se relaciona com as diversidades e com os grupos minorizados? Lembremos, primeiramente, que quantidade e qualidade não são a mesma coisa; ademais, tal formato deve estar isento de qualquer perversidade para ser considerado positivo. O conceito, esmiuçado no capítulo 5 deste livro, demanda, acreditamos nós, que se redobre a atenção ao ler.

“E ao surgirem tais minorias, então, surge o conceito de diversidade e/ou as diversidades?”

A resposta é: NÃO. E muito possivelmente é essa resposta, ou melhor, a compreensão em torno dela, que faz toda a diferença no momento em que buscamos elucidar tal surgimento.

Posteriormente a todo esse movimento que invisibilizou, marginalizou, violentou, oprimiu, tornou essas pessoas, esses corpos, essas identidades em não seres, em não pessoas que ocupam um não lugar (RIBEIRO, 2020), devemos evidenciar essa cisão ocorrida no contexto social, que não cria, mas reorganiza pessoas, agrupando-as de acordo com suas “afinidades”, se é que podemos chamar assim, e originando um grupo o qual denominaremos de hegemônico.

A hegemonia, de acordo com a teoria de Gramsci (1976), não está ligada tão somente com a influência ou a liderança de determinado grupo de pessoas, ou com sua representação quantitativa superior, em detrimento de outros. A hegemonia “permite controlar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que ela [a sociedade] gerou durante seu curso” (GRAMSCI, 1976, p. 49), ou seja, está diretamente relacionada com os mecanismos de poder.

O estabelecimento desse grupo fez com que houvesse um levante político – e aqui se entende “político” do ponto de vista social, e não partidário – contrário a tais atos, ou melhor, a atentados contra tais pessoas, um movimento político contra-hegemônico (GRAMSCI, 1976), o que gera discussões extensas e compreensões completamente equivocadas em torno de sua existência, sendo que por essa razão o abordaremos.

Os feminismos, ou movimentos feministas, são os movimentos que, em nossas palavras e entendimentos, poderiam ser considerados como as parteiras que trouxeram a diversidade ao mundo. Tal afirmação se concentra no entendimento de que a diversidade vai além dos grupos minorizados, do que trataremos adiante. Esses movimentos sociais são, primeiramente, movimentos que lutam pela equidade e pela justiça social, e não em prejuízo dos homens, como se convencionou socialmente. Assim, é importante lembrar que machismo é um ato de violência contra as expressões femininas. Os feminismos, por sua

vez, lutam por uma sociedade igualitária e que valorize as diferenças (BRAH, 2006).

Outra convenção acerca dos movimentos feministas concerne ao fato de que eles lutariam pela igualdade. Isso não é verdade. Como falamos anteriormente, sua luta foca a equidade. A igualdade se concentra na inexistência de quaisquer tipos de incongruências, sob determinado ponto de vista, entre dois ou mais elementos que estejam em comparação. Esses elementos podem ser concretos, como objetos, móveis, carros, ou intangíveis ou subjetivos, a saber, ideias, conceitos, sentimentos, entre outros. Já a equidade consiste no ajuste ou na adequação de determinadas regras existentes em virtude de uma situação concreta, na observância dos critérios de justiça. Para facilitar a compreensão, podemos dizer que a equidade possibilita que uma regra seja adaptada a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa.

Um segundo ponto a ser destacado é o uso do termo no plural: feminismos. Há uma concepção equivocada de que o feminismo é um movimento de pessoas do sexo feminino. Apesar de ter nascido, na grande maioria, dessas mulheres, o feminismo é uma pauta que surge vinculada ao gênero feminino; e, ao compreender tal gênero como construído socialmente (SCOTT, 1995), todas aquelas pessoas que se identificam com tal fazem parte desse grupo, como o caso de mulheres trans*. Além disso, os feminismos contemplam mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência, ou seja, toda a multiplicidade da categoria “mulheres”. Hoje, também as pessoas do gênero masculino que se identificam com a pauta integram tais grupos.

Ao localizar essa arquitetura plural dos feminismos, e a fim de potencializá-la enquanto um vasto espaço de produção de conhecimentos, prevendo os desdobramentos que os movimentos alcançarão e que serão relatados a seguir, acreditamos ser necessário trazer a mulher negra, feminista, escritora e filósofa Djamila Ribeiro, que faz uso da fala de Audre Lorde, feminista, negra, caribenha e lésbica, para destacar tal necessidade. Nos escritos de Ribeiro (2020, p. 50), Lorde,

[c]omo mulher, negra e lésbica, ela se via obrigada a escolher contra qual opressão lutar, sendo que todas as colocavam em determinado lugar. A autora dizia que não podia negar uma identidade para afirmar outra, pois fazer isso não seria transformação real, e sim reformismo [...].

Há uma divisão histórica desses movimentos, a fim de que se possa localizar as suas trajetórias de construção e de luta. Essa divisão deve considerar tanto a lógica da construção ocidental – que bebe diretamente da matriz colonial – como a do processo dos feminismos negros, que possuem características bastante particulares e extremamente pertinentes. Devemos frisar que não há certa ou errada. Pelo contrário: ambas devem ser consideradas, ainda mais ao se levar em conta o fato de sermos pessoas pesquisadoras e que primam pelo processo de construção do senso crítico e do conhecimento.

Partindo de uma abordagem historiográfica que procura usar situações passadas para legitimar o presente, Hemmings (2009) questiona a forma como o ocidente conta a história dos movimentos feministas, sendo que nesse questionar ela não tem o intuito de torná-la incorreta, mas de demonstrar que não existem verdades absolutas e que há várias formas de contar uma história. Nas palavras da autora: “[...] eu advoغو uma abordagem que enfatiza as relações ao invés das descontinuidades entre os diferentes referenciais teóricos de modo a questionar o ‘deslocamento’ linear de uma abordagem pela outra” (HEMMINGS, 2009, p. 235). Ela vai além ao afirmar que “[o] que quero defender como alternativa feminista ao registro histórico é um processo de revalorização de traços marginalizados de figuras feministas já consideradas importantes” (HEMMINGS, 2009, p. 236).

As mulheres negras, de acordo com Hemmings (2009), devem ser percebidas e compreendidas enquanto integrantes de um grupo diferenciado, que há séculos sofre com os mesmos atos de violência ligados à figura masculina, mas que, além disso, sofre também por conta de sua cor de pele, o que se tornaria o processo de racialização. Para

a autora, os anos 1970 – inseridos na segunda onda do movimento feminista ocidental – são extremamente expressivos na agenda do movimento das feministas negras pelo fato de que estas, além das lutas contra a masculinidade hegemônica, ainda interseccionam três categorias que são fundamentais para compreender suas existências e suas diferenças: raça, gênero e classe.

Essas categorias, aqui colocadas em conjunto, foram durante muito tempo silenciadas, invisibilizadas, e essa seria a grande crítica do feminismo negro ao feminismo branco: o não reconhecimento das dinâmicas complexas existentes na relação entre classe, raça e gênero. Por sua vez, sua grande contribuição foi, com certeza, a de nomear as opressões, no instante em que se torna impossível lutar contra qualquer tipo de opressão se ela não possuir um nome (RIBEIRO, 2019). A partir daí, se torna mais expressiva a noção da necessidade de uma luta pela igualdade, em alguns sentidos, pela livre expressão e pelo reconhecimento das diferenças. Tal percepção possibilitou que Kimberlé Crenshaw utilizasse o termo “interseccionalidade” como o conceito que ofereceria uma visão geral acerca dos diferentes tipos de opressão aos quais uma pessoa está exposta (HEMMINGS, 2009).

Soma-se a todos esses apontamentos a fala de Lélia Gonzalez (1984), que reconhecia a potência do feminismo negro como carregado de um conhecimento epistemológico que possibilitava um combate mais amplo às desigualdades. A professora, filósofa e antropóloga brasileira afirmava que os discursos do feminismo ocidental não davam conta de atender, por exemplo, as situações de violência e de marginalização enfrentadas por mulheres negras e indígenas da América Latina.

A lógica ocidental/colonial, por sua vez, divide-se em ondas, sendo que a primeira, correspondente ao final do século XIX e ao início do século XX, adotou como principal pauta a luta pelos direitos políticos e sociais, tanto que ficou conhecida como o movimento das sufragistas. O direito de votar e de ser votada, bem como o direito ao trabalho remunerado e à educação, era a principal bandeira erguida por aqueles grupos (PEDRO, 2005).

A segunda onda dos movimentos surgiu logo após o final da Segunda Guerra Mundial e priorizou as pautas que se relacionavam com o direito aos seus corpos, ao prazer (este não somente sexual), e as que se opunham ao patriarcado. Foi nesse momento que se criou a noção de gênero como identidade e que se iniciaram os primeiros estudos relacionados à temática. As batalhas se tornaram ainda mais acirradas no início dos anos 1960, quando as mulheres, tendo conquistado alguns direitos, foram além e buscaram a igualdade de salários, o direito ao aborto e ao prazer sexual, a liberdade para ir e vir e para usar as vestimentas que achassem mais adequadas (PEDRO, 2005).

Os anos 1990 foram um grande marco na história mundial por conta de alguns acontecimentos que ficaram marcados para sempre. Aqui, citaremos quatro dos mais expressivos: o fim da União Soviética, a queda do Muro de Berlim, o estouro da internet e o surgimento do movimento punk, que trouxe consigo a terceira onda do feminismo. Conhecidas por sua “rebeldia”, as pessoas que militavam nesses movimentos levantavam bandeiras ligadas à sexualidade, ao combate ao estupro e ao patriarcalismo, adotando uma perspectiva pós-moderna que tendia a questionar as estruturas de poder, fossem elas quais fossem.

Com alguns direitos conquistados, mas ainda poucos, e ampliando cada vez mais o debate em torno de muitas outras lutas, os movimentos feministas foram evoluindo, se (re)adequando, se (re)fazendo e se redesenhando, e, “com grande visibilidade das demandas das mulheres na sociedade, cada vez mais se ouve falar em ‘novo feminismo’ ou ‘quarta onda do feminismo’” (CAZARRÉ, 2016). Esse novo momento foi apontado como aquele em que os movimentos feministas agiram fazendo uso da tecnologia e, principalmente, dos componentes digitais.

São duas vertentes que não devem conflitar, estar separadas, mas sim buscar uma complementaridade histórica e cultural em torno de uma pauta em comum. Enquanto o feminismo ocidental e colonial debate a categoria de gênero “mulher” (SCOTT, 1995), o feminismo negro reivindica a sua existência não universal, separadamente, pois carrega em si a vivência das opressões e da violência de maneira muito

mais contundente. O feminismo negro defende o seu protagonismo. Por exemplo, enquanto mulheres de classe social privilegiada se reuniam em torno das pautas do sufrágio feminino, as mulheres negras começavam a “escrever sobre a invisibilidade da mulher negra como categoria política e a denunciar esse apagamento” (RIBEIRO, 2020, p. 23).


Toda essa contextualização é necessária para que se compreenda a existência de uma articulação social e política a fim de desestabilizar as estruturas hegemônicas e opressoras criadas, que ainda agem fortemente na sociedade. Tal articulação foi necessária para que muitos outros movimentos sociais organizados pudessem surgir, como é o caso dos movimentos de pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas, entre tantos outros, que se pautam na representatividade.

Por essa razão, afirmamos anteriormente que o conceito de diversidade vai muito além dos grupos minorizados. As diversidades só passam a existir e a ser compreendidas dessa forma quando percebem a extrema necessidade de criar um campo de resistência, de se fazer ouvir, de lutar contra todo o sistema opressor que estava dominando o cenário social. Pelo mesmo motivo, ainda hoje, devemos encabeçar tais pautas e fazer ser ouvida a nossa voz, pois, diferentemente dos grupos hegemônicos e das pessoas privilegiadas, já fomos um dia uma não pessoa, já fomos um alguém que não era, que não existia, destituído de todo e qualquer tipo de humanidade.



CAPÍTULO 2

**ELO INDISSOLÚVEL:
DIVERSIDADE, DIFERENÇA
E IDENTIDADE**



*O que é, o que é?
Viver
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz
Ah, meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita
(Gonzaguinha, 1982)*

A canção fala sobre a vida, sobre a felicidade; reflete sobre a forma como cada pessoa pode encarar o seu dia a dia; clama pelo sentimento de se sentir viva, sobre os prazeres e as dores de cada ser, além da esperança por dias melhores.

Que bom seria se todos nós pudéssemos cantar essa música de “peito aberto”, de forma plena. Que bom seria se todos nós pudéssemos viver sem medo, com as nossas diferenças.

Pense nisso.

O termo “diversidade” vem do latim “*diversitas*”, que abrange a diferença, a divergência, a dessemelhança, a variação, a pluralidade e a variedade, um substantivo feminino que caracteriza tudo que é diverso, que tem pluralidade, mas que pode significar também ausência de acordo ou divergência.

Loden e Rosener (1991), Cross (1992) e Tung (1993) constatam que os pensamentos que definem a diversidade possuem pelo menos três vieses. O primeiro e mais usual está voltado para a diversidade a partir da identidade social, isto é, pelas diferenças que existem entre grupos de pessoas. O segundo viés relaciona a diversidade à identidade pessoal, pelas características que diferem as pessoas umas das outras, incluindo as dimensões de suas experiências, seus antecedentes, seus contextos, seus ambientes, suas circunstâncias, sua educação, entre outros fatores, assim como sua personalidade e seu estilo. O terceiro viés, ainda pouco explorado, traz a ideia de que a diversidade “refere-se a uma mistura em que são contempladas não só as diferenças entre indivíduos, mas também as suas similaridades” (THOMAS; ELY, 1996, p. 6).

Veja, o que difere um viés do outro é que o conceito de diversidade está nos diferentes significados do termo. Quando se define a diversidade pela identidade social, ou seja, pelas diferenças de um grupo em relação a outro, parte-se do princípio de que a diversidade é identificada por meio de características ou categorias que fazem essa diferenciação. Já a diversidade delimitada pela identidade pessoal está relacionada às diferenças estabelecidas entre as pessoas. E a diversi-

dade definida por diferenças e similaridades entre as pessoas tem-se como propósito – não como um acontecimento a ser identificado, mas como um processo a ser compreendido.

Sabemos que a diversidade delinea as diferenças existentes entre as pessoas que fazem parte de um determinado grupo. Porém, a diversidade pode ser dividida em duas categorias distintas: explícita e implícita. Mas como isso se dá?

Quando falamos em diversidade explícita, estamos nos reportando aos aspectos de fácil percepção em uma pessoa, tais como raça, idade, condição física, condição social, gênero, entre outros. Mas temos também a implícita, cujas características são voltadas à nossa subjetividade, construída em função das nossas experiências e escolhas de vida. Refere-se aos aspectos inerentes à personalidade, como extroversão ou introversão, profissão, cultura, nível de escolaridade, o que a pessoa deixa como legado e o que adota como estilo de vida.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a diversidade precisa ser percebida diante da delimitação sobre quais são as fontes dessas diferenças, o seu contexto. Ao estabelecer a diversidade exclusivamente a partir do que é diferente, conforme Thomas e Ely (1996, p. 6, tradução nossa), tem-se “uma visão micro-orientada que explica e ajuda a compreendermos as diferenças de identificação na perspectiva individual”, pois dessa forma descartamos a perspectiva de um fenômeno voltado para o grupo. Assim, eles sugerem que tenhamos uma visão macro, em que a diversidade seja sinônimo de combinação entre as diferenças e as similaridades entre grupos de pessoas.

Diante dessa visão de Thomas e Ely (1996), podemos entender que, se não há combinação, não há diversidade, existindo então algo homogêneo, com característica única. É importante frisar que o significado de combinação talvez vá muito além do que as pessoas imaginam. A combinação pode estar relacionada tanto à junção de coisas, de aspectos semelhantes, quanto à junção de aspectos completamente diferentes. Dessa forma, se existe combinação, significa que grupos de pessoas se modificam, passando a formar um outro grupo, maior, com

um conceito distinto sobre si mesmo, com elementos que nem serão inteiramente diferentes nem completamente similares.

É importante termos bem claro em nossas mentes que a diversidade sob essa visão não significa eliminar as diferenças, de modo que todas as pessoas passem a ter um jeito comum de ser, como se, com diferentes estilos de vida, culturas, religiões, raças, entre outras particularidades, elas estivessem em um “caldeirão”, onde seriam misturadas e assimiladas por todos, trazendo à tona a homogeneidade.

Mas o que é identidade?

O termo “identidade” tem sua origem na filosofia e busca descrever algo que é diferente dos demais, porém idêntico a si mesmo. Veja, Habermas (1988, p. 147) traz a proposta de que “a autoidentificação predicativa que efetua uma pessoa é, em certa medida, condição para que essa pessoa possa ser identificada genericamente e numericamente pelos demais”.

Dessa forma, a identidade é formada dialeticamente entre as pessoas e a sociedade, ou seja, por meio do diálogo, de modo argumentativo, sendo modificável inconscientemente, num processo que inclui a identificação própria e a identificação reconhecida por outros.

Quando falamos que é modificável, estamos nos referindo ao fato de que uma pessoa é responsável pelo caminhar de sua biografia, por suas escolhas, e pode construir novas identidades ao longo de sua existência, permitindo um novo reconhecimento nas interações sociais de que ela faz parte.

Sob o olhar da sociologia, as identidades são construídas, e para isso se faz necessário saber como, a partir de quê e por quê. Essa construção da identidade tem sua conexão com o contexto histórico-cultural, bem como com a memória coletiva, e ainda com os “fantasmas” pessoais, diante das estruturas de poder, das revelações religiosas e de vários outros fatores. As pessoas, os grupos sociais e as sociedades alteram todas essas conexões e “redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo” (CASTELLS, 1999, p. 18).

Na visão de Berger e Luckmann (1985, p. 228): “[...] a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social”.

Para Castells (1999), diante dos processos sociais, em que a identidade é construída num contexto caracterizado pelas relações de força, podemos distinguir a identidade de três formas diferentes no que diz respeito às origens: legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora refere-se à identidade criada pelas instituições dominantes da sociedade, com o objetivo de estender e de racionalizar sua dominação sobre as pessoas protagonistas sociais. A identidade de resistência, por sua vez, foi desenvolvida por pessoas que se encontram em posição ou em condições de desvalorização ou de estigmatização pelas instituições dominantes. E a identidade de projeto está associada com seres que, diante dos elementos culturais à sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade. Assim, se propõem a transformar o conjunto da estrutura social, colocando em pauta muito mais do que uma simples defesa da identidade e de seus direitos, pois buscam transformação, trazendo à tona questões como o patriarcado, as estruturas de produção e de reprodução, a sexualidade e a personalidade, sobre as quais as sociedades são historicamente fundadas e das quais se dizem legitimadoras.

Mesmo se considerarmos bastante assertivas as conceituações de Castells acerca das identidades, não podemos deixar de ir além e contemplar o termo queer, o qual era carregado de uma significação pejorativa, utilizada contra pessoas que se identificavam como homossexuais. Em uma tradução literal e livre, queer significa “estranho” ou “peculiar”. E são essas as sensações e o entendimento que as pessoas queer querem gerar. Por que falar sobre as pessoas queer logo após falar sobre as identidades? Por que elas seriam uma quarta identidade? Muito pelo contrário. As pessoas queer podem ser definidas como uma não identidade.

Essa compreensão representa todo o ato político que está contido no âmago das pessoas que se definem como queer. Subverter, romper a norma, não ser, não estar, não identificar. Tão somente fluir.

Essa ideia é importante e é, em torno dela, que queremos desenvolver o seguinte argumento: *queer*, da forma como pensamos, é antes de tudo, ou precisaria ser, uma atitude, um modo de vida – a outra vida, a vida radicalmente outra. Nesse sentido, não cabe supor a dimensão queer de uma vida constituindo uma categoria, constituindo um sujeito empírico, muito menos, constituindo algo como uma nova identidade no já volumoso alfabeto LGBT. Não se trata, pois, de colocar um “Q” no fim da sigla de modo a supor, na dança das letras, mais uma identidade, uma “identidade *queer*”, que seria, por oposição, algo diferente da identidade gay, ou lésbica, ou trans a reivindicar seu lugar ao sol e sua posição diante das políticas públicas para a diversidade sexual, por exemplo (SIERRA; CÉSAR, 2016, p. 48, grifos do original).

Nessa dinâmica entre as diferentes origens da identidade, nenhuma delas pode ser considerada como essência ou ter um valor progressivo ou regressivo em si, fora do contexto histórico, pois o conceito de identidade aponta seus holofotes para o conceito de diversidades, ou seja, para cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, entre outros aspectos com os quais é mantida uma conexão – ora por serem dialéticos, ora por serem excludentes.

Podemos dizer então que a identidade é provida socialmente. Isso se deve ao fato de uma pessoa ser “definida” no seu meio a partir dos protótipos decorrentes da categoria em que ela foi classificada, sendo eles corretos ou não, com a ideia de que a identidade social de uma pessoa é originada de uma construção e, conseqüentemente, está aberta a transformações. E ainda:

A identidade social somente acontece quando as interações sociais entre os membros de um grupo são determinadas por uma extensa reciprocidade, e em uma vasta maioria dos casos, isso

acontece por meio de uma apropriada comparação social entre os indivíduos dentro do grupo (TAJFEL, 1981, p. 255).

“A essência da identidade constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis” (FARIA; SOUZA, 2011, p. 37). Diante desse ponto de vista, podemos dizer então que as pessoas elegem as outras com as quais se identificam e que essa atitude não é tão flexível e tão aberta às que são diferentes da sua consciência pessoal, ou, ainda, da consciência que têm de si mesmas perante as outras. Dessa forma, a identidade social não se desenvolve aleatoriamente, pois existe uma condição para que ela se estruture.

Por esse motivo, as pessoas que possuem uma identidade não compartilhada pela consciência da maioria são alvo de preconceito e de discriminação, pois, quando vemos essas pluralidades como barreiras, “nos mostramos uma sociedade adversa à diversidade” (CORTELLA, 2020, p. 14), enxergando a outra como inferior, em vez de diferente.

E o que é ser diferente?

Se abordarmos de forma genérica, podemos dizer que se refere àquilo que de alguma forma gera o sentimento de estranheza nas outras pessoas. “Diferente” é, portanto, o elemento desequilibrador de qualquer situação, de qualquer campo de ação (LOBO, 2003).

Trazer à tona questões sobre diversidade e diferença e falar sobre tais conceitos implica posicionar-se contra as identidades legitimadoras criadas por instituições dominantes da sociedade, isto é, os processos de colonização e dominação, que possuem o propósito de estender e de racionalizar sua dominação sobre as pessoas como atores sociais. Trata-se de perceber e de entender o impacto subjetivo desses processos na vida das pessoas, que muitas dessas diversidades e diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas, tratadas de forma desigual e discriminatória (GOMES, 2007).

Temos o direito de sermos exatamente quem somos. Não podemos impedir que o preconceito apareça entre nós, mas ele “pode ser

prevenido, recusado e rejeitado” (CORTELLA, 2020, p. 21). O autor diz ainda que o preconceito “é uma adesão automática a uma ideia, pessoa, concepção ou a um posicionamento sem fundamento de reflexão.” Esse posicionamento sem reflexão refere-se a uma “manifestação que não passou pela análise crítica, veio à tona sem ponderação” (CORTELLA, 2020, p. 24). Dessa forma, o preconceito expressa-se de forma favorável ou contrária, com antipatia ou simpatia por alguém ou por algo, sem uma análise crítica, ou seja, sem ponderar e refletir “sobre as razões para aceitar ou rejeitar” (CORTELLA, 2020, p. 24).

Na visão de Cortella (2020, p. 26), “o preconceito é a antipatia gratuita ou a simpatia gratuita. É equivocado, portanto, ser automaticamente favorável ou automaticamente desfavorável a alguém. A alguma ideia ou a alguma coisa”.

Do ponto de vista de Piva (2017, p. 1702), o preconceito refere-se a um julgamento realizado de forma preconcebida, “que se manifesta numa atitude discriminatória, frente à diferença nas pessoas, seja relacionado a crenças, definições sexuais (sexismo ou homofobia), gênero, raças, localização geográfica, deficiência, idade e tendências de comportamento”, diante de “uma ideia formada antecipadamente e que não tem critério algum, a não ser sua percepção errônea de mundo”.

Essas ideias formadas antecipadamente, realizando julgamentos de forma preconcebida e suscitando questões de preconceito, “acontece[m] cotidianamente, basead[as] em estereótipos e colocad[as] em falas como: que feio, que gorda, que magro, que burro, negro ladrão, índio vadio, mulher vadia, idiota e tantas outras”, criando grupos minorizados em virtude do estabelecimento desses estereótipos e intensificando o domínio de grupos sociais hegemônicos (PIVA, 2017, p. 4712).

Esses comportamentos preconceituosos, o autor diz que são resultado da ignorância das pessoas e que podem se transformar em sentimentos de raiva ou de hostilidade, levando à agressividade ou à discriminação.

Ressaltamos aqui as palavras de Nelson Mandela, o primeiro presidente negro da África do Sul e um nome de referência como líder po-

lítico na história da luta contra a opressão racial. Em seu livro *Long walk to freedom*, Mandela (1995, p. 384) diz que: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. Assim, “[...] a diversidade pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais séria quanto mais complexas vão se tornando as sociedades [...]” (GOMES, 2007, p. 17).

Uma pessoa aprende a ver a outra, e, se esta for diferente, a julga pelo seu ponto de vista, pela forma como foi educada no seu ambiente familiar, educacional e social. Podemos dizer que vivenciamos um mundo que nos chega editado, em que nos descrevem a “realidade” que nos querem passar, com relatos impregnados de estereótipos que em muitos casos nos são desfavoráveis. São esses os “relatos que recebemos cotidianamente e que vão preencher nossa visão de mundo não apenas sobre os fatos de que não participamos, mas, muitas vezes, também sobre os fatos do universo em que vivemos” (BACCEGA, 1998, p. 10).

Esses relatos impregnados de estereótipos possuem adicionalmente um fator subjetivo, o das diferenças, que impactam e “se manifesta[m] sob a forma de elementos emocionais, valorativos e volitivos, que vão influenciar o comportamento humano”. Essas manifestações são imbuídas de fatores socioemocionais, “trazendo em si, como já mencionado, juízos de valor preconcebidos, preconceitos, e atuam na nossa vontade” (BACCEGA, 1998, p. 10).

Podemos dizer então que as diferenças podem nos unir e nos desunir diante de contextos e vieses, por linhas tênues de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. “Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos” (MUNANGA, 2013, s/p).

Vimos que a diversidade está atrelada ao contexto histórico, social, político e cultural, então podemos dizer que significa representar

uma sociedade; porém, ela também pode ser entendida como a expansão da individualidade, que possui sua representação em um modelo social, apresentando uma concepção complexa como o formato basal da sociedade.

Nessa visão, as diferenças podem se manifestar como uma experiência natural da vida cotidiana da sociedade. Porém, a tendência de tomar a diferença como uma inadequação dos valores estabelecidos por um grupo social ou cultural provoca comportamentos e atitudes que são prejudiciais ao desenvolvimento e ao relacionamento entre as pessoas, despertando sentimentos como o preconceito, a discriminação e a intolerância. Infelizmente, são sentimentos – vividos e sentidos – encontrados continuamente na sociedade, associados a posturas que refletem o mais profundo e o pior da sociedade: a violência e a exclusão.

Por isso, pensar na questão da diversidade é um processo essencial para todas as pessoas, pois envolve a construção da identidade e impacta de forma direta e assertiva a concepção de valores e de atitudes que permitam uma melhor convivência e o respeito entre todas as pessoas, para o pleno desenvolvimento do ser humano e da humanidade.

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 316). Dessa forma, minorias são todos os grupos que necessitam resgatar seu direito de voz através de uma ação contra-hegemônica, que opere em prol da livre expressão de sua diversidade e desigualdade, sem que, para isso, haja a necessidade da normatização ou do conceito de igualdade.

E ESSA TAL DIVERSIDADE...

Diversidade

*Foi pra diferenciar
Que Deus criou a diferença
Que irá nos aproximar
Intuir o que ele pensa
Se cada ser é só um
E cada um com sua crença
Tudo é raro, nada é comum
Diversidade é a sentença
O que seria do adeus
Sem o retorno?
O que seria do nu
Sem o adorno?
O que seria do sim
Sem o talvez e o não?
O que seria de mim
Sem a compreensão?
A vida é repleta
[...]*

*A chama da diferença
A humanidade caminha
Atropelando os sinais
A história vai repetindo
Os erros que o homem traz
O mundo segue girando
Carente de amor e paz
Se cada cabeça é um mundo
Cada um é muito mais
O que seria do caos
Sem a paz?
O que seria da dor
Sem o que lhe apraz?
O que seria do não
Sem o talvez e o sim?
O que seria de mim?
O que seria de nós?
[...]
A chama da diferença
(Lenine, 2010)*

Essa canção tem na sua essência a reflexão da pluralidade existente no mundo, enfatizando a importância da diversidade, das diferenças; por meio de metáforas, privilegia as antíteses, clama o reconhecimento dessa verdade e a compreensão.

Você já pensou “o que seria de nós” se não houvesse a pluralidade, as diferenças?

Vamos lá!

Concentre-se e imagine um arco-íris. Um arco multicolorido, composto de sete cores, que surge quando o sol ilumina a umidade suspensa no ar, após chover intensamente.

É lindo, não é?

As múltiplas cores, mais precisamente sete, que compõem essa maravilha: vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta. Imagine a forma do arco desenhada em um lindo céu azul.

Agora imagine se o arco-íris fosse somente da cor azul. Não poderíamos percebê-lo, pois não se destacaria no céu, porque este também é azul. Assim, não seria um arco-íris com suas múltiplas cores, seria somente céu. Perderia todo o encanto que ele nos proporciona, pois é esse se deslumbrar com o diferente que forma a beleza do mundo. E essa beleza precisa ser respeitada em sua plenitude. É essa composição formada pela diferença, pela pluralidade, que caracteriza o que é diverso. O mundo é constituído pelos múltiplos aspectos que diferenciam o diverso de algo ou de outra pessoa.

Vimos nos capítulos anteriores que falar de diversidade não é uma tarefa fácil, pois nós, seres humanos, somos complexos e diversos. A homogeneidade criada em virtude dos processos sociais ao longo de nossa história ainda é tida como padrão, porém hoje essa crença não cabe mais, por isso é preciso falar sobre diversidade.

Falar sobre diversidade é admitir muito mais do que a existência de uma margem ou de um centro, da oposição entre uma pessoa branca e uma pessoa negra, uma pessoa heterossexual e uma pessoa homo ou bissexual, uma pessoa argentina e uma pessoa brasileira, uma pessoa rica e uma pessoa pobre, uma pessoa masculina e uma

pessoa feminina, uma pessoa morfologicamente “normal” e uma pessoa com deficiência – isto é, a admissão, nessa oposição, da existência de algo que seja correto ou errado, normal ou anormal. Falar sobre diversidade é reconhecer a existência de pessoas privilegiadas que “ao longo de séculos de investimento de poder e saber [...] passaram a ser [consideradas] como universais pelas epistemologias e pelas políticas”, e por isso “as diversidades acolhem marcas sociais daqueles [...] que não foram convencidos como ‘normais’” (YAGO, 2019, p. 55).

Podemos perceber, então, que a beleza do mundo é formada pelas diferenças, pelas pluralidades, por sua diversidade – que representa a união dessas pluralidades –, vivendo em harmonia, respeitando o que é diferente e, principalmente, buscando o estabelecimento de relações socialmente equânimes e justas. Com esse entendimento, quais seriam algumas das categorias de análise da diversidade humana?

Utilizamos aqui a palavra “algumas” pois “diversidade é sempre o amanhã” (PARANHOS, 2021, s. p.), o que nos sugere uma incompletude, uma inconclusão, um eterno vir a ser que possibilita o surgimento de novos deslocamentos, novas diferenças e novas diversidades.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

A discriminação étnico-racial, conforme previsto na Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010, refere-se a “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, ascendência, cor, origem nacional ou étnica com a finalidade ou o efeito de dificultar ou impedir o reconhecimento e/ou exercício”, tendo como base a igualdade, dos direitos humanos e das “liberdades fundamentais nos campos social, político, econômico, cultural ou qualquer outra área da vida pública” (BRASIL, 2010, s. p.).

A nossa diferença enquanto seres humanos, compreendendo o termo como equivalente a pessoas em sua existência biológica, e sujeitos sociais surge como uma de nossas maiores semelhanças. No

entanto, é de extrema importância lembrar que a identidade construída pelas pessoas negras não ocorre somente em oposição às pessoas brancas, mas também pelo diálogo com elas. As diferenças, assim, implicam esses processos de deslocamento, que ora aproximam, ora distanciam. É nessa relacionalidade que nos é possibilitado o aprendizado acerca das identidades (GOMES, 2002). Diante do fato de que a cultura brasileira tem alguns de seus enlazes na pluralidade, “nos tornando diferentes uns dos outros”, é nessas “diferenças que reconhecemos nossas identidades de valores” (FREITAS, 2019, p. 16).

Outrossim, devemos problematizar tal pluralidade, a fim de que o conceito não seja “romantizado”, haja vista o fato de que

[o] Brasil é um país plural, diverso e em constante construção das suas relações sociais. Sua identidade cultural e étnica está alicerçada em uma história marcada pela dominação europeia, onde a assolação da condição humana de grupos étnicos, escravidão e genocídio foram o cerne da construção desse país (ARAÚJO, 2015, p. 11).

Ao abordarmos a questão da dominação de pessoas negras, é importante termos claro que nenhuma pessoa nasce escrava. Essa é uma postura equivocada, pois elas foram e são escravizadas. Isso precisa estar claro em nossas mentes, pois o termo “escravo” naturaliza uma condição, traz a ideia de que ser escravo, submisso e passivo é uma condição intrínseca das pessoas de cor preta, carregando um significado preconceituoso e pejorativo diante de uma construção histórica da humanidade.

Não podemos negar que “[s]omos filhos de uma forte miscigenação entre os brancos, negros e índios, onde não podemos nos distinguir e nos determinar como fazendo parte de somente um desses grupos: somos filhos da diversidade” (ARAÚJO, 2015, p. 11); porém, esse termo, “miscigenação”, deve ser percebido como possuidor de inúmeros – e complexos – sentidos e significados, até mesmo os mais perversos. Prova disso é o famoso mito da democracia racial, inaugurado pelo

sociólogo Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, publicado em 1939. O conceito, em si, não foi utilizado pelo autor, com os mesmos termos, nessa obra; contudo, Freyre, com o passar dos anos, produziu inúmeras publicações utilizando a terminologia e relacionando sua gênese ao livro em questão. Na tentativa de condensar seus argumentos, podemos dizer que Freyre defendia que o Brasil posterior à Lei Áurea tornara-se um país onde pessoas negras e pessoas brancas conviviam em harmonia, fato que deveria suscitar, inclusive, o orgulho nacional (FREYRE, 2006).

Pessoas autoras como o antropólogo Kabengele Munanga e o sociólogo Florestan Fernandes, que estudam temáticas relacionadas ao racismo estrutural brasileiro, e como a psicóloga Lia Vainer Schucman, especialista em estudos relacionados à branquitude, repudiam veementemente as teorias de Freyre e, ademais, afirmam que elas colaboraram, e muito, para solidificar opressões e violências ligadas à cor em nosso país.

Conforme Guimarães (2002, p. 50):

[...] “Raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também uma categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a nação brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe”.

Assim como a escravização, a raça foi feita, o conceito de “negro” foi construído, e hoje devem ser, sim, mantidos na base dos discursos, garantindo sua perspectiva política. Quando dizemos que a raça também foi construída, estamos falando de uma construção social perversa que, em um primeiro momento, teve o objetivo de distinguir pelas diferenças e, posteriormente a isso, acabou culminando em mais um dispositivo de opressão. As pessoas foram, ao longo dos anos, racializadas, tornaram-se pertencentes a uma outra raça por conta de sua cor de pele. Com base nessa diferença, outros campos de poder foram se

entrelaçando – classe e gênero como os mais expressivos –, culminando no que hoje conhecemos como racismo (BRAH, 2006).

Assim, o conceito de raça, se usado para abordar tão somente qualquer tipo de “diferenciação” (BRAH, 2006) – repare que não estamos utilizando aqui o termo “diferença” –, acaba reproduzindo o conceito da democracia racial, mostrando um Brasil sem diferenças, composto pelas três “raças” – o índio, o branco e o negro – que se miscigenaram, dando origem ao povo brasileiro. Por meio desse conceito, passa-se a neutralizar as diferenças culturais e a naturalizar uma concepção de cultura uniforme; porém, as discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob os holofotes de uma igualdade que não existe, falseando a vivência do sofrimento e da exclusão.

Após definirmos que racialização é, em síntese, a imposição de determinadas categorias ao grupo dominado pelo grupo dominante, podemos refletir que não somente ocorre uma racialização motivada pela cor. Paralelamente, observou-se que a imposição de noções estereotipadas de “necessidade cultural comum” acerca de grupos heterogêneos, com aspirações e interesses sociais diversos (HALL, 2005; BRAH, 2006), também começou a ser construída de forma expressiva e ostensiva. Surge o etnicismo, uma “modalidade” de racialização relacionada aos aspectos culturais. Por tal razão, o termo “etnia” passou a ser utilizado em conjunto com a ideia de raça, possibilitando a gênese da expressão étnico-racial.

“A sociedade com personalidade negra sofre com o racismo, como sendo um mito da democracia racial que foi um processo construído historicamente, acerca de qualquer processo de socialização entre os indivíduos” (GOMES, 2011, p. 149), do mesmo modo que sofre com o etnicismo, que desconsidera as especificidades culturais e, no escopo destas, as diferenças estabelecidas.

Imagine: você chega a um determinado lugar e encontra um senhor vestido com roupas árabes. Nesse lugar, há uma terceira pessoa que conhece o senhor em questão, e você pergunta a ela qual é o nome dele. O tal senhor se chama Sallim, um nome reconhecidamente

árabe. Você começa a observar os trejeitos daquela pessoa, o sotaque bastante carregado, e nota que ele está entregando algumas esfirras para uma moça. Durante a observação, você começa a ouvi-lo e o escuta falar de um dia em que esteve “na igreja”. Provavelmente, ao ouvir o termo “igreja”, você deve ter sentido certo incômodo. Ouvindo mais um pouco, você o escuta dizendo que estava “pregando”. Não mais conseguindo segurar a curiosidade, vai até aquela pessoa que conhece o senhor e pergunta que igreja é essa da qual ele fala? Para sua surpresa, você acaba sabendo que aquele senhor é um pastor evangélico.

Muito provavelmente, ao julgar os trajés, o sotaque, o aspecto, entre outros marcadores, você diria que aquele senhor era mulçumano. Mas não. Assim também acontece quando você se refere às pessoas negras como “africanas”, mas não é capaz de definir de qual país elas vêm. Lembre-se, a África é um continente. Todas essas reflexões sustentam a necessidade de perceber a diversidade étnico-racial.

Temos um caminho árduo a ser trilhado, voltado à conscientização humana, mesmo diante de políticas que promovam a equidade étnico-racial e que visem à luta contra o racismo em todas as esferas da vida social, ou ainda diante daquelas direcionadas a grupos marginalizados e discriminados, possibilitando um tratamento justo para todas as pessoas que representam a classe negra.

DIVERSIDADE GERACIONAL/ETÁRIA

Para falarmos sobre a questão da diversidade geracional ou etária, é preciso ter claro em nossas mentes como se classifica no Brasil a população por faixa etária. De acordo com o IBGE, a divisão etária é realizada da seguinte forma:

- Jovens – do nascimento até aos 19 anos de idade.
- Adultos – correspondem à população que possui entre 20 e 59 anos de idade.

- Idosos ou melhor idade – pessoas com 60 anos de idade ou mais.

“O envelhecimento populacional é um dos fenômenos mais significativos no século XXI” (CEPELLOS; TONELLI, 2017, p. 4). Ter um envelhecimento bem-sucedido está atrelado ao bem-estar físico e social, que se deve às “condições e aos valores existentes no ambiente em que o indivíduo envelhece, e às circunstâncias de sua história pessoal e de seu grupo etário”, preservado “o potencial individual para o desenvolvimento, respeitando os limites da plasticidade de cada um” (NERI, 1995, p. 34).

Envelhecer de forma bem-sucedida é uma dádiva. Apesar de a juventude ser vista como um dos melhores períodos da vida, não podemos negligenciar o aumento da expectativa de vida do brasileiro, que está levando a pirâmide etária a se inverter nas próximas décadas. Conforme o IBGE, em 2019, o número de idosos no Brasil chegou a 32,9 milhões, evidenciando que a tendência de envelhecimento da população converge para uma maioria de idosos até 2050. Isso exige uma nova compreensão da terceira idade no ambiente social.

Dessa forma, “o tempo de vida das pessoas na sociedade contemporânea tem se tornado mais extenso, respaldado pelos avanços da ciência, da saúde e de tecnologias que atuam em prol da longevidade” (SABBAG, 2021, p. 15). Nesse tempo de vida, são formadas as gerações, o termo usado “no sentido de classe e/ou de categoria de idade característica, sendo comum destacar a presença da jovem geração, das gerações adultas e da velha e/ou antiga geração”, conforme Batista e Galelli (2014, p. 3). Essa diversidade de gerações vem crescendo atualmente, e dividirem o mesmo espaço social é fator para que ocorram diversos conflitos.

“Cada sociedade observa o envelhecimento de acordo com a cultura adotada, podendo existir a noção de respeito ou desprezo” (SANTOS, 2020, p. 35). É interessante refletirmos que o preconceito para com pessoas idosas, na sociedade ocidental, é uma questão cultural,

pois existem outras culturas em que a pessoa idosa é respeitada por seus conhecimentos, suas vivências e sua sabedoria, em razão de sua jornada, e se tornam essenciais os seus ensinamentos.

Precisamos entender o envelhecer como algo bom e a importância de termos políticas públicas, pois o envelhecimento é inevitável. Faz-se necessário repensar essa realidade e combater a discriminação contra pessoas ou grupos baseada em idade, conhecida como discriminação etária. “A discriminação por idade é/tem se tornado um fator bastante comum atualmente; legitima a separação e o conflito existente entre as gerações, bem como, reduz recursos e oportunidades que poderiam ser disponibilizadas para com os sujeitos mais velhos” (HELAL; SILVA, 2019, p. 3).

O preconceito etário infelizmente acontece de forma bastante latente na sociedade, de um modo geral – nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, no mercado de trabalho, na mídia, entre outros espaços. “A visão cultural negativa a respeito do envelhecimento é reforçada pela mídia e pela propaganda que, não raro, retratam os mais velhos com clichês e fórmulas padronizadas” (IRVING, 2019, p. 7). É nesses clichês e nessa padronização que é criada a estereotipagem. Desse modo, a discriminação de pessoas mais velhas baseada na estereotipagem, chamada de etarismo, leva as pessoas a serem mais propensas a atribuir características positivas aos membros de seu próprio grupo (viés de grupo) e características negativas para outros grupos dos quais não fazem parte (LALONDE; GARDNER, 2011).

O termo “etarismo”, também conhecido como ageísmo, é compreendido como toda e qualquer ação que envolva intolerância para com as pessoas por conta da sua idade. “Ageísmo” vem da língua inglesa, “ageism”, que vem, por sua vez, de “age”, que significa idade. Esse tipo de etarismo delinea a hostilidade e a discriminação sofridas por pessoas com base na idade cronológica. O ageísmo está atrelado à diversidade e à inclusão, que, recentemente, passaram a fazer parte das preocupações sociais e políticas, como apontado por Torres, Vasques-Menezes e Presotti (2017).

Para a Associação Americana de Psicologia (APA, em inglês), organização que representa profissionais de psicologia nos Estados Unidos da América e no Canadá, o preconceito de idade é uma questão séria, que deve ser tratada da mesma forma que outras discriminações, como aquelas baseadas em gênero, etnia ou orientação sexual, por exemplo. Nesse sentido, encontrar formas de minimizar o ageísmo se torna essencial, na medida em que a população de idosos continua a aumentar.

“Os estigmas: velho, idoso, rabugento, esclerosado, ultrapassado, já deu o que tinha que dar [-] vêm se acumulando durante séculos e levarão, ainda, algum tempo para serem abolidos do imaginário cultural brasileiro” (SANTOS, 2020, p. 33). Além desses, devemos lembrar alguns outros estigmas que, na maioria das vezes, nem mesmo são caracterizados como tal. Na verdade, isso se dá pelo fato de que as pessoas frequentemente não imaginam que “possam existir” essas realidades. Por exemplo: pessoas idosas que possuem vida sexual ativa, pessoas idosas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexuais, assexuais, entre outras), pessoas idosas que trabalham, que dirigem (bem), que são economicamente ativas ou até mesmo que decidem estudar e empreender. Estamos em tempos de clamar por mudanças; precisamos revisitar conceitos, quebrar padrões para todos, começando por derrubar alguns tabus e estereótipos e por celebrar a longevidade de cada pessoa ou grupo social, assimilando as rugas e as marcas de expressão, os anos de vida e a vivência pessoal e profissional, desconstruindo a diversidade – uma realidade e um desafio cultural dos novos tempos.

DIVERSIDADE DE GÊNEROS

Queremos realizar uma parada, antes de iniciarmos nossa conversa acerca da diversidade de gêneros, para problematizarmos e esclarecermos algumas situações ainda bastante complexas no cenário atual.

É importante que façamos isso já, pois, após a diversidade de gêneros, abordaremos as diversidades sexuais. Existe uma estreita proximidade entre os conceitos de gênero, sexualidade e sexo. Proximidade, porém, não conexão.

A primeira pergunta que devemos fazer é: de onde vem, onde surge essa proximidade?

Esses três conceitos, quando colocados em conjunto, formando um tripé, estabelecem o chamado padrão cisheteronormativo (SIERRA; CÉSAR, 2016). O prefixo “cis” é proveniente do latim e significa “do lado de cá”, ou seja, do mesmo lado. Nessa situação, admitimos que só existe esse lado, ou ainda que esse é o lado considerado como correto. Dessa forma, o termo “cisgênero” é utilizado para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. “Hétero” está relacionado a uma das formas de sexualidade – nesse caso, aquela que compreende as relações afetivas entre pessoas de gêneros opostos. Por fim, “normativo” designa o padrão, a normatização que existe por detrás desse conceito. O padrão cisheteronormativo, então, regulamenta pessoas no entendimento de que o único tipo de relação aceitável e possível é aquele entre duas pessoas de gêneros opostos.

O termo “sexo” está atrelado às distinções biológicas e “designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos” (OLINTO, 1998, p. 162). No entanto, retornando aos primeiros trechos de nossa obra, devemos lembrar que somos pessoas constituídas sob uma estrutura binária. Dessa maneira, o sexo também acaba definido como binário: macho ou fêmea. A questão do sexo deve ser analisada por uma ótica minuciosa, pois ele acaba sendo utilizado por discursos fundamentalistas na tentativa de esvaziar a diversidade de gêneros e/ou sexual, com falas como: “Ah, mas se tem vagina é mulher, se tem pênis é homem”. Não, o sexo não é binário. Prova disso são as pessoas conhecidas como “intersexo”, que desenvolvem características sexuais que não podem ser estabelecidas como exclusivamente femininas ou masculinas.

Já o termo “gênero” refere-se a uma categoria socialmente construída (SCOTT, 1995) relacionada à diferenciação entre ser mulher ou ser homem, ao feminino e ao masculino. Essa construção social está atrelada à diferença genética, mas de forma mais ampla e complexa. “Gênero é um conceito das Ciências Sociais surgido nos anos 1970, relativo à construção social [acerca] do sexo” anatômico (OLINTO, 1998, p. 162). “Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura” (BORGES, 2007, p. 509). Dessa forma, podemos dizer que “gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”, e ainda que o conceito de gênero “pode ser entendido como o processo pelo qual a sociedade classifica e atribui valores e normas, construindo assim, as diferenças e hierarquias sexuais, delimitando o que seriam papéis masculinos e femininos” (BORGES, 2007, p. 509).

Compreendido o que seria essa construção acerca da categoria gênero, agora nos cabe desconstruí-la. A desconstrução se dá pelo fato de que sua configuração marginaliza, deixando à mercê, milhares de pessoas que não estão dentro desse espectro binário entre homem e mulher, fruto da cisheteronormatividade compulsória (PEREIRA; SIERRA, 2020). Essas pessoas, a partir da impossibilidade de deslocamentos, experienciam sofrimentos inenarráveis – afinal, elas não existem.

Pessoas transgênero são aquelas que não se “encaixam” nos padrões binários. Não, não é que elas “decidem não se encaixar”, pois, se essa possibilidade existisse, considerando o panorama transfóbico do país que mais mata pessoas trans* no mundo (ANTRA, 2021), com toda a certeza elas não decidiriam seguir por tal caminho. Elas são transgênero desde sempre. Elas experienciam a disrupção e a dissidência (BUTLER, 2014), e qualquer tentativa de apagamento e de silenciamento destas culminam em ações preconceituosas, discriminatórias, violentas e até mesmo criminosas (JESUS, 2014).

Vamos atentar à terminologia: identidade de gênero. Considerando-a uma identidade, ou seja, a noção daquilo que singulariza uma pessoa e que, ao mesmo tempo, a identifica quanto à comunalidade (HEIDEGGER, 2018), a identidade de gênero está, ainda, associada a um padrão pessoal, ou melhor, subjetivo. A subjetividade deve ser entendida como o lugar onde as coisas e as relações ganham sentido – é o lugar do vir a ser, do processo, das significações (BRAH, 2006) a um nível psíquico consciente e inconsciente. Ou seja, nós não podemos determinar qual é a identidade de gênero de uma pessoa. Somente ela pode. Aquilo que aparece, que está diante de nossos olhos, é conhecido como “expressão de gênero”, que, como o próprio nome diz, poderá expressar, ou não, a identidade de gênero da pessoa por meio de marcadores socialmente construídos. Dentro das expressões de gênero, observamos a existência das cisgêneros masculinas ou femininas, bem como das transgêneras e andróginas.

A negação de direitos e uma perpetuação de ideologias pairam sobre nossa sociedade, em que “[a] construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações [...]. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO, 2007, p. 18). Não que tenhamos que acabá-lo, partindo da perspectiva de que, enquanto pessoas, somos inconclusas (FREIRE, 1996), mas devemos transgredi-lo, percebê-lo como um caminho árduo a ser seguido, com o intuito de desconstruir uma mentalidade arcaica. Torna-se, assim, viável a construção de uma nova sociabilidade, respeitando a diversidade e as potencialidades das pessoas, independentemente de seu gênero, favorecendo a equidade nas relações humanas por meio da sua potencialidade.

DIVERSIDADE SEXUAL

A diversidade sexual vai além da questão de sexo e gênero: abrange a esfera da sexualidade humana, envolvendo os aspectos afetivos

e/ou sexuais, ou seja, a atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas. É importante você compreender que a orientação sexual não é opção. Não é uma escolha.

Vimos que o sexo está relacionado a questões genéticas, biológicas, e que o gênero, em sua subjetividade, está relacionado aos papéis sociais diferenciados para mulheres, pessoas trans* e homens. A orientação sexual “[c]onstitui os desejos internos e a atração externa da pessoa por alguém, diferindo do senso pessoal de pertencimento a determinado gênero” (PARANHOS *et al.*, 2021, p. 2), possibilitando entender que heteroafetividade, homoafetividade e biafetividade fazem parte da orientação sexual, que, por sua vez, remete à atração que se sente por outras pessoas. Porém, a orientação vai muito além de homo, bi e heteroafetividade.

A sigla LGBTQIA+ refere-se a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênero, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações múltiplas – devemos lembrar que as pessoas queer se identificam com essa categoria (como queer) justamente pelo fato de não se compreenderem como uma identidade; aqui utilizamos a sigla que integra o “Q” por uma questão de resistência – que rompem com o sistema dominante cisheteronormativo, pois “são aquelas identidades que se consideram discordantes do conceito binário e biologicista de identidade e expressão de gênero” (PARANHOS *et al.*, 2021, p. 2).

Por romper com o sistema dominante, a comunidade LGBTQIA+, em muitos casos, passa a ser alvo de intolerância, discriminação, preconceitos e violências, considerando-se o fato de que “qualquer pessoa que saia do padrão heterossexual é tratada com descaso, desprezo, humilhação e até violência física” (PIVA, 2017, p. 4708).

Podemos denominar essa intolerância de homofobia, reconhecida como “a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais” (RIOS, 2009, p. 59). “A homofobia é uma espécie de medo irracional diante da homossexualidade ou do homossexual, [um medo] que se manifesta em violência física ou verbal, demonstrando todo o preconceito que a definição sexual da pessoa envolvida

acarreta” (PIVA, 2017, p. 4708). Infelizmente, hoje, existe uma parte da sociedade que rejeita a natureza diversa da sexualidade e ainda, além de rejeitar, estabelece um padrão de normalidade e pune quem não o satisfaz.

Um outro padrão, configurado em estigma, bastante importante e pertinente para nossa discussão, diz respeito às pessoas assexuadas. Sabemos do preconceito existente contra pessoas homossexuais – gays e lésbicas – e contra pessoas bissexuais – que se concretiza em torno do discurso de “indecisão”; porém, devemos nos aprofundar no primeiro caso. Existe uma discursividade de verdade (FOUCAULT, 2012) de que todas as pessoas fazem sexo, muito por conta da necessidade reproducionista acelerada durante a Revolução Industrial. Mas o que falar de pessoas assexuadas? Sim, elas existem e algumas delas - em sua grande maioria - não fazem sexo. A maior parte dessas pessoas experienciam outras formas de prazer que não aquelas contidas no ato sexual em si e são completamente apagadas, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIA+, por tal fato.

Todas essas formas de agir depõem contra o mundo diverso em que vivemos, contra a própria espécie humana. Reconhecer e respeitar todas essas possibilidades é reverenciar a diversidade humana, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, diversa, igualitária e livre.

DIVERSIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

As pessoas com deficiência precisam ser reconhecidas por suas potencialidades, por sua experiência de deficiência na construção da subjetividade, e não exclusivamente como condição de uma minoria. Não podemos negar os possíveis impedimentos corporais e as implicações que as pessoas com deficiência podem ter, mas é essencial que valorizemos as experiências dessas pessoas e suas configurações singulares e criativas ao vivenciá-las (GESSER; NUERNBERG, 2014).

Dessa forma, é imprescindível incorporar a temática voltada à deficiência como categoria de análise transversal nas ciências humanas e sociais.

A integração dessa categoria [deficiência] não restringe a investigação, nem exclui o estudo de outros determinantes já considerados nas análises da psicologia social, como os de raça, geração, classe social ou gênero. Pelo contrário, a deficiência desloca o marco conceitual para reforçar a compreensão de como esses determinantes se entrelaçam em vários sistemas, redefinindo-se e constituindo-se mutuamente um ao outro. Portanto, no contexto contemporâneo, a inclusão da deficiência como categoria de análise é de grande importância analítica e política à psicologia social (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012, p. 563).

Reconhecer o potencial e o desenvolvimento de pessoas com deficiência é uma forma de garantir os seus direitos e a igualdade. Diante das diversas manifestações sociais em defesa das minorias, foram criadas diretrizes e normativas legais estabelecendo parâmetros para as intervenções voltadas à proteção e à inclusão de pessoas com deficiências na sociedade, implementando políticas públicas direcionadas ao alinhamento do seu compromisso social ao tema das diversidades.

Diante desse compromisso, as pessoas com deficiência têm direitos legais quanto às políticas públicas traçadas com o propósito de inclusão na sociedade, permitindo que mostrem suas potencialidades e sua capacidade de desenvolver várias atividades, desafiando assim o preconceito de pessoas que as viam como desprestigiadas no que se refere ao paradigma biomédico.

Dessa forma, para ficar clara a aplicação de políticas públicas, o artigo 3o do Decreto no 5.296 (BRASIL, 2004, s. p.) considera:

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

E o artigo 4º traz em sua essência o enquadramento de pessoa portadora de deficiência nas seguintes categorias, conforme Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, atualizado pelo Decreto no 5.296 (BRASIL, 2004, s. p.):

Deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);

Deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);

Deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);

Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004); saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

É importante abordar que pessoas com transtorno do espectro autista também passaram a ser consideradas como pessoas com deficiência a partir da promulgação da Lei no 12.764, em 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Porém, mesmo com o suporte de leis públicas, ainda há a necessidade de discutir sobre o reconhecimento da diversidade e do espectro voltado à deficiência, orientado por uma perspectiva inclusiva, com foco na integralidade humana e pelo viés da garantia de direitos humanos, da promoção de autonomia e da redução das desigualdades enfrentadas por esse grupo minoritário.

DIVERSIDADE CULTURAL

Para falarmos de diversidade cultural, precisamos primeiro ter claro o conceito de cultura, que “é tudo o que o ser humano produz para construir sua existência e atender a suas necessidades e desejos” (ARANHA, 2006, p. 58). Diante desse conceito, podemos entender que as pessoas ao nascer são inseridas em uma cultura e que, a partir de suas experiências e vivências, passam a produzir e a propagar sua cultura ao longo de suas trajetórias.

Atualmente, podemos ter duas linhas inseparáveis em relação ao conceito de diversidade cultural. Uma das linhas está associada ao contexto da diversidade interna de uma determinada sociedade, em que as pessoas possuem características culturais heterogêneas, cons-

truindo uma identidade nacional em conjunto, tendo a preocupação de manter seus direitos por meio da democracia cultural e da busca pela igualdade das minorias. A outra linha refere-se a uma perspectiva mundial, por meio de trocas de bens e serviços culturais, objetivando um intercâmbio equilibrado entre países.

Essas linhas, como dito, são inseparáveis, pois ambas carecem de garantias de manutenção quanto à identidade cultural de um povo. A preservação e a perpetuação dessa identidade são efetivadas principalmente por meio de políticas públicas, dando o suporte para que sejam produzidas, e não empobrecidas.

A diversidade cultural está vinculada a diferentes costumes e tradições de uma sociedade, sendo estes representados por meio da língua falada, das crenças, dos comportamentos, dos valores, da culinária, da política, da arte, da música, das vestimentas, das manifestações religiosas, entre tantos outros elementos.

O preconceito linguístico consiste numa discriminação contra línguas ou dialetos. Esse preconceito é social e tem como alvo pessoas que falam de forma diferente, devido a um motivo histórico ou geográfico. As classes dominantes impuseram o padrão linguístico para todos, mas não permitiram às classes dominadas o acesso a ele. Houve essa condição, que na verdade não é uma contradição, mas uma estratégia político-ideológica. Isso, para que pudessem ter, além de outros instrumentos de controle social, também o controle da língua. É o que Pierre Bourdieu chama de a “língua legítima”: as classes dominadas reconhecem a língua legítima, mas não a conhecem. Ou seja, elas sabem que existe um modo de falar que é considerado melhor, o mais correto, importante, mas elas não têm acesso a ele (PIVA, 2017, p. 4705).

O Brasil, por abranger um extenso território, “é reconhecido como o país de diversidade cultural, devido a composição étnica da população baseada em diversas matrizes populacionais, como a europeia, africana e autóctone do qual se originou a miscigenação vista na atualidade” (BITTENCOURT *et al.*, 2019, p. 74). Em virtude dessa mescla de diver-

vidade cultural existente no país, devido ao encontro étnico, formou-se uma vasta cultura. Contudo, em razão da época da colonização, mais especificamente a dos colonizadores europeus (portugueses), que se constituíram enquanto “elite dominante e, em relação as tradições do negro e do índio desde a colonização, [...] diversos aspectos dessas culturas, principalmente a religiosidade, são nos dias atuais inferiorizadas e alvo de preconceitos” (BITTENCOURT *et al.*, 2019, p. 74).

Há desde a origem da diversidade cultural no Brasil certa exaltação ao colonizador europeu, difundida por um padrão eurocêntrico e pela disseminação de uma pretensa superioridade europeia em relação aos povos que aqui se encontravam, os nativos da colônia (indígenas) e os diversos povos de diferentes etnias do continente africano que vieram ao Brasil na condição de mercadoria para alimentar séculos de escravidão. Os dois últimos povos foram vistos por muito tempo pelas sociedades numa escala inferior em relação ao português (europeu). Essa imagem de inferioridade disseminou-se entre a população brasileira, refletindo-se em preconceitos, marginalização e racismo ainda bastante presente nas sociedades, mesmo que de forma sutil ou mascarada (LEAL, 2013, s. p.).

A cultura é social, intrínseca às pessoas, produzida por elas, pelas suas individualidades e em seus relacionamentos sociais em conjunto com o meio em que vivem. Perceber a diversidade nos espaços de convivência coletiva é buscar entender as diferenças referentes às culturas étnica, ideológica, religiosa, entre outras, mas que, ao serem cooptadas por locais de poder, produzem sistemas sociais que as dividem em grupos minorizados e majoritários. O preconceito cultural ainda é expressivo no Brasil, havendo a necessidade de reconhecimento dos grupos minorizados frente a preceitos de desigualdade, descumprimento, dignidade e respeito de seus direitos.

Muitas pessoas são desconsideradas pela relação [com o] local onde nasceram. Esta é, certamente, uma das principais causas


da intolerância e da xenofobia (preconceito contra estrangeiros ou pessoas oriundas de outras origens). Exemplos típicos são os norte-americanos e latinos, especialmente mexicanos, ou entre europeus e os povos vindos do continente africano. A visão etnocêntrica caminha na contramão da visão global de sociedade, pois é sinônimo de ignorância, desrespeito e falta de tolerância (PIVA, 2017, p. 4709).

Esse é um olhar equivocado, que traz à tona a desigualdade e o classismo social, o elitismo cultural, a xenofobia e outras formas de opressão nelas e por elas atravessadas, suscitando questões de ódio e de preconceito com a diversidade cultural, numa explícita violação dos direitos humanos, e perfazendo uma divisão socioeconômica criada por grupos sociais dominantes. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Porém, ainda devemos tornar claro o longo caminho que temos a percorrer até poder cumprir, de fato, com aquilo que está expresso no texto-base de nosso país.



CAPÍTULO 4

MAS PARA QUE TUDO ISSO?



*“Eu sou a dureza desses morros
revestidos,
enflorados,
lascados a machado,
lanhados, lacerados.
Queimados pelo fogo
Pastados
Calcinados
e renascidos.”
(Cora Coralina, 2014)*

Minorias são todas as pessoas que estão representadas nos versos de Cora Coralina. A duras penas, viemos nos mantendo, ano após ano, sem que nossa voz fosse calada, sem que as culturas fossem apagadas, sem que nosso viver fosse esquecido, e, de certa forma, é nesse processo que sempre renascemos, nos refazemos, nos reinventamos e seguimos. Porém, queremos poder seguir também sem percalços. Completar a jornada em pé de igualdade, nos sentando às mesas para tomar as decisões, mas não mais às mesas que possuam cabeceiras. Queremos mesas triangulares, onde todas as pessoas possam se sentar e fazer valer o seu existir na diferença, na diversidade, com ou sem a necessidade de uma identificação. Queremos “ser”, independente do que for” (PARANHOS, 2016, p. 35). O título deste capítulo ilustra um dos questionamentos mais ouvidos pelos grupos minorizados quando da defesa de suas pautas, independentemente do contexto em que ocorrem. “Mas para que tudo isso?” demonstra, a nosso ver, três pontos principais e cruciais a serem analisados.

“Mas” é uma conjunção coordenativa cujo objetivo é introduzir uma frase que, basicamente, denota algum tipo de oposição ou restrição àquilo que foi dito anteriormente. Quando se lança tal questionamento, iniciado por esse termo, a sensação é de que mais uma vez é preciso colocar pessoas do outro lado, em oposição, e nessa oposição representar o erro, isto é, o que não está correto ou que não deve ser considerado. Note bem, cara pessoa leitora, que a grande questão aqui não está em figurar em uma oposição, situação necessária quando encaramos, compreendemos e defendemos um processo dialético que compreende a pluralidade de opiniões. O fato se concentra em mais uma vez contradizerem, menosprezarem minorias.

“Para quê” pode ser substituído por qual razão, por qual motivo, por quê? Enfim, não é a expressão que nos interessa, mas o que ela significa e representa. No momento em que nos indagamos por qual motivo temos que agir dessa ou daquela maneira, estão querendo questionar, retirar a autoridade, desfazer o poder, ou melhor, deixar claro

que nunca se teve, que minorias não são pessoas capazes de simplesmente agir, mas seres que devem, a todo instante, pedir permissão. E, novamente, a questão toda não está na explicação, que deve ser considerada no estabelecimento de relações saudáveis e equânimes, mas no fato de que nunca foram as minorias que questionaram os atos das pessoas que representam os grupos da maioria. As suas decisões, os seus quereres, sempre se concretizaram, independentemente do que as minorias achassem ou não.

E, para encerrar, “tudo isso?”. Menosprezo. Exato, é isso o que essas duas palavras querem representar. É como se a pauta das minorias fosse grande demais, como se os desejos delas fossem utópicos demais, como se a luta fosse desnecessária. Como se, mais uma vez, pudessem ficar com boca, olhos e ouvidos fechados e simplesmente obedecer. Obedecer à norma. Obedecer ao poder. Obedecer aos mandos e desmandos de um sistema que quer controlar seres, viveres e saberes, por puro medo de que atos subversivos coloquem o seu poderio em xeque.

Nesse tocante, se constrói uma nova expressão para minimizar a existência de luta, o mimimi, haja vista que

[f]alar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando poder (RIBEIRO, 2020, p. 79).

É nesses termos de Djamilia Ribeiro que devemos nos concentrar: deslegitimar. Legítimo é tudo aquilo que se considera amparado pela lei, legalizado, ditado, justificado, explicado pelo bom senso e pela razão, justo e razoável. (Des)legitimar é ir contra tudo isso. É cercar o direito de dispor de amparo legal e automaticamente recolocar na ilegalidade. É colocar novamente em uma posição de criaturas abomináveis, contrárias ao bom senso e à razão.

Quando tentamos defender as minorias de mais essa violência, outro dispositivo surge, quase como um coro uníssono e absoluto das vozes das pessoas que atacam: vitimismo. Observem, não são vítimas, estão “se fazendo de”, e nisso há um grande abismo. Até mesmo o direito de serem reconhecidas enquanto vítimas dos processos de exclusão, ou seja, como pessoas feridas, violentadas e torturadas por tais processos, é retirado. Pior que isso: é deturpado. Deturpado porque querem que a sociedade interprete as demandas erroneamente, como se as minorias estivessem fazendo uso de um discurso falso, como se não fossem vítimas de nada, simplesmente para atrair atenção ou para se opor aos grupos que querem continuar no controle.

Não existe violência quando somos o primeiro país do mundo no número de assassinatos de pessoas trans* pelo “simples” fato de estas serem trans*, chegando a 175 mortes no ano de 2020 (ANTRA, 2021)? Não existe violência quando consideramos que a expectativa de vida de uma pessoa no Brasil é de 76 anos e que a de uma pessoa trans* é de 35 anos (ANTRA, 2021)? É vitimismo lutar contra um sistema que matou, em 2019, 174 pessoas gays pelo fato de serem gays (OLIVEIRA; MOTT, 2020)? Seria comum considerar que 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil em 2018 (FRANCO, 2019)? Está tudo bem considerar que pessoas brancas possuem uma renda média de R\$ 2.884,00 mensais, enquanto pessoas negras chegam aos R\$ 1.663,00 mensais, ou que estas últimas representam 76,70% da população em condição de pobreza extrema, quando pessoas brancas são 22,30% (FREIRE, 2020)? Seria besteira nossa questionar as 77,1 mil denúncias recebidas no ano de 2020 pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos) por violência contra pessoas idosas (GANDRA, 2021) ou os 135 assassinatos de pessoas indígenas notificados à Secretaria Especial de Saúde Indígena no ano de 2019 (VILELA, 2020)?

Ainda na tentativa de exercer a fala, não bastassem os novos conceitos brancos heterocispatriarcais criados, a minoria foi colocada em um outro polo da discussão, expressando com clareza os mecanismos

binários que operam na sociedade quando é tirada da posição de viti-mista e colocada no lugar de violadora da ordem e do direito. É mais uma vez um movimento reativo – quando a hegemonia se levanta contra o movimento contra-hegemônico (SANTOS, 2014):

[...] diante dos limites impostos, [em que] vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência e o silêncio imposto (RIBEIRO, 2020, p. 86).

Nessa concepção binária, em que se tem de ocupar um lugar ou outro, quando não restam outros meios, mais uma vez tais vozes são todas violentadas, pois se exige que ocupem um “não lugar”, que sejam um “não ser”, na tentativa de enquadrá-las em aspectos que não lhes servem, que não lhes fazem sentido. E o pior é saber que – e aqui cabe lembrar os dispositivos basilares descritos no capítulo 1 – esses binarismos são criados a partir de construções sociais e dão sustentação a estas ao serem reproduzidos inclusive pelas pessoas pertencentes aos grupos minorizados, que não raro acabam aceitando os discursos de que são inferiores, problemáticas, anormais, e criam um sofrimento interno que não pode ser descrito. Notem, além de toda a luta concreta, visível, a existência aqui de pessoas que sentem que, por mais fortes que se coloquem nas ruas, na frente de batalha, em prol da equidade e da justiça social, chegam em suas casas, deitam-se em suas camas e sofrem. Sofrem por serem acusadas, oprimidas, violentadas, sofrem por de fato acharem que há algum problema com elas.

Ainda dentro dessa esfera das internalizações, outro fenômeno nada recente, mas que somente agora ganha notoriedade, tornando-se mais um motivo pelo qual devemos abordar e defender as diversidades, é chamado de cancelamento. Na mais pura acepção da palavra, cancelar tem a ver com eliminar, riscar, anular. Como afirmado anteriormente, o ato de cancelar pessoas conhecidas que pertencem aos gru-

pos de minorias – além daquelas que não conhecemos pessoalmente, apenas por meio da opinião pública – é bastante antigo. As justificativas para tais atos não serão por nós abordadas, espaço que deixaremos aberto para que as pessoas profissionais da área da psicologia possam elucidar. No entanto, adentraremos no campo dos resultados gerados por tal prática.

Se formos resgatar todos os dispositivos e processos que possibilitaram o surgimento dos grupos minorizados, o cancelamento é, por si só, um dos aspectos mais presentes. O ato de excluir estabelece relação com o ato de cancelar. No momento em que observamos a estruturação de um grupo majoritário, composto por pessoas com características e ideologias muito próximas, todas aquelas outras que ali não se enquadram são, quase automaticamente, canceladas. Automaticamente, por um processo de “seleção natural” que não se encerra nele mesmo, mas sim se perpetua, um cancelamento por meio das falas, dos movimentos, do apagamento, do silenciamento. Mas não é essa forma de cancelamento que queremos destacar aqui, pois compreendemos que não basta criar uma obra que tenha o intuito de facilitar a compreensão das diversidades por meio de um processo de contextualização histórico e social que se encerre sem relacionar toda essa jornada com a atualidade.

O cancelamento é uma construção social, da mesma forma que tudo o que vimos até aqui, como queremos que você possa começar a compreender, e como tudo, absolutamente tudo, o que há no mundo, ou até fora dele. Enquanto construção, ele se modela e se remodela com o passar dos anos e com os contextos que vão se reorganizando. As tensões geradas no campo político e social exigem que os dispositivos de controle, também construções sociais, se reconfigurem para atender às novas agendas. Desse modo, o cancelamento também foi configurado e reconfigurado com o passar dos anos. Ele não desapareceu, como prática, entre os grupos majoritários e os grupos minorizados, mas se pode dizer que diminuiu. Ou melhor, se realocou, mudou de lugar. O cancelamento de 2021 nasce e se expande, de forma acelerada, onde,

talvez, ele menos pudesse, ou nem pudesse, estar: dentro e entre os grupos minorizados.

Como acreditamos que você tenha compreendido – ou ao menos esperamos que um processo de reflexão tenha se iniciado –, as pessoas que compõem os grupos minorizados possuem em comum as violências e a vivência das opressões. Não importam quais, de quais formas, em que contextos, por que motivos, todas elas acontecem e geram, em maior ou menor intensidade, dor e sofrimento, e isso deve estar bastante claro para nós, para você, para as pessoas que integram tais grupos, bem como para aquelas que não integram, mas entendem a necessidade de lutar para que essa percepção alcance todo o contexto social. Essa locução – em comum – é utilizada para indicar algo que é compartilhado por dois ou mais elementos, sendo esse algo, nesse caso, a dor.

Compartilhada essa dor, esse encontro entre situações de vulnerabilidade que abrem espaço para que as violências ocorram e sejam concretizadas, ela deve ser analisada de um ponto de vista que aproxime as pessoas e as coloque em sintonia para que se juntem em uma batalha contra a opressão hegemônica. Porém, e por mais espantoso que seja, isso nem sempre ocorre. Temos observado uma crescente – e isso tem se tornado mais exposto, visível – de relações como essas que se cancelam: uma pessoa considera a sua dor maior do que a da outra e, por conta disso, cancela a dor daquela.

Em paralelo à dor, e ainda nos pautando na perspectiva das construções e das convenções sociais, devemos deixar claro que somos pessoas e que, por mais minorias que possamos ter e reconhecer, ainda fomos pessoas criadas em uma sociedade que opera por meio de um padrão branco cisheteronormativo hegemônico. Por conta disso, acabamos, em diversas situações, nos expressando e nos relacionando com base nessa constituição. Nessa relação, nós, enquanto pessoas que pertencem aos mais variados grupos, acabamos nos pautando em estigmas e estereótipos e reproduzindo diversas formas de preconceito e de discriminação.

Ora, se as minorias são pessoas que já se encontram fragilizadas em uma perspectiva de justiça social e de relacionalidade equânime, tudo o que não podemos nesse momento é promover quaisquer tipos de rachas e divisões que possibilitem a desestruturação de uma organização contra-hegemônica. Tais atos tendem tão somente a enfraquecer as minorias, ainda mais enquanto identidade grupal, diluindo forças, potencializando os discursos conservadores que querem regular por completo e colocar as minorias cada vez mais à margem, na invisibilidade, na exclusão. E, atenção: não temos nos dado conta disso! Não temos percebido que essa circunstância vem se tornando uma constante nas nossas relações.

Você ainda não percebeu isso? Você acha que não ocorre? Então voltemos para esse campo que criamos, de extrema segurança, em que somos somente nós, você e a sua consciência. Reflita e pense:

- Você, mulher negra, nunca diminuiu o sofrimento de outra mulher pelo fato de ela ser branca?
- Você, pessoa com deficiência, nunca fez nenhum comentário racista?
- Você, homem cis gay, nunca discriminou uma pessoa trans*?
- Você, pessoa não binária, nunca pensou que aquela mulher lésbica cis não sabe o que está falando porque não sofre o mesmo que você?
- Você, pessoa idosa, nunca fez uma fala capacitista, mesmo que “na brincadeira”?

Esses são só alguns poucos exemplos. A questão toda não está em pensar que o seu sofrimento é maior, que as opressões enfrentadas por você são muito mais ferozes e violentas. Não há como negar que uma mulher negra enfrenta muito mais violência do que uma mulher branca, ou que uma mulher negra, com deficiência e lésbica lida com um campo bem maior de opressão do que todas as outras. A escritora, mulherista, ativista dos direitos civis e homossexuais Audre Lorde vem cancelar essa perspectiva ao afirmar que não existe qualquer tipo de hierarquia ou escala da opressão, que não é direito particular de deter-

minado grupo minoritário ser livre de processos de opressão (LORDE, 2009), sendo que quaisquer tipos de competição entre as pessoas excluídas devem ser recriminados (AKOTIRENE, 2020).

O que queremos pontuar aqui é que, por mais que isso ocorra, em momento algum a dor da outra pessoa pode ser menosprezada e desconsiderada, ou que, caso você seja uma pessoa “privilegiada” por possuir menos marcadores sociais que levem à opressão, nem por isso você tem o direito de diminuir as outras. Ao contrário. E esse “ao contrário” tem tudo a ver com o que falaremos nos dois próximos capítulos.

Neste momento, você talvez esteja se perguntando: “Mas por que tudo isso está ocorrendo? O que mudou para que chegássemos a essa situação?”. Não enxergamos outra maneira de subsidiar nosso ponto de vista e explicar tal fenômeno que não seja o uso da teoria foucaultiana acerca da perversão. O termo, que se relaciona com o ato de perverter, possui dois significados distintos, porém próximos. O primeiro está ligado com o ato de tornar-se mau, operando em uma dicotomia entre bom e mau. O segundo, por sua vez, se relaciona com alterações e desvios. A psicologia, por exemplo, considera a perversão como um desvio de comportamento, estruturada sobre um desejo, às vezes quase incontrolável, de transgredir a ordem.

Quando Foucault (2014a) atenta para o lado perverso das coisas, inclusive – e principalmente – aquelas que aparentam ter somente um lado positivo, o autor está chamando a atenção para vieses existentes que possam, na realidade, querer atingir resultados completamente opostos daqueles explicitados. É importante que esse acontecimento fique bastante claro, pois ele estará diretamente ligado com alguns dos apontamentos que faremos a seguir, ainda no decorrer deste capítulo.

Vamos tomar por exemplo a questão da diversidade e inclusão (D&I) nas organizações atualmente. Ao escutarmos esses três termos – diversidade, inclusão e organização –, obviamente e de pronto sentimos felicidade e esperança, pois compreendemos que esse movimento em prol das diversidades e sua posterior inclusão têm chegado a empresas, instituições, organizações públicas e privadas. Sem medo de errar, afir-

mos que o ano de 2021 é o ano da temática de D&I. São centenas de eventos, matérias, entrevistas, cursos, formações, tudo “prometendo” instrumentalizar pessoas e empresas para implantar e implementar ações reais e concretas que possibilitem o protagonismo das minorias.

Mas, e é aqui que a perversão entra, nem tudo é o que parece ser. Em momento nenhum nossa intenção é ir contra todas as empresas e organizações que têm buscado adequar-se a este novo momento. Pelo contrário. Compreendemos todo esse movimento e defendemos que ele cresça, se estruture e permaneça, a fim de que se transforme em uma prática constante dentro desses espaços. No entanto, precisamos, munidas da alegoria da Gestalt, enxergar não somente a figura, mas também o fundo. Ou seja, enxergar não somente aquilo que está à nossa frente, visível aos nossos olhos, mas principalmente aquilo que está no plano de fundo.

Para defender a lógica da perversão, tomaremos emprestado o termo utilizado e discutido por Carla Akotirene (2020): superinclusão. A autora defende que, no atual contexto social – e aqui pedimos que se faça uma leitura mais ampla, pois o conceito não serve somente ao campo das organizações –, observa-se uma iniciativa em prol da defesa da inclusão – que, frisamos mais uma vez, não é o mesmo que a própria inclusão, mas se relaciona a ela – que tem gerado um grande movimento a fim de articulá-la e efetivá-la. Porém, nessa sede de incluir, o processo ocorre de maneira homogênea, ou seja, como se houvesse somente um modo – ou como se fosse necessário somente um – de incluir todas as pessoas de todos os grupos minorizados e secularmente excluídos. Ou seja, pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+, indígenas, com deficiência, idosas, migrantes, de diversas etnias ou religiões, seriam todas incluídas de uma única maneira, em um único processo, através de um único movimento. Tornando o mais popular e simplista possível: seria “incluir tudo no mesmo saco”. Esse movimento em torno da diversidade e inclusão pode ser considerado tudo, menos diversidade e inclusão, haja vista as diferenças existentes entre as identidades e os subgrupos minorizados, além das diferenças nos

mecanismos de violência que se apresentam nessa relação – o que veremos e compreenderemos no próximo capítulo.

E onde estaria, então, a perversão? Nos vieses. Nas entrelinhas.

As análises e pesquisas recentes, desenvolvidas por inúmeras pessoas pesquisadoras da temática – grupo do qual fazemos parte – têm constatado que essas ações vêm se tornando mais comuns por conta de processos de reconfiguração na gestão de organizações, fruto de lutas e conquistas, ainda que poucas, da militância dos grupos minorizados (além de outros aspectos que contribuem para tal eclosão da discussão no campo organizacional, dos quais trataremos em outros escritos). Ao se sentirem pressionadas para que a D&I faça parte do contexto organizacional, as altas gestões veem-se na obrigação de atender às reivindicações; porém, tais ações não são concretas e efetivas, principalmente com o passar do tempo.

No momento em que as organizações se abrem para essa “nova” possibilidade e assumem um compromisso com a agenda, elas se munem de um discurso homogêneo, universalista, como se o simples fato de dizer que possuem ações de D&I e de implementar algumas práticas estivesse, de fato, cumprindo e colaborando com o propósito. Ao contrário. Dessa maneira, elas conseguem suprir o desejo de suas pessoas colaboradoras, acalmar os ânimos junto dos grupos que exigem tais mudanças e, de quebra, usar essa imagem como estratégia de *marketing* que atraia a atenção da mídia e, em decorrência, de novos clientes.

Essa é a perversão. E essa perversão exclui. Ou melhor, ela é, tomando por base a defesa de Sawaia (2005), um processo em que as pessoas não são tão somente excluídas. Ao contrário. As pessoas são, primeiramente, incluídas ao acreditarem que estão fazendo parte de determinado grupo ou que estão tendo suas pautas atendidas, para que nessa inclusão ocorra a exclusão, em que, em mais um momento, se identifica a perversão. Ao estarem dentro de um grupo, essas pessoas ficam mais próximas das outras, daquelas que compreendem as maiorias, e assim são tratadas como seres inferiores, inúteis, que foram anexados àquele contexto.

Seguindo ainda por essa perspectiva da perversidade e dos novos discursos em prol da “diversidade” e da “inclusão”, acreditamos que se faça necessário destacarmos mais dois conceitos/fenômenos bastante atuais: o universalismo e a multiculturalidade. Ambos os termos e conceitos são bastante próximos – na realidade, todos eles são; possivelmente consistem em “melhoramentos”, “inovações”, uns dos outros, são dispositivos de controle que se modernizam para acompanhar a evolução da sociedade –, mas possuem diferenças e especificidades importantes de serem discutidas.

Quando afirmamos que as organizações empregam um discurso “universalista” para concretizar a “superinclusão”, estamos querendo dizer que elas desejam que você acredite na igualdade. Ou melhor, na humanidade. Novamente, pedimos aqui muita atenção. O termo “humane/humana/humano”, e todos aqueles que dele decorrem, deve ser sempre significado – no que se refere à significação e à compreensão – de forma contextual, ou seja, nunca devem ser analisados de maneira isolada, mas sempre em relação a algo ou a alguma coisa. Já adotamos aqui, e usaremos ainda mais, vários termos que se relacionam à humanidade ou à humanização, mas sempre a compreendendo enquanto um processo que perceba o sistemismo e a complexidade das pessoas. Porém, quando falamos dessa humanidade ligada ao universalismo, pedimos que você a perceba enquanto igualdade entre as pessoas.

Por exemplo: você já deve ter ouvido alguém falar, ou mesmo ter falado, que não há a necessidade de distinção de raças, pois somos pessoas iguais. Isso até poderia ser fato. Poderia. Não é, pois são bastante claras, durante toda a evolução da humanidade, as várias práticas que quiseram diminuir pessoas negras em comparação com pessoas brancas. Aquelas foram racializadas e, quanto à raça, distinguidas das demais. Após essa racialização, o conceito de raça não trouxe consigo tão somente a questão da cor de pele, e talvez esse seja um dos menores pontos a serem percebidos. Raça engloba violências, desigualdades, opressões, relações de poder e de dominação que se estabele-

leceram e culminaram em uma sociedade que mata, prioritariamente, pessoas negras, por exemplo.

Em outros termos, o universalismo tende a minimizar as opressões e as desigualdades, ou mesmo interromper qualquer tipo de movimento que as questione, com um discurso de que somos pessoas iguais e que nenhuma dessas pautas é necessária. Parênteses: você consegue observar como aqui estão entrecruzados e entrelaçados conceitos como binarismo, tendência à normalização, cancelamento, perversão e muitos outros dispositivos? E devemos ir além, pois esse discurso daquilo que é universal acaba, na realidade, aumentando e potencializando diversas formas de opressão que, na maioria das vezes, não são percebidas pelas pessoas em suas relações – ou ao menos por aquelas que não estão na posição de oprimidas.

A fim de elucidar, utilizemos o caso dos movimentos feministas e de mulheres. Ainda no primeiro capítulo, quando realizamos uma breve – e muito breve – explanação sobre os movimentos feministas, deixamos claro que se faz urgente uma compreensão de que eles não são organizados em torno de pautas – exclusivamente – das ou para as mulheres; e, no entendimento de que a categoria de gênero é uma construção social, não existe a mulher, mas sim as mulheres, contemplando mulheres trans*, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência, mulheres...

Todavia, conforme Akotirene (2020) e Ribeiro (2020), é nítido que os movimentos feministas, principalmente aqueles oriundos da matriz europeia colonial, bebiam, e continuam bebendo, da lógica dispositiva do universalismo. Quando tensões são geradas dentro dos movimentos, ou quando algumas questões decisórias são colocadas em pauta, não raro surgem os discursos de que “somos todas mulheres”, “possuímos nossas diferenças, mas é o fato de ser mulher que nos une”.

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insis-

tem no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2020, p. 31).

Como consequência, as autoras apontam um sério apagamento epistemológico, histórico, cultural, entre tantos outros, dos movimentos feministas constituídos de pessoas – principalmente mulheres – negras, nascidos e construídos no continente africano e, por tal razão, embebidos de uma africanidade ímpar. Aliás, ao compreendermos nosso papel enquanto pessoas pesquisadoras e docentes, não temos o intuito de trazer novos conhecimentos, como se estes tivessem que ser inteiramente absorvidos pelas pessoas leitoras que se entregaram a este livro. Queremos propor mais reflexões a você que também transita pelo espaço acadêmico:

- Pense em sua última publicação. Quantas pessoas autoras negras foram utilizadas?
- Relembre seu trabalho de conclusão de curso, sua dissertação de mestrado ou sua tese de doutoramento. Na relação de pessoas autoras utilizadas, a maioria era de homens ou de mulheres?
- E, indo além, analisando essa mesma relação, existem pessoas que são dissidentes do padrão cisheteronormativo, ou seja, pessoas trans* ou não binárias?
- Aliás, você já utilizou alguma referência de pessoas trans* ou não binárias? De pessoas indígenas? E de pessoas com deficiência?

É provável que você não tenha chegado a números muito expressivos. Essa pequena reflexão tende a comprovar o apagamento do qual falamos. A academia não produz conhecimento proveniente de grupos minorizados porque: primeiro, essas pessoas não acessam o espaço

acadêmico; e, segundo, quando acessam, são levadas a normalizar sua produção de conhecimento e a utilizar teóricos que representem os grupos majoritários. Além do uso desses autores e dessas autoras, geralmente há um processo de inviabilização de pesquisas acerca de identidades destoantes do padrão. Não produzimos pesquisa sobre e para as pessoas excluídas. Precisamos reformar a academia!

Como última razão, trazemos o conceito de multiculturalidade. Este provoca discussões acerca de sua concepção, muito em razão do prefixo “multi”, que leva ao entendimento de uma junção, um conglomerado de culturas. A academia reconhece a existência de duas vertentes do multiculturalismo, uma chamada de liberal e outra conhecida por crítica. O multiculturalismo liberal seria aquele ligado às questões folclóricas de determinada cultura. Não que tais questões não sejam importantes, mas de certa forma possibilitam uma análise e um entendimento rasos em relação a determinado grupo. O multiculturalismo crítico, ao contrário, se debruça sobre a análise das diferenças e dos mecanismos de construção do preconceito (CANEN, 2007).

Esse discurso do multiculturalismo cultural liberal, dotado de uma razoabilidade bastante expressiva, é o que vem sendo difundido em nossa sociedade. Especialmente no âmbito escolar, onde pessoas docentes possuem uma dificuldade bastante grande de abordar temáticas relacionadas às diversidades – haja vista a forte pressão contrária por parte de grupos conservadores que representam a maioria –, ou onde outras docentes, de fato, também não concordam com tais pautas em nome da equidade e da diferença, a prática de atividades multiculturais vem a calhar, pois, de certa maneira, está trabalhando temáticas relacionadas às diversidades e à diferença, necessárias de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sem que seja necessário “tocar na ferida”.

O multiculturalismo crítico, por sua vez, também chamado por algumas pessoas especialistas de interculturalismo – o prefixo “inter”, segundo elas, daria a noção de culturas que estão em relação, e nessa relação se observam as tensões e os resultados gerados a partir delas

–, possibilita uma mudança de perspectiva do ponto de vista analítico, que abordaremos em nosso sétimo e último capítulo.

Todos os aspectos aqui relacionados são somente alguns daqueles que compreendemos como os mais importantes, necessários e expressivos, além de figurarem, de acordo com nossa análise, como os que mais estão presentes em nossa sociedade atual, agindo como verdadeiros dispositivos de controle e poder. Os dados, os conceitos, os discursos, tudo isso não passa de uma pauta inexpressiva ou de “gente que não tem o que fazer”. Ao contrário. Por mais que adotemos perspectivas ligadas ao subjetivo, o que por vezes gera um movimento reativo, com o discurso de que essas perspectivas seriam infundadas – por mais que a academia e todo o campo de pesquisa provem o contrário –, os números, racionais, fixos, concretos, não nos deixam mentir. São muitas as pessoas que sofrem, que são silenciadas, violentadas e mortas, e não podemos nos calar diante de tudo isso.

Então, não é para que tudo isso, mas é por conta de tudo isso!

“PESSOA NEGRA, LGBTQIA+, COM DEFICIÊNCIA, GORDA E POBRE: INTERSECCIONALIDADE, CORRETO?”. ERRADO!

Se levarmos em conta o fato de que o masculino é tomado como ponto de partida para todas as coisas, conforme aponta Bourdieu (2014), os homens podem ser considerados como aqueles que estão em primeiro. Em um debate acerca de diferentes perspectivas de opressão, a mulher negra sempre ocupará um lugar vazio, ou um terceiro lugar. Essa é uma afirmativa de Grada Kilomba (2012), ao destacar que elas, mulheres negras, sempre ocuparam espaços em discursos que deturpavam sua própria realidade. A autora afirma a existência desse lugar vazio ou desse terceiro lugar quando analisa os debates e seus posicionamentos. Quando se trata do racismo, por exemplo, a pauta se volta à discussão do homem negro. Em se tratando do gênero, as atenções se voltam à mulher branca. Homem negro e mulher branca estão abaixo do homem branco na hierarquia de poder, e por essa razão se localizam como segundo lugar. A mulher negra, ainda mais marginalizada, viria somente depois.

A filósofa Djamila Ribeiro também destaca a existência desse não lugar que é ocupado pelas mulheres negras, afirmando que: “Seria

como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2020, p. 46). A potência mencionada por Ribeiro estaria no fato de que essas mulheres, enquanto pessoas que mais conheceram e vivenciaram os mecanismos de opressão, repensaram o contexto em que estavam inseridas e propuseram novas formas de análise dessa localização.

Provavelmente, este capítulo e o próximo podem ser considerados os mais importantes desta obra, em relação à emergência de um (re)pensar as, sobre e das diversidades, para que comecemos a enxergar novas possibilidades concretas no que concerne à equidade e à justiça social. Os dois capítulos representam essa potência do feminismo negro e dessas novas formas de análise e de localização: interseccionalidade e lugar de fala – aliás, conceito, este último, provavelmente ainda não compreendido.

Partindo do conceito matemático expresso na teoria dos conjuntos, intersecção seria o conjunto de elementos que, de maneira simultânea, pertencem a dois ou mais conjuntos. Talvez matemática não seja sua praia, então vamos tentar ilustrar. Imagine dois círculos, sendo que uma parte de um deles está sobre o outro. Note que ali se forma um outro espaço, ou seja, há o círculo um, o espaço que representa a junção entre os dois círculos e o círculo dois. Então, esse novo espaço formado é a intersecção.

Sim, é dessa analogia que provém o termo “interseccionalidade”, que com toda a certeza não é, nem de longe, tão raso. O conceito deve ser percebido como integrado à escola de pensamento pós-estruturalista e localizado em uma perspectiva pós-crítica. Antes de continuarmos e defendermos o motivo dessas afirmações, acreditamos ser bastante prudente e produtivo definir, minimamente, o que vêm a ser pós-estruturalismo e perspectiva pós-crítica.

“Da estrutura ao sujeito”. Esse é o título do prefácio à edição brasileira de 2007 de *História do estruturalismo*, de François Dosse (2018),

que representa a mudança paradigmática inaugurada por essa escola do pensamento moderno, tendo o objetivo de possibilitar uma nova forma de relação entre as ciências e o mundo. Em resumo, o estruturalismo propõe uma recusa aos fundamentos tradicionais da filosofia, como as ideias de verdade, objetividade e razão, postulando o inconsciente como também um lugar de verdade, assim dotado de subjetividade, de dinamismo e até mesmo de irracionalidade. Nesse sentido, o estruturalismo foi se constituindo – por meio de perspectivas multidisciplinares que aqui não serão abordadas – e mudando a rota das ciências a fim de que o sujeito, diante de toda a sua incompletude e subjetividade, fosse percebido e encarado como passível de análise.

Essa construção do estruturalismo, após a morte de seus principais expoentes, passa por um novo processo, o qual chamamos de desconstrução. Tal desconstrução possibilitou que seus principais teóricos não fossem mais exaltados, mas que passassem a ser utilizados como uma grande caixa de ferramentas, que abriga em seu interior os principais instrumentos para que seja possível atuar em uma perspectiva interdisciplinar em torno dos processos de tensão gerados na tentativa de explicar e de compreender determinados fenômenos (DOSSE, 2018). Inaugura-se a era do pós-estruturalismo.

A perspectiva pós-crítica acerca das teorias do conhecimento não deixa de percorrer um caminho bastante parecido ao explicado anteriormente. As teorias críticas, voltadas principalmente às classes sociais, já não mais sustentam seus argumentos frente às reformulações enfrentadas pelas sociedades ao longo da história. Assim, a teoria pós-crítica possibilita um olhar mais amplo e, ao mesmo tempo, mais profundo ao redirecionar o foco para o ponto principal: o sujeito. Dessa maneira, além de explicar, analisar e compreender a realidade social das pessoas, a teoria pós-crítica defende que sejam também percebidos os aspectos voltados à subjetividade, como questões culturais e étnicas, racialidade, gênero, orientação sexual e tantas outras próprias da constituição da diferença entre elas.

Essa localização bastante simplificada é necessária para que se compreendam a complexidade e a profundidade do conceito de interseccionalidade, bem como para deixar claro o ponto de equilíbrio onde ele está centrado: nas pessoas. Ademais:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

Dessa citação de Carla Akotirene, dois trechos serão extraídos e elaborados: “inseparabilidade estrutural” e “mulheres negras”. Começamos pelo último. Ao utilizar “mulheres negras”, Akotirene, assim como todas as pessoas autoras que pesquisam e discorrem sobre o assunto, não afirma que a interseccionalidade está relacionada tão somente com essas pessoas. Ela, na verdade, reconhece a história de mulheres feministas negras que enxergaram a potência do lugar de opressão, como anteriormente declarado por Ribeiro (2020), para criar uma forma de analisar o lugar por elas ocupado.

“Inseparabilidade estrutural”, por sua vez, sugere algo que está posto, de modo que uma “peça” anterior sustente a “peça” seguinte, e assim sucessivamente, dando a noção de estrutura, e que, em razão da inseparabilidade, não pode ser separado. Essa noção representa um dos principais eixos que reformam o pensamento e endossam o pós-estruturalismo: tudo está em um processo sistêmico, e por “sistêmico” devemos compreender que as várias partes que formam um todo são de extrema importância e que o todo é muito maior do que a soma de todas essas partes.

Até aqui, possivelmente, você já deve ter visto que o conceito de interseccionalidade é muito mais complexo do que achava que era, ou do que aquele que é propagado por meio do “modismo”. O uso do termo “modismo” (efêmero, que está na moda, mas logo passa) conserva

em si um entendimento perverso, ou seja, é utilizado para validar um falso discurso acerca da diversidade que, após normalizado, será esquecido. Porém, nosso papel aqui é facilitar as coisas. Sigamos.

O termo aparece pela primeira vez no ano de 1989, quando Kimberlé Williams Crenshaw, estudiosa da área do direito, publica o texto “Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista”. Por doutrina, a autora se refere à teoria das ciências jurídicas, sendo que a interseccionalidade tende a possibilitar que o direito possa enxergar a “colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo negro em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

A categoria difundida por Crenshaw focaliza, principalmente, as intersecções entre raça e gênero, a fim de poder “contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (CRENSHAW, 1994, p. 54). Trata-se de uma nova proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (CRENSHAW, 1994, p. 54). Fazemos uso, aqui, do termo “difundida”, e não “inaugurada”, como muitos textos têm empregado, pois compreendemos que há todo um esforço anterior, por parte das feministas negras, em entrelaçar perspectivas que pudessem sustentar a interseccionalidade. Ribeiro (2020) e Akotirene (2020) relatam, em seus textos, que já no ano de 1851 a abolicionista afro-americana Sojourner Truth abordava tais aspectos e mecanismos de opressão em seus discursos.

Na fala de Crenshaw, podemos localizar alguns pontos passíveis de crítica. Críticas construtivas, é bem verdade, pois reconhecemos, e devemos reconhecer, seu enorme esforço e seu grande feito ao popularizar o termo “interseccionalidade” e ao aproximá-lo da academia, possibilitando o desenvolvimento de novas pesquisas e perspectivas. A crítica centra-se, no entanto, nas brechas deixadas por Crenshaw e, sobretudo, na forma como a academia tem utilizado seus textos, como

se estes fossem dotados de uma verdade absoluta, deixando também escapar alguns conceitos cruciais para a interseccionalidade.

Como mostramos anteriormente, Carla Akotirene (2020) evidencia que a interseccionalidade propõe uma nova perspectiva em que há uma inseparabilidade entre conceitos como racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Capitalismo e cisheteropatriarcado são abordados parcialmente na fala de Crenshaw, que deixa de aprofundar as questões de classe social e de sexualidade, tão presentes, como opressões, na vivência de mulheres negras, pautas essas já abordadas previamente pelo movimento feminista e pelas teóricas negras. Essa inseparabilidade é trazida, também, no texto de Brah (2006, p. 341):

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária.

“Então vocês estão querendo dizer que a interseccionalidade seria a opressão contra as mulheres negras baseada em seu gênero, sua raça, sua sexualidade e sua classe?”

Sim e não.

Sim, pois devemos reconhecer a luta histórica dessas mulheres que nos possibilitaram novas formas de compreender e de lidar com as opressões às minorias. Não, pelo fato de que, como acabamos de dizer, a interseccionalidade não nasce para ser utilizada como um con-

ceito exclusivo de mulheres negras. Ao contrário. Sua grande riqueza está no fato de que ela possibilita um olhar contra todos os mecanismos de opressão que estão atravessando seres e corpos.

“Quer dizer, então, que a interseccionalidade é uma forma de compreender a violência que os grupos hegemônicos propagam contra as minorias?”

Sim, mas vai além disso.

Na realidade, a interseccionalidade não pode, e não deve, ser encarada como um processo linear. Ao contrário. O conceito de interseccionalidade tem origem no termo “intersecção” por, até dado momento, identificar o conjunto de opressões que operam em uma sociedade, em um grupo ou em uma pessoa. Entretanto, ele é muito mais profundo. Não somente as somas são analisadas, mas também as relações, as origens, as tensões, os espaços ocupados, a forma como os sistemas de opressão agem como verdadeiros dispositivos de controle no contexto social.

Nesse dinamismo e nesse sistemismo característicos da interseccionalidade, nos é permitido analisar, inclusive, a maneira como as violências agem em nós, não na perspectiva de nos oprimir, mas como biopolítica, sendo esta uma prática de biopoderes locais que nos transforma não somente em alvos, mas em instrumentos de uma relação de poder (FOUCAULT, 1978).

Para facilitar: pela interseccionalidade, analisamos a maneira como os sistemas capitalista, racista e cisheteropatriarcal nos utilizam para também sermos agentes da opressão e pessoas propagadoras da violência. “O pensamento interseccional nos leva [a] reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e corroborarmos com as violências” (AKOTIRENE, 2020, p. 45).

Desse modo, saímos da lógica de maioria versus minoria para nos atermos às opressões em si, em todos os cruzamentos, os atravessamentos e as lacunas onde elas se encaixam – justamente como

se fossem um vírus, imperceptível por muito tempo, mas que, vez ou outra, deixa aparecer algum leve sintoma, e percebe-se que pode estar contaminando uma grande quantidade de pessoas. A interseccionalidade nos permite, inclusive, localizar e compreender as violências e as opressões propagadas dentro dos próprios grupos minorizados, ou seja, entre as pessoas que se compreendem enquanto minorias.

“Eu ainda não entendi.”

Vamos a um exemplo. Não nosso, mas de Carla Akotirene (2020, p. 44):

Notemos, analiticamente, o medo sentido por mulheres brancas ao passarem pelas periferias em certos horários. Para a interseccionalidade, importa saber, além disso, a aflição imposta ao negro visto como perigoso, na medida em que a vulnerabilidade de um, surge mediante a presença do outro. Errôneo argumentarmos a favor da centralidade do sexismo ou do racismo, já que ambos, adocedores e tipificados, são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias.

Perceba que a interseccionalidade compreende um olhar sistêmico, em que todas as partes são importantes e o todo é muito maior do que a soma das partes. O conceito não nos permite, ou pelo menos tende a não permitir, que uma opressão se sobressaia e que, em decorrência, a outra seja silenciada. Existe somente uma pessoa que pode definir o quanto uma opressão machuca e traz sofrimento: nós mesmos. Assim, a interseccionalidade propõe um olhar amplo, que nos faça enxergar que, por trás de cada situação de violência e opressão, existe algo muito maior do que um simples comportamento humano.

Essa identificação unilateral – ou seja, um caso como o da mulher branca que se sente amedrontada ao caminhar em um lugar tido como perigoso e ver um homem negro, naquele espaço, tido como a representação desse perigo – é equivocada e perigosa. Temos, de um lado,

o sexismo e, de outro, o racismo. Não importa qual é maior, não importa qual impõe mais opressão. Importa o fato de que ambos devem ser percebidos em suas especificidades, em suas construções singulares, estando a serviço de uma política de controle e de governo – uma biopolítica – que tende a desfavorecer as minorias.

“Acho que está ficando mais claro. Tem como tentar simplificar?”

Como dissemos anteriormente, a interseccionalidade não deve ser compreendida tão somente como uma soma de identidades. Há um entendimento bastante equivocado de que o conceito serve para, por exemplo, tratar de uma pessoa com deficiência que seja, ao mesmo tempo, negra, trans*, lésbica e pobre. Não, isso não é interseccionalidade. Isso é apenas a soma das várias identidades que constituem essa pessoa. O papel da interseccionalidade é o de localizar o surgimento das desigualdades e de perceber os mecanismos de opressão que se estabelecem nessa relação. O conceito poderia ser definido como uma grande lente que nos possibilita ampliar nossa visão acerca dos vários mecanismos de opressão.

Um outro ponto é bastante importante na definição da interseccionalidade, e sua importância se centra no fato de que ele lida com um aspecto de difícil localização e, por conseguinte, de análise: a subjetividade. Ora, a subjetividade humana foi, e é, o tempo todo modelada pelo cisheteropatriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo. São estruturas que fundaram nosso ser e nosso existir e que estão presentes de maneira maciça em nossa construção. Assim, a interseccionalidade considera não somente aquilo que está posto, que é explícito e que, dessa forma, pode ser facilmente analisado. Existem pessoas que sentem os efeitos da opressão, mas não os expressam. Que vivenciam medos, angústias e sofrimentos no seu íntimo. A interseccionalidade também tem a ver com isso.

Quem assume o texto, aqui, é uma de suas pessoas autoras, William Roslindo Paranhos, no intuito de poder esclarecer ao máximo

o conceito, possibilitando seu uso de maneira correta, haja vista essa necessidade. Eu, William, realizei uma cirurgia de coluna lombar que não deu certo. Por conta dela, sofro com fortes dores e perda de mobilidade. Toda essa situação me permitiu acessar o benefício de ter uma carteira nacional de habilitação (CNH) especial, voltada para as pessoas com deficiência, benefício esse necessário, já que, por conta do meu problema, não posso dirigir carros manuais, somente automáticos.

Percebam: eu tenho uma CNH, um documento oficial, que diz que eu sou uma pessoa com deficiência. Passei por profissionais da medicina que atestaram isso. Porém, em momento algum eu me senti oprimido por essa situação. Nunca fui violentado por conta dessa lesão. Isso nos possibilita compreender, inclusive, a forma como a deficiência não existe nela própria, mas se constrói socialmente. Não existem pessoas com deficiência. Existem pessoas com uma lesão física. É a sociedade que define que aquela pessoa é uma pessoa com deficiência.

A interseccionalidade nos permite, então, compreender que, por mais que o William se identifique com a deficiência, por conta de sua situação e dos documentos legais por ele acessados, ele não sofre com as opressões e as violências geradas contra esse grupo, nem de maneira concreta, nem subjetivamente. Assim, por mais que possua um quadro físico, ele não pode dizer que esse é mais um mecanismo de opressão por ele vivido e que se soma às opressões contra a sua homossexualidade, por exemplo.

“Melhorou bastante. Mas por que a interseccionalidade é tão importante?”

Como mencionado, no caso da mulher branca e do homem negro, sexismo e racismo estão a serviço da biopolítica, surgindo como dispositivos de controle. O sistema capitalista, racista, cisheteropatriarcal – e, olhando para o futuro, incluiremos, a partir de agora, capacitista, ageísta (fobia contra pessoas idosas), corponormativo (no entendimento de que este serve aos propósitos do sistema capitalista e cisheteropatriarcal), xenofóbico – tem utilizado perversamente – como aponta-

mos no primeiro capítulo – esses dispositivos, a fim de, mais uma vez, normalizar seres, corpos e saberes.

“Como?”

Fazendo uso da interseccionalidade.

Afirmamos anteriormente que a interseccionalidade nos possibilita analisar os biopoderes locais das relações de poder estabelecidas. Assim, sendo o sistema opressor, que tenta de todas as maneiras nos regular, disciplinar e docilizar (FOUCAULT, 2014c), ele também faz uso de outras formas de controle, além de já ter nos constituído sob sua matriz.

Aqui, gostaríamos de abrir parênteses. Esse é um exercício muito importante, talvez o mais importante deles, que devemos fazer: compreender que somos pessoas racistas, machistas, sexistas, LGBTQIA+fóbicas, capacitistas, preconceituosas. E, não, por favor, não se sinta uma pessoa atacada quando fazemos essa afirmação, até porque esse é um comportamento natural para quando nos apontam algo que não queremos notar em nós. Constituimo-nos, subjetiva e socialmente, sob a matriz do sistema em que vivemos, esse mesmo sistema que oprime e violenta. O que vem ocorrendo é que nos permitimos olhar para aquela inquietação interna, para aquela não aceitação acerca das coisas como estavam postas, para todos os momentos em que nos mandaram agir de determinadas maneiras e sentimos um imenso incômodo, para aquele desejo de mudança, de romper, de ser diferente e de viver a nossa diferença. Foi aí que iniciamos o nosso processo de desconstrução. Mas devemos nos lembrar, sempre, de que ele nunca termina, de que ele deve ser constante em nossas vidas, a fim de que nos distancie, cada vez mais, da violência sistemática.

Retornemos ao parágrafo anterior.

O sistema, então, ao inovar na busca por outras maneiras de controle, faz uso de muitos meios e contextos em que todas as pessoas estão inseridas. E se, neste exato momento, por exemplo, enquanto

redigimos este texto, digitássemos a palavra “inserides”? No mesmo instante, o sistema sublinhou a palavra com a cor vermelha; ao passar o cursor por cima dela, foi indicado que deveríamos utilizar o termo “inseriridos”. Sim, nós podemos até tentar negar essa situação ou diminuí-la – retornemos aqui ao capítulo 4, em que questionamos: “Mas para que tudo isso?”; em que demonstramos alguns dos atuais discursos que tentam mais uma vez nos apagar –, e talvez seja exatamente isso que o sistema quer. Esse ato de escrever uma palavra sem gênero e ter a corrigenda do sistema do computador no mesmo instante é, na realidade, fruto do outro sistema, do sistema opressor que nos regula e quer que voltemos a tomar o masculino como ponto de partida e medida para todas as coisas. É um fato simbólico, pequeno, mas que opera de forma expressiva em nosso inconsciente, no intuito de fazer a manutenção da matriz opressora em nossas existências.

Esse é só um dos milhares de exemplos, mas retornemos ao conceito de interseccionalidade. De acordo com a professora e socióloga, mulher e feminista negra Patricia Hill Collins (2017, p. 14):

Uma maneira de conter o potencial emancipatório da interseccionalidade consiste em apropriar-se de suas ideias, reformulando-a em relação às agendas neoliberais, depois descartando-a ao apontar uma aparente impossibilidade de a interseccionalidade promover mudança.

Sim, o sistema utiliza as ideias defendidas e difundidas pela interseccionalidade, colocando-as à sua própria disposição. Basta que percebamos as novas e tão comentadas práticas de diversidade e inclusão em organizações. Muitos programas empregam o termo – não podemos dizer que empregam o conceito, pois, se assim o fizessem, estariam no caminho correto – “interseccionalidade” para estruturar suas ações e práticas. Discursam em favor da agenda de uma diversidade que “inclua a todas as pessoas, com todas as suas diferenças e interseccionalidades”, e, ao final, quando o ápice do momento passa, a interseccionalidade é jogada fora, e as diversidades são, mais uma vez, normalizadas, sem que ao menos percebam.

VOCÊ NÃO SABE O QUE É “LUGAR DE FALA”



Sem medo de errar, intitulamos este capítulo com a afirmação acima.

Com toda a certeza, muitas pessoas sabem o que, de fato, significa lugar de fala. Porém, é perceptível que o número de pessoas que desconhecem o conceito, ou que fazem uso dele de maneira equivocada, é muito maior.

Antes de adentrarmos o assunto, precisamos destacar que lugar de fala se relaciona com locais de poder, onde são expressos os privilégios e de onde partem as opressões. Já usamos essa terminologia – poder – em vários trechos de nossa obra, porém ainda não nos aprofundamos em seu significado, de acordo com o pensador francês Michel Foucault. A etimologia da palavra “poder” advém do latim “*potere*”, que significa “ser capaz” e “autoridade”. Os dicionários da língua portuguesa relacionam o termo com tudo aquilo que exprime força (seja física, seja moral) e influência. E, sim, os locais de poder em Foucault também possuem relação com toda essa origem.

O conceito de poder em Foucault nos possibilita algumas perspectivas de análise. O poder pode ser repressor, calando e silenciando,

mas também propicia a (re)produção de saberes e de (in)verdades. Seja qual for a perspectiva de análise adotada, todas possuem um ponto convergente: o poder detém uma capacidade de mobilização a fim de obter resultados. Tal capacidade lhe viabiliza “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...], captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassam as regras de direito que o organizam e delimitam” (FOUCAULT, 2014a, p. 182).

O poder, utilizando um de seus principais dispositivos, o discurso, cria um fenômeno que se torna intenso e constante e que se reproduz no âmbito das relações: a verdade. Não é que o poder nos possibilita dizer a verdade. Na realidade, o poder, por meio do discurso, nos leva a produzir a verdade; e, ao ser reproduzida, exige-se dela funcionar; e, ao funcionar, torna-se verdade e cada vez mais verdade, até o ponto de se converter em uma verdade absoluta. Ao chegar a esse ponto, “somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la” (FOUCAULT, 2012, p. 29).

E quais são as verdades incontestáveis com as quais lidamos cotidianamente e das quais não discordamos?

Pense, reflita, enumere.

E vamos além: por que delas não discordamos? Que força é essa que habita em nós, que nos faz perceber aquele determinado fenômeno e pensar: “Ah, deixa pra lá, isso sempre foi assim mesmo”, ou não ter a percepção ativada para tais fenômenos, permitindo que estes passem despercebidos?

Pense na última festa de aniversário de criança para a qual você recebeu o convite e foi. Que presente você levou? Por quê?

Pense nas roupas que você compra: por que você as compra? Por que você gosta delas? Mas por que você só gosta desse tipo de roupa?

No caso de você ser uma pessoa que sente atração física por outras pessoas, reflita: elas têm um determinado biotipo? Por quê? Por que você só sente atração por aquele tipo determinado de pessoa? Mas onde você aprendeu a ter essa atração tão focada?

Pense em nós, pessoas autoras que estamos escrevendo este livro. Você já imaginou quantas paradas nós fizemos no decorrer do texto para substituir uma palavra, pois nos comprometemos, logo no início, a desenvolver uma escrita que priorize a linguagem neutra? De onde advém essa dificuldade?

Todas essas são verdades criadas e jamais questionadas. Contudo, precisamos avançar, pois ainda são exemplos muito rasos.

Masculinidades. Provavelmente você imagina que o termo se refere a tudo aquilo que está associado aos homens. Na verdade, não. O termo faz referência a um aspecto relacional acerca de campos simultâneos postos nas relações de poder, seja nas relações de homens para com mulheres, que expressam as desigualdades de gênero, seja nas de homens para com homens, que evidenciam as desigualdades baseadas em aspectos tais como a sexualidade, a idade, a diversidade étnico-racial (KIMMEL, 1998). A fim de facilitar a compreensão, as masculinidades expressam quais são os privilégios desfrutados pelas pessoas que se consideram do gênero masculino e que o relacionam com o sexo biológico masculino, em detrimento de todas aquelas identidades que não participam desse contexto. Masculinidades, assim como gêneros, sexualidades, sexo, são socialmente construídas, variam de acordo com as culturas e com os períodos históricos e podem se expressar de diferentes maneiras na vida de um homem.

Em se tratando de um local de privilégio – poder –, as masculinidades geram alguns tipos de opressão, tais como o sexismo – relação homem e mulher – e a homofobia – relação homem e homem. Desse modo, podemos afirmar que as masculinidades não são uma forma de violência, mas um local de poder que produz e reproduz verdades e que, por conta disso, gera diversas maneiras de opressão. No que se refere à relacionalidade entre homens e mulheres, estas são discriminadas, oprimidas, violentadas, visto que vivenciam, a todo instante, um modelo tradicional da divisão dos papéis, baseado na identidade de gênero, que acaba culminando em seu apagamento e em sua marginalização. Quanto às relações entre homens, muitos sofrem diversos ti-

pos de preconceito pelo fato de não conseguirem responder ao modelo hegemônico da masculinidade (MEDRADO; LYRA, 2008).

Esse conceito, em especial, por si só produz uma série de desencontros e de interpretações errôneas. Muitas pessoas promovem um discurso de que homens também podem sofrer preconceitos e, por esse motivo, seriam considerados uma minoria. A primeira afirmativa é verdadeira. A segunda é impossível de se concretizar. Já explicamos aqui que o termo “minoria” não possui nenhum tipo de relação com o aspecto quantitativo. A masculinidade:

como uma construção imersa em relações de poder é frequentemente algo invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais visível. Como dizem os chineses, os peixes são os últimos a descobrir o oceano. Esta questão da invisibilidade é ela mesma uma questão política: os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis àqueles que são, deste modo, privilegiados. A invisibilidade é um privilégio em dois sentidos – tanto desprezando as relações de poder que são mantidas pela própria dinâmica da invisibilidade, quanto no sentido de privilégio como um luxo. É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa (KIMMEL, 1998, p. 105).

Contudo, quando essa invisibilidade se torna uma verdade, ela não emana mais tão somente das pessoas que se definem enquanto homens, mas da sociedade em geral.

Pegando o gancho de Kimmel (1998), este encerra sua fala afirmando que: “É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas”. Assim, adentramos mais um local de poder onde estão contidos inúmeros privilégios, talvez aqueles mais expressivos no Brasil: a branquitude.

Branquitude é um conceito que, de acordo com a professora Lia

Vainer Schucman, pode ser compreendido como uma posição em que estão inseridas todas as pessoas que foram privilegiadas pelo sistema por conta de sua cor. Tal privilégio possibilita que essas pessoas tenham acesso a inúmeros recursos, tanto materiais quanto simbólicos, que não são ou não podem ser conquistados pelas pessoas que destoam do padrão de cor estabelecido. Oriunda do colonialismo e do imperialismo, e diretamente relacionada com o conceito de escravidão, a branquitude possibilita que grupos formados por pessoas brancas ainda desfrutem de inúmeras estruturas, concretas e/ou subjetivas, em tempos atuais (SCHUCMAN, 2014).

Mais uma vez, é importante salientarmos que a branquitude, assim como as masculinidades, não é um tipo de violência ou discriminação. Ela sustenta um sistema normalizado, baseado na cor, que considera as pessoas de pele branca como “normais” e/ou superiores às não brancas, gerando um dos tipos de preconceito e discriminação mais ferozes de nossa nação: o racismo.

Monoculturalismo: esse é um termo que, logo de cara, pode ser destrinchado. “Mono” faz referência a “um” – a unidade – enquanto “cultural” refere-se à cultura. O monoculturalismo também é um local de poder que adota como prática a preservação da cultura nacional, seja ela qual for, em oposição, ou melhor, de maneira contrária a qualquer tipo de influência que possa ser proveniente de outras culturas (CANDA, 2011). Tal prática se aproxima, em muito, do etnocentrismo, conceito que abordamos logo no capítulo introdutório de nosso livro. Ambos os locais, quando entrelaçados, promovem uma forma de opressão conhecida como xenofobia, considerada como medo ou aversão em relação às pessoas migrantes, sejam elas estrangeiras ou não, e que possuam culturas e hábitos diferentes.

Ainda sobre normatividades, dois conceitos devem ser abordados por nós, conceitos esses que possuem ligações estreitas entre si: corponormatividade e cisheteronormatividade. Começemos pelo primeiro. Corponormatividade nada mais é do que a junção dos termos “corpo” + “normatividade”, ou seja, ela aborda a normatividade dos corpos, ou

melhor, seu “funcionamento” ideal ou correto. Dado esse idealismo, a corponormatividade possui ligações tanto com o campo das deficiências quanto com o campo dos padrões estéticos de beleza.

A deficiência, segundo Mello e Nuernberg (2012), é um fenômeno que não se encerra no corpo, ou seja, que não está posto, colocado no corpo em si, mas na produção social que define que determinados corpos, pelo fato de possuírem uma lesão, são tidos como deficientes. Vejam bem: uma coisa é a lesão, outra coisa é a deficiência. Corpos que possuem algum tipo de lesão e que estão a todo tempo se relacionando com corpos privilegiados – corponormatividade – são taxados de disfuncionais.

Uma relação muito próxima é aquela entre o corpo e o padrão estético de beleza, o qual se sabe que é construído socialmente. No momento em que um corpo não cumpre com tais padrões e destoa daqueles outros que bebem dos privilégios, é tido então como errado, anormal, ou até mesmo como uma aberração.

A corponormatividade, dados seus privilégios, é geradora de dois mecanismos de opressão social: o capacitismo e a gordofobia. Na realidade, o capacitismo possui relação também com a gordofobia. Contudo, considerando os movimentos sociais em torno da temática e compreendendo a necessidade de abordar o assunto de forma isolada – entendendo “isolada” aqui como uma maneira que possibilite uma centralidade – vamos separar as duas formas de opressão.

A categoria “capacitismo” é “materializada através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência” (MELLO, 2014, p. 53-54). “Fobia” quer dizer “aversão”. Gordofobia seria, então, a aversão a todas aquelas pessoas que possuem corpos definidos como gordos pelo fato de destoarem dos padrões estéticos. Devemos salientar que, assim como em todos os outros tipos de violência e de opressão, há o atravessamento de intersecções que, quando transformadas em

discurso de verdade, geram uma convenção social: pessoas gordas não possuem sexualidade, pessoas gordas não fazem sexo, pessoas gordas são doentes.

Cisheteronormatividade é a junção de três conceitos, a saber: normatividade + heterossexualidade + cisgeneridade. Trocando em miúdos, o termo é utilizado para localizar a normalização do padrão de sexualidade e de gênero, sendo a heterossexualidade o padrão “natural”, “normal”, socialmente convencionado e aceito, assim como a cisgeneridade – ou seja, a concordância entre a identidade de gênero, a expressão de gênero e o sexo biológico determinado no nascimento, que exclui todas as pessoas que se consideram transgênero, transexuais, não binárias, queer, entre outras (AMAT *et al.*, 2018; PEREIRA; SIERRA, 2020).

O “cistema” cisheteronormativo possui um foco voltado às “práticas sexuais monogâmicas, heterossexuais e reprodutivas” (CÉSAR, 2009, p. 45), que privilegia as pessoas que integram tal sistema e participam de suas premissas, principalmente pela reprodução. As opressões surgem contrárias a todas aquelas pessoas que decidem, fazendo uso da expressão de Sierra e César (2014), não tornar seus corpos viáveis aos princípios cisheteronormativos: machismo, sexismo, transfobia, homofobia, lesbofobia, bifobia e todas as outras fobias sexuais existentes e possíveis.

Os locais de poder criam verdades.

É verdade que homens são superiores, seja às mulheres, seja aos outros homens que não possuem a mesma masculinidade.

É verdade que pessoas brancas são mais capazes.

É verdade que pessoas com deficiência não têm corpos normais e que pessoas gordas são feias ou não fazem sexo.

É verdade que o correto são as relações heterossexuais, pelo fato de que somente estas propiciam a reprodução.

E o que esses locais de poder têm a ver com o lugar de fala?

O termo tornou-se popular há poucos anos. Apesar de ser oriundo de inúmeros campos do saber, o que possibilita dotá-lo de uma caracte-

rística interdisciplinar, o conceito de lugar de fala ganhou popularidade, principalmente no Brasil, após a obra – necessária – da filósofa Djamila Ribeiro, um livro homônimo ao termo. Em Lugar de fala, Ribeiro (2020) tece uma verdadeira colcha de conhecimentos que abordam o exercício do falar. Entretanto, como a própria autora menciona em sua obra, criou-se um entendimento extremamente equivocado e deturpado acerca dele, sendo que esse entendimento, após reproduzido, acabou se tornando uma verdade.

Convencionou-se socialmente que “assumir seu lugar de fala” estaria relacionado com a possibilidade de pessoas trans* falarem, e somente estas poderem falar, sobre pessoas trans*; de pessoas negras falarem, e somente estas poderem falar, sobre pessoas negras; de pessoas com deficiência falarem, e somente estas poderem falar, sobre pessoas com deficiência, e assim por diante. Ora, em se tratando de um conceito que tem por principal característica possibilitar o acesso à fala àquelas pessoas que foram secularmente infantilizadas, ou seja, aquelas que tiveram cerceada a possibilidade de falar, por qual motivo ele permitiria que somente pessoas que se percebem de um mesmo grupo possam falar sobre seus pares? Lugar de fala não estaria se tornando, ao invés de um conceito que garante o exercício da fala, um que inviabiliza tal possibilidade?

Na realidade, lugar de fala não tem a ver com falar, mas com discursar. Sim, o verbo é outro.

Quando utilizamos aqui a palavra “discurso”, assim como a utilizamos tantas vezes ao longo de nosso texto, não estamos simplesmente considerando seu significado, que se relaciona com uma mensagem que emprega a linguagem para explicitar determinadas ideias ou para discorrer sobre esse ou aquele assunto. O termo “discurso”, aqui, é o mesmo utilizado e destrinchado por Michel Foucault (2014^a) em *Microfísica do poder*, em que o autor defende que o discurso pode ser comparado a um sistema que dá base de sustentação ao imaginário social – construção/convenção social –, exercendo poder e controle sobre determinado grupo.

Essa noção é necessária para que possamos barrar o ciclo de autorização discursiva, ou seja, daquele processo que nos permite falar em determinados momentos, ou que ainda nos impede de falar, nos retirando o direito à palavra.

Assim, o lugar de fala possui total ligação com os locais de poder. Na realidade, com o reconhecimento dos privilégios que possibilitam a criação desses locais.


Quando assumo o meu lugar de fala, eu, primeiramente, analiso, enquanto pessoa, o contexto em que me insiro. Nessa análise, reconheço todos os privilégios do qual eu gozo – homens cis gays reconhecem o privilégio de possuírem uma identidade de gênero masculina, assim como homens negros; mulheres brancas reconhecem o privilégio de serem de uma cor que não é racializada, ao contrário das mulheres negras. Após realizar essa análise, percebo de que maneira ela reverbera nas relações em que nos inserimos, incluindo os tipos de relações que eu mantenho, chegando a uma análise do contexto social. Nesse ponto, tenho a possibilidade de analisar o contexto de pessoas que vivenciam uma realidade distante da minha, as opressões sofridas por elas, bem como os possíveis privilégios de que elas gozam para que, por fim, eu possa falar sobre elas.

Devemos frisar que o exercício do lugar de fala não tem nada a ver com representatividade. O filósofo Mario Sergio Cortella, de maneira muito pedagógica, explica a diferença entre esses dois pontos. Segundo Cortella (2020), enquanto um homem branco, ele não pode falar de pessoas trans*, de pessoas negras, de pessoas indígenas. Não pode falar “de”, pois, ao usar essa preposição, ele estaria dando a entender que está em determinado lugar e que fala a partir “de” lá. Contudo, ele pode falar “sobre” determinado grupo. Falar sobre as pessoas idosas, sobre as mulheres e sobre as pessoas com deficiência. Com o uso do termo “sobre”, emerge o entendimento de “acerca”, ou seja, ele fala acerca de uma realidade da qual ele tomou conhecimento, seja pelo convívio, seja pela pesquisa, instrumentos necessários para que ele pudesse compreender aquela realidade e falar “sobre” ela. Assim, lugar

de fala e representatividade são opostos. Ao assumir seu lugar de fala, depois de compreender o seu contexto, ou seja, de onde você parte com sua análise, você tem a possibilidade de falar sobre o contexto de outra identidade. Representatividade tem a ver com falar “de”, pois para representar você precisa sentir na pele todas as emoções, as dores e as opressões sofridas por aquela identidade.

O lugar de fala é um antídoto necessário contra todos os mecanismos de violência e de opressão. É um facilitador da inclusão, independentemente dos cenários e dos contextos. É possibilitar que as pessoas lutem pelos seus direitos, mas também que lutem pelos direitos de outras pessoas, após compreender suas existências.

DIVERSIDADE É SEMPRE O AMANHÃ!



“Exu matou o pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje”. Talvez essa seja uma das frases mais simbólicas que existem, não só dentro da umbanda, mas em todo o conhecimento popular.

Anteriormente reservada às pessoas conhecedoras da religião brasileira de matriz africana, a sentença foi popularizada pelo cantor e compositor Emicida durante as gravações do documentário *AmarElo* – lançado e produzido pela Netflix, em parceria com o Laboratório Fantasma, no ano de 2020 –, que ocorreram no Theatro Municipal de São Paulo. O documentário é um marco, não só na carreira do artista, do teatro ou da Netflix, mas na história das produções cinematográficas. *AmarElo* realiza um entrelaçamento entre passado e presente, focando a luta de inúmeras pessoas negras que arregaçaram suas mangas, ocuparam as ruas e a academia e lutaram para que as futuras gerações pudessem desfrutar de um horizonte um pouco mais aberto à sua frente.

Mas voltemos à frase: “Exu matou o pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje”. Há uma perversa estigmatização em torno da figura de Exu, muito por conta das religiões cristãs que propagam inverdades acerca de

outras denominações que não sigam a sua tradição. Existe um discurso de que Exu, na realidade, seria uma figura demoníaca, o que não é um fato. Exu é uma das principais entidades de religiões de matriz africana, como o candomblé ou a umbanda. O orixá possui essa grandeza pelo fato de ser o responsável por fazer a ligação entre aquilo que é humano e aquilo que é divino. Exus são chamados para tratar de situações complexas, auxiliar pessoas que estejam com problemas espirituais, além de realizarem limpezas energéticas.

Quando ouvimos ou lemos que o orixá matou um pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje, um verdadeiro nó surge em nossas cabeças. O ditado iorubá, no entanto, é bem simples de compreender e extremamente significativo: quando Exu joga uma pedra por trás de seu ombro e mata um pássaro que está voando no dia anterior, a entidade reinventa o passado. Assim, torna-se possível que as coisas sejam recomeçadas, reinauguradas, refeitas a qualquer momento. Porém, devemos lembrar que, para refazer algo, primeiro é preciso desconstruir aquilo que está posto, que está ocupando o lugar atual. Imagine que você possui uma casa e quer construir outra completamente diferente, mas no mesmo terreno. Antes de começar a nova obra, o primeiro passo é demolir a casa antiga, retirar todos os entulhos e limpar o espaço, para que então a nova obra possa começar.

Uma outra frase, nem tão conhecida assim, mas que possui expressiva ligação com essa que acabamos de esmiuçar, é aquela proferida por uma das pessoas autoras que escrevem este livro e que se tornou seu grande lema. “Diversidade é sempre o amanhã” simplesmente saiu da boca de William durante sua participação em um evento, sem qualquer tipo de análise mais aprofundada acerca disso. No entanto, era evidente que ela carregava uma força, uma presença bastante imponente, e por isso queremos compartilhá-la agora com vocês.

Pense: o que é o amanhã? O que ele representa? Qual é a primeira coisa que vem à sua cabeça quando esse questionamento é feito? Muito provavelmente, na primeira indagação, a resposta mais rápida a surgir é: o amanhã. E, não, não está errado. De fato, o amanhã é o amanhã. Mas o que isso significa?

Mais uma vez, vamos pedir auxílio à prática estruturalista da análise da linguagem e partir para a sua etimologia. O termo “amanhã” se relaciona com aquilo que está em uma época futura indeterminada, ou ainda no dia seguinte ao presente.

E o “presente”, o que vem a ser?

Presente é aquilo que se encontra ou está à vista em determinado lugar. Nós estamos avistando, mas ainda não estamos lá. Por conta desse “distanciamento”, talvez nós saibamos o que seja, talvez não. Possivelmente, começemos a criar algumas expectativas a respeito daquilo, mas ainda não nos é possível estabelecer nenhuma certeza. Talvez não consigamos saber tudo aquilo, todas as partes que compõem esse determinado ser, objeto, essa coisa que está distante de nós, mas da qual distinguimos algumas partes.

E entre este espaço que ocupamos agora e o espaço onde está esse objeto que avistamos, o que existe?

Um distanciamento. Uma lacuna. Um vazio. E, para que possamos ter certeza daquilo que achamos que estamos avistando, é preciso que avancemos, que nos desloquemos.

Diversidade é isso, esse deslocamento necessário neste vácuo inconcluso, impalpável, disforme. E perceba que, olhando para esse horizonte, quanto mais caminhamos, na tentativa de nos aproximarmos, menos o distanciamento diminui. Olhamos para esse ponto lá no infinito, e ele nunca chega até nós. Ele está lá, sem certezas, sem concretudes, mas ele está lá, assim como o caminho que tende a correr por debaixo de nossos pés enquanto nos deslocamos, e nesse deslocamento, na tentativa de alcançar o inalcançável, vamos conhecendo e reconhecendo outras paisagens, outros trajetos, outras possibilidades.

Essa inalcançabilidade, esse trajeto sem fim, torna-se expresso na frase por meio da palavra “sempre”. Por que a diversidade é “sempre” o amanhã? “Sempre” nos possibilita algumas significações, porém todas bastante próximas. Na totalidade do tempo, eternamente, perpetuamente; a cada instante, sem exceção; constantemente, continuamente. A diversidade é “sempre” justamente porque ela não possui fim.

E, já que estamos fazendo o caminho inverso, de trás para a frente, chega a hora de analisarmos o “é”.

O que “é” é?

“É” vem do verbo “ser”.

“Ser”, por sua vez, tem a ver com identidade, com uma característica ou uma propriedade intrínseca, ou ainda é algo que se apresenta em determinada condição ou situação.

Mas, se diversidade “é” sempre o “amanhã” – e se esse “amanhã”, como vimos, não é bem definido, não é concreto, não possui uma forma estabelecida –, diversidade, então, seria um não ser. Como que, ao falarmos de diversidade, algo completamente inerente às pessoas, ela pode ser considerada como “não sendo”?

É porque a diversidade não é. Ela existe.

Pense na sua concepção acerca de estabelecimento de “vida” – intrauterina ou após o parto. Quando uma ou outra ocorre, qual é a primeira coisa que acontece conosco? Muito além de todos os mecanismos biológicos que estão ligados a esse processo, a primeira coisa que ocorre conosco é existir.

Exato, muito antes de sermos alguém, de nos tornarmos alguém, nós existimos, nós precisamos existir. Caso não existamos, nós nunca poderemos “ser” alguém. E o próximo passo após o “existir” não seria o de se tornar alguém, ou seja, “ser” – e, sendo, estabelecer uma identidade? Sim, não ou depende.

De uma maneira bem sintética, o conceito de identidade, indo além de sua representatividade etimológica, guarda em si duas significações. A primeira está ligada à questão da unidade (HEIDEGGER, 2018), e não da unidade enquanto medida, mas da unidade enquanto aquilo que é único. Assim, essa unidade é aquilo que nos singulariza, que nos torna pessoas únicas no mundo. A segunda está ligada ao conceito, também heideggeriano, de comunalidade, ou aquilo que o autor chama de comum-pertencer – esse pertencimento àquilo que é comum, esse senso de relacionalidade. Costumamos dizer que a pessoa “A”, a pessoa “B” e a pessoa “C” se identificam com determinada coisa, isto é, elas possuem esse senso de comum-pertencimento que, na sua relação, as aproxima.

Ainda assim, precisamos lembrar que essa identificação enquanto comunalidade não é obrigatória em todos os campos de nossas existências. Devemos lembrar, por exemplo, que a identidade de gênero traz a noção de identificação acerca de determinado gênero, e nós podemos não querer nos identificar, conforme apontamos anteriormente, quando abordamos a questão das pessoas queer. Porém, como pessoas que possuem, a sua grande maioria, a necessidade de estabelecer relações, mesmo pessoas queer podem se identificar com outras questões, com outros aspectos, em outras relações.

Quando trazemos esse destaque acerca das pessoas queer, automaticamente lembramos que, diferentemente delas, muitas outras se identificam com determinado gênero. E aqui se estabelece uma diferença. O mesmo acontece, por exemplo, quando percebemos que, entre uma pessoa lésbica e uma pessoa assexuada, existe uma diferença em relação à orientação afetivo-sexual. Entre uma pessoa do Marrocos e uma pessoa da Tanzânia, existem diferenças culturais expressivas.

Em somente três exemplos, podemos observar os diversos tipos de diferença que existem. Com o auxílio de Avtar Brah, socióloga nascida na Índia, crescida na Uganda, criada também nos Estados Unidos e, posteriormente, tornada cidadã britânica, vamos identificá-las.

DIFERENÇA COMO EXPERIÊNCIA

Avtar Brah parte da compreensão deleuziana acerca da experiência. Para Deleuze, somente a experimentação, e não a reflexão, vai produzir, de alguma forma, o acontecimento, sendo que, a partir daí surge o pensamento. Deleuze afirma que nós pensamos o mundo por meio das experimentações, e não das reflexões.

Experimentações vêm de experimentar.

Experimentar traduz o ato de submeter à experiência.

A experiência, por sua vez, pode ser compreendida como qualquer conhecimento obtido por meio dos sentidos. Ou seja, a “experiência” é um

processo de significação, e é condição para a constituição daquilo que chamamos de “realidade”.

Assim, podemos concluir que a experiência é o lugar da formação das pessoas. A forma como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia conforme ela o experimenta, como ela é culturalmente construída e como ela culturalmente o constrói.

DIFERENÇA COMO RELAÇÃO SOCIAL

Como destacamos anteriormente, diferença e comunalidade são signos relacionais que, juntos, constituem a identidade grupal. Contudo, Brah (2006) atenta para o fato de que devemos distinguir formações sociais e relações sociais. Formações sociais estão ligadas ao conceito de local, enquanto relações sociais são todos os tipos de relações baseadas nas construções sociais.

As relações, na qualidade de construções, são fenômenos que podem, ou não, interferir nas experiências pessoais, bem como podem sofrer a interferência destas. Na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida (experimentada na singularidade) não habita espaços mútua e necessariamente exclusivos.

DIFERENÇA COMO SUBJETIVIDADE

A subjetividade é o lugar onde as coisas e as relações ganham sentido. É o lugar onde se estabelecem o vir a ser, o processo, as significações. Sendo esse lugar, podemos afirmar que a subjetividade abriga os aspectos sociais e subjetivos e, dessa forma, estrutura e é estruturada pelas diferenças.

DIFERENÇA COMO IDENTIDADE

A identidade trazida por Brah (2006) é aquela mesma que apresentamos com base em Heidegger. A autora aprofunda o conceito e o relaciona com as diferenças ao reconhecer que as questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Ao lembrarmos que a identidade possui sua singularidade – unidade – e sua relacionalidade – comum-pertencer –, no instante em que ela se coloca em relação, surgem experiências de vida, vividas nas relações sociais, que produzem, mas que não simplesmente espelham, a experiência do grupo.

Seja na singularidade, seja na comunalidade, as diferenças existem desde que existimos, pois são elas, inclusive, que nos tornam, que nos possibilitam ser quem somos.

Devemos lembrar que há uma lacuna gigantesca, ao mesmo tempo muito sutil, entre diferença e diferenciação. Gigantesca se partimos de uma perspectiva analítica profunda no que se refere ao estabelecimento de relações sociais. Sutil quando observamos que essas mesmas relações produzem vieses inconscientes, baseados em construções sociais, tão perversos que são reproduzidos por todas as pessoas o tempo todo.

As diferenças existem e enriquecem a vida, as relações.

Diferenciar é assumir uma autoridade que não nos pertence e dividir, segregar, oprimir.

Enquanto não nos encontrarmos com nosso preconceito, enquanto não nos colocarmos frente a frente com nossos julgamentos, enquanto não nos percebermos como pessoas opressoras, enquanto não matarmos o pássaro de ontem com a pedra que só jogamos hoje, talvez nunca consigamos compreender o verdadeiro sentido da diversidade. Precisamos desse exercício diário para que possamos tirar a diversidade de trás de nós, onde não a percebemos, onde, quando nos lembramos de sua existência, temos que virar a cabeça para poder olhar para trás. Nesse ato, materializamos o fato de que não é algo natural, de que é algo que exige um esforço para que possa ser percebido.

Já que temos que nos esforçar, que nos esforcemos, então, para levá-la para a frente, no amanhã. No horizonte amplo e grandioso que cresce a cada instante e que exige de nós um exercício ininterrupto de deslocar-se.

Temos muito a caminhar para que um dia possamos perceber a existência da diversidade. Mas lembremos que toda caminhada se inicia em um primeiro passo.

D-I: DI

V-E-R: VER

S-I: SI

D-A: DA


D-E: DE

DIVERSIDADE: refere-se à “existência”, enquanto singularidade, percebida nas diferenças.




POSFÁCIO

NOSSO CAMINHAR: PARA ONDE VAMOS?



Este livro traz em sua essência a instrumentalização acerca do tema “diversidade”, com o objetivo de obter um melhor entendimento, até então não conquistado, mesmo que o debate esteja muito em voga atualmente em diferentes ambientes – sociais e profissionais. Permite, assim, aprofundar e compartilhar os conhecimentos sobre o assunto, adotando uma perspectiva social, possibilitando reflexões em variados espaços da vida e do dia a dia das pessoas, potencializando-as no processo de construção da consciência crítica. Desse modo, pode-se respeitar, compreender e se posicionar sem amarras, com mais liberdade e autonomia.



Com esta obra, buscamos abrir as portas, até então em muitas situações ainda trancadas, para a diversidade, propiciando uma construção social mais equânime, justa e plena, indo além do respeito e alcançando a compreensão das diferenças. Um ambiente em que há tal compreensão e respeito viabiliza a remoção das barreiras da discriminação, das fobias e da intolerância, proporcionando espaços sociais diversificados e inclusivos, sem estigmas e estereótipos, sem padrões, sem convenções sociais, em prol da integralidade humana.

Todas as pessoas têm a ganhar com a diversidade – de comportamentos, características, ideias, existências, vivências e posicionamentos. Compreender e lutar pela diversidade e pela inclusão, por uma sociedade mais equânime, é mais do que uma questão de reparação histórica, é a chave para o crescimento pessoal e profissional, pois diferentes vozes levam a discussões mais enriquecedoras, a ideias inovadoras e, conseqüentemente, a uma sociedade melhor para todas as pessoas. Uma sociedade que permita um tratamento justo e igualitário quanto às oportunidades, tendo a diversidade representada em todos os níveis.

A diversidade simboliza a sociedade em sua pluralidade, e ela está por toda a parte, pois somos compostos de pessoas de diferentes histórias, culturas, crenças, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero, não identidades, gerações, classes sociais e quantas outras diferenças possam surgir. A beleza do mundo é criada e está nessas diferenças. Sentir-se pertencente, se reconhecer em um lugar – o que significa ter uma conexão, fazendo com que você acredite que pode ser você, em sua plenitude, sem medo, entendendo-se como parte da beleza do mundo –, é essencial.

Temos muito a compartilhar ainda sobre o tema “diversidades”, pois a ótica voltada à perspectiva social no ambiente corporativo também faz emergir a necessidade de reflexões, debates, possibilitando melhores potencializações e compreensões para a construção da conscientização crítica, pois aplicar a diversidade nas organizações vai muito além do respeito ao diverso. É fundamental ter em mente que uma equipe com diversos perfis se torna mais rica em talentos, melhora os resultados e contribui para o sucesso organizacional.

Será que a sua organização, o ambiente no qual você trabalha, entende a importância da diversidade?

As organizações que investem fortemente em uma equipe diversa, principalmente em um país em que há pluralidade, no qual as diferenças são respeitadas, automaticamente minimizam os conflitos e possibilitam um maior engajamento das pessoas colaboradoras. Conseqüentemente, isso afetará positivamente o sentimento de per-

tencimento e a convivência no ambiente organizacional, gerando mais produtividade, criatividade e inovação.

Abordar as diversidades nas organizações ainda é um fator que gera muitas dúvidas e inseguranças não só para quem realiza a gestão, mas para a coletividade, pois há a necessidade da mudança de paradigmas por meio de uma nova cultura, do mindset e dos processos para garantir as mesmas oportunidades a todas as pessoas – principalmente as que sofreram com um histórico de opressão por comportamentos discriminatórios. Isso reforça o código de conduta de respeito ao ser humano em sua integralidade, por meio da comunicação, com as campanhas educativas de conscientização, a formação das pessoas colaboradoras e até mesmo as dinâmicas e palestras que trabalhem a inclusão no contexto das organizações contemporâneas.

Organizações complexas, além de proporcionar ambientes mais humanizados e abertos à compreensão das diferenças, que nos tornam pessoas únicas, têm a iniciativa de buscar consolidar os conhecimentos da diversidade por meio de pensamento estratégico vinculado à gestão de pessoas, criando programas que realizem as ações mais adequadas às suas necessidades, em busca de estimular a diversidade e a inclusão. Essas iniciativas devem se iniciar por meio da comunicação interna junto às pessoas colaboradoras, se estendendo a todos os processos que a gestão de pessoas desenvolve, ou seja, desde o processo de recrutamento e seleção até a forma como as suas lideranças encorajam e interagem com quem lideram.

O foco nos programas de diversidade nas organizações será o conteúdo da nossa próxima obra. Nela, compartilharemos com vocês conhecimentos, discussões e reflexões sobre estratégias, métodos e processos para a construção de uma organização inclusiva – para o desenvolvimento da compreensão acerca da existência das diversidades enquanto grupos minorizados e da necessidade do estabelecimento de relações equânimes, identificando a própria subjetividade e a subjetividade de outras pessoas, transpassando fronteiras individualistas, de modo que isso possibilite práticas mais justas, cooperativas e equânimes dentro do escopo organizacional e social.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 151 p. (Coleção Feminismos Plurais, coordenação de Djamilia Ribeiro).

AMAT, A. F. et al. Heterossexual, ¿qué es eso? Percepciones sobre identidades sexuales en educación secundaria. **Revista de Investigación Educativa**, Salamanca, v. 36, n. 1, p. 93-108, 2018.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Boletim no 01/2021: assassinatos contra travestis e transexuais em 2021. **Antra**: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, [S. l.], n. 1, s. p., 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, H. dos S. de. **Educação étnico-racial e relações de diversidade na infância: dimensões de identidade e alteridade**. 2015. 54 f. Monografia (Especialização em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e Gênero) – Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BACCEGA, M. A. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 13, p. 7-14, set./dez. 1998.

BARRETO, A.; MANICA, D.; ZANETI, J.; ARAÚJO, L.; CARRACA, S. (org.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade da CLAM**. Disciplina 1 – Diversidade, Diferença e Desigualdade. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010.

BATISTA, F. H. A.; GALELLI, A. O comprometimento organizacional e a teoria das gerações: um estudo de caso em uma empresa metalúrgica na Serra Gaúcha. **GEINTEC**, São Cristovão, v. 4, n. 1, p. 650-664, 2014. ISSN: 2237- 0722.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTENCOURT, A. C. R.; SANTOS, C. G. dos; TRINDADE, A. Jr. P. da; ROCHA, K. dos S. R. Diversidade cultural: um estudo de caso a partir dos ingressantes do curso de Letras-Língua Portuguesa/UFMT-CUR. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 8, n. 16, p. 72-83, out./dez. 2019.

BORGES, A. L. V. Relações de gênero e iniciação sexual de mulheres adolescentes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 597-604, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. **Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As duas fases da história e as fases do capitalismo. **FGV**, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8081>. Acesso em: 14 fev. 2022.

- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.
- CANAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.
- CANAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 240-255, jul. 2011.
- CANEN, A. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. **Comunicação & Política**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 91-107, jan. 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.
- CASTELLS, M. **Le pouvoir de l'identité**. Paris: Fayard, 1999.
- CAZARRÉ, M. A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015. **Brasileiros**, São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015/>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- CEPELLOS, V.; TONELLI, M. J. Envelhecimento profissional: percepções e práticas de gestão da idade. **Alcance**, Biguaçu, v. 24, n. 1, p. 4-21, 2017.
- CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.
- CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan. 2017.
- COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011.
- CORALINA, C. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2014.
- CORTELLA, M. S. **A diversidade: aprendendo a ser humano**. São Paulo: 3DEA, 2020.
- COSTA, R. G. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 94-120, jun. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222009000100006>.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, [S. l.], n. 1, article 8, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (org.). Of the public nature of private violence. Nova Iorque: Routledge, 1994. p. 93-118. [Também publicado em: **Stanford Law Review**, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1994.]

CROSS, E. Y. Making the invisible visible. **Healthcare Forum**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 28-32, 1992.

DIVERSIDADE? Intérprete: Lenine. Compositores: Lenine. In: TRILHAS. **Intérprete**: Lenine. [S. l.]: Universal Music, 2010. 1 CD, faixa 10.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. Tradução: A. Cabral. São Paulo: Unesp, 2018. v. 1.

ENGELS, F. **El origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado**. Buenos Aires: Claridad, 1884.

FABIO, A. di. Positive relational management for healthy organizations: psychometric properties of a new scale for prevention for workers. **Frontiers in Psychology**, [S. l.], v. 7, p. 1-9, 13 out. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01523>.

FARIA, E. de; SOUZA, V. L. T. de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 35-42, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/04.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 277-293.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2014b v. 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014c.

FRANCO, L. **Violência contra a mulher**: novos dados mostram que “não há lugar seguro no Brasil”. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 21 out. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Ega, 1996.

FREIRE, S. 81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros. **Poder 360**, [S. l.], 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FREITAS, K. B. de. **Diversidade étnico-racial no ambiente escolar: percepção e atuação de professoras de uma escola municipal na cidade de Campina Grande/PB**. 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2006.

G1. 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GANDRA, A. Aumentam casos de violência contra pessoas idosas no Brasil. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-06/aumentam-casos-de-violencia-contrapessoas-idosas-no-brasil>. Acesso em: 2 ago. 2021.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Psicologia, sexualidade e deficiência: novas perspectivas em direitos humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 850-863, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-370000552013>.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.

GOMES, N. L. Educação e identidade negra. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://www.formacaocaleidos.com.br/files/Educacao-e-Identidade-Negra.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do (org.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, N. L. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, set. 2012.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], s. n., p. 223-244, 1984.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GUATTARI, F. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: 34, 1993. p. 177-191.

GUIMARÃES, M. de F. Percurso no pensamento e na prática dos feminismos: introdução à abordagem de gênero. **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 1, n. 1, p. 2-20, jun. 2002.

HABERMAS, J. **On the pragmatics of communication**. Edição de: Maeve Cooke. Cambridge, MA: The MIT Press, 1988.

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020. 258 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEIDEGGER, M. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HELAL, D.; SILVA, R. A. da. Ageísmo nas organizações: um estudo em uma rede de distribuição de autopeças na região Nordeste. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 22., nov. 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PPGA/FEA/USP, 2019. p. 1-16.

HEMMINGS, C. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan. 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios amostra.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

IRVING, P. O envelhecimento da força de trabalho. **Ser Universitário**, [S. l.], 17 jun. 2019. Disponível em: <https://www.seruniversitario.com.br/mercado-trabalho/o-envelhecimento-da-forca-de-trabalho>. Acesso em: 20 ago. 2021.

JESUS, J. G. de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, São Paulo, v. 16, p. 101-123, 2014.

KILOMBA, G. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. 4. ed. [S. l.]: Unrast Verlag, 2012.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831998000200007>.

LALONDE, R. N.; GARDNER, R. An intergroup perspective on stereotype organization and processing. **British Journal of Social Psychology**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 289-303, jun. 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/230102220_An_intergroup_perspective_on_stereotype_organization_and_processing. Acesso em: 10 out. 2021.

LEAL, A. dos S. Introdução à reflexão histórica do contexto da diversidade cultural no Brasil e a manifestação da diversidade no ambiente escolar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUA, 2013.

LOBO, A. L. M. O conceito de “diferente” no processo de inclusão e sua relação com os diversos segmentos sociais. **Psicopedagogia**, São Paulo, v. 20, n. 61, p. 72-75, 2003.

LODEN, M.; ROSENER, J. **Workforce America! Managing employee diversity as a vital resource**. Homewood: Irwin, 1991.

LORDE, A. **Textos escolhidos de Audre Lorde**. [S. l.]: Difusão Herética, 2009. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

MANDELA, N. **Long walk to freedom: the autobiography of Nelson Mandela**. Londres: Back Bay Books, 1995.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300005>.

MELLO, A. G. de. **Gênero, deficiência cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. 260 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000300003>.

MORAVCSIK, J. **Platão e platonismo: aparência e realidade na ontologia, na epistemologia e na ética**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MUNANGA, K. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento: Revista de Educação**, Niterói, s/p, 2013. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront>.

net/33633992/Diversidade_Etnicidade_Identidade_e_Cidadania-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1645212008&Signature=FvYLi7BfidGG45mgQK6NaB8M-CI4QvoVUN7pi92fAFmaMq~HK-GBErrQcR2sdwLrzp0EWs4hiaF3P5m9cbSOG-DPIrkg-xEFiLLPSOdcbgG3c3~nQU9vHoaJ0iXnygrFFTHelFOyOOMPX41UB~-FHEou-OT5ot02IqAxvurXJffcZoAJLzHfsCS56pEfof-tesv3OENhs0jiMHucEW4fi-ZaQe4Mmydz3LvNVTJpTESfuVAwTZQgf4Hu0eXsqjWQl1rJKivb0~YFWNLrF-QxhiuGgahrtZmjrlGFjPaz0xXlozMpuLvQmQZim8sDejPINxw3p~GxJ6sMu9Yfw-J-KB0KjFw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 set. 2021.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERI, A. L. Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. In: NERI, A. L. (org.). **Psicologia do envelhecimento**. São Paulo: Papirus, 1995. p. 13-40.

OLINTO, M. T. A. Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 161-169, 1998.

OLIVEIRA, A. M. A psicologia de Platão: sobre a teoria da psyché (alma) humana no diálogo Fedro, a partir das categorias do apolíneo e do dionisíaco. **Plêthos**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 176-196, jan. 2012.

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020.

O que é o que é? Intérprete: Gonzaguinha. Compositores: Gonzaguinha. In: **CAMINHOS do coração**. Intérprete: Gonzaguinha. [S. l.]: Emi-Odeon Brasil, 1982. 1 LP, lado A, faixa 1.

PARANHOS, W. R. **A confissão de fé das identidades trans de Balneário Camboriú**: qual o reflexo da vivência do “divino” na construção de suas subjetividades?. 2016. 38 f. Monografia (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Instituto de Estudos de Gênero, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PARANHOS, W. R. Rodas de conversa “Fazendo Gênero” – um espaço necessário para a desconstrução. In: FREITAS, D. L. R. de; PAIVA, L. L. G.; FERNANDES, C. R. de F. (org.). **Amplamente**: gênero e diversidade. Natal: Amplamente, 2020. v. 1, p. 96-111. E-book.

PARANHOS, W. R. [Sem título]. In: WEBINÁRIOS ECOS DO CONGRESSO – PESQUISA LGBTI+, 20 jul. 2021, [S. l.]. **[Trabalhos apresentados]**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6c4L1F8ilxl&t=883s>. Acesso em: 20 set. 2021.

PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V.; LAPOLLI, É. M. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, p. 1-14, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200684>.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, J. M.; MELLO, S. C. de; OLIVEIRA, V. B. F. de. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 132-138, 2005.

PENNA, C. **Inconsciente social**. [S.L.]: Casa do Psicólogo, 2014. 488 p.

PEREIRA, T. T.; SIERRA, J. C. Uma ficção biológico-conservadora: discursos de ódio contra as dissidências sexuais e de gênero e seus impactos na educação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 39-56, 2020.

PIVA, E. do C. dal. Diversidades: todos somos um. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC-PR, 2017. p. 4699-4715.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 134 p.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro).

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009.

SABBAG, E. C. P. de A. **Envelhecimento nas organizações: práticas de diversidade etária como estratégia e inovação**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração – Gestão para a Competitividade) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

SAFFIOTI, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 71-75, out. 2000.

SANTOS, B. de S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SANTOS, B. de S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 174 p.

SANTOS, G. A. dos. Envelhecimento bem-sucedido, cultura e personalidade. In: SANFELICE, G. R.; BASSANI, P. S. (org.). **Diversidade cultural e inclusão social**. Novo Hamburgo: Feevale, 2020.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 97-118.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000100010>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Tradução: Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 1999.

SIERRA, J. C.; CÉSAR, M. R. de A. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 35-51, 2014.

SIERRA, J. C.; CÉSAR, M. R. de A. A criança queer no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 47-60, 2016.

SIMMEL, G. L'individualisme. In: **Philosophie de la modernité**. Paris: Payot, 1989.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

THOMAS, D. A.; ELY, R. J. Making differences matter: a new paradigm for managing diversity. **Harvard Business Review**, [S. l.], set./out. 1996. Disponível em: <https://hbr.org/1996/09/making-differences-matter-a-new-paradigm-for-managing-diversity>. Acesso em: 20 ago. 2021.

THORNBERRY, P. **Minorities and human rights law**: a minority rights group report. [S. l.]: British Library, 1991.

TORRES, C. V.; VASQUES-MENEZES, I.; PRESOTTI, L. Cultural diversity and inclusion in organizations: state of the art and challenges. In: NEIVA, E. R.; TORRES, C. V.; MENDONÇA, H. (ed.). **Organizational psychology and evidence-based management**: what science says about practice. Cham: Springer, 2017. p. 227-242.

TUNG, R. L. Managing cross-national and intra-national diversity. **Human Resource Management**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 461-477, 1993.

VILELA, Pedro Rafael. Casos de violência contra indígenas aumentam 150% no primeiro ano de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, Brasília, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/30/casos-de-violencia-contra-indigenas-aumentam-150-no-primeiro-ano-de-bolsonaro>. Acesso em: 2 ago. 2021.

VOVELLE, M. A Revolução Francesa e seu eco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 15-45, 1989.

XAVIER, G. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

YAGO, D. F. Problemática e rumos do campo LGBT* nas organizações. In: CAMILO, J.; FORTIM, I.; AGUERRE, P. (org.). **Gestão de pessoas**: práticas de gestão da diversidade nas organizações. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



ÉDIS MAFRA LAPOLLI – Mulher. Doutora e mestre em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado em sistemas de informação pela Université de Montpellier II (Sciences et Techniques du Languedoc – França). Engenheira civil, pesquisadora, professora e coordenadora da área de concentração em Gestão do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) da UFSC. Terapeuta. Consultora organizacional nas áreas de: gestão do capital

humano, desenvolvimento do potencial humano, aspectos comportamentais da gestão de pessoas, organizações saudáveis com foco na equidade e no equilíbrio do bem-estar dos colaboradores, no autoconhecimento, na inteligência emocional e social, empreendedorismo e inovação. Coordenadora de projetos da Editora Pandion. Líder do Grupo de Pesquisa Inovação em Ciência e Tecnologia (CoMovI), vinculado à UFSC/CNPq. Coordenou vários projetos de pesquisa e de extensão. É autora de livros, capítulos de livros e vários artigos em periódicos especializados e em anais de eventos nacionais e internacionais. Orientou dezenas de pessoas mestres e doutoras. edis pandion@gmail.com.



WILLIAM ROSLINDO PARANHOS – Primeiramente, BIXA e desconstrutora. Pessoa ativista em direitos humanos no Instituto Asú. Mestre em engenharia e gestão do conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela mesma instituição. Pessoa pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inovação em Ciência e Tecnologia (CoMovl) e do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (AFRODITE), ambos vinculados à UFSC/CNPq. Pessoa professora

universitária e conteudista, consultora, palestrante e (desin)formadora para organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Atuou em municípios catarinenses com formação continuada para mais de mil docentes da rede pública na área de diversidade e sexualidades na escola (ensino infantil ao médio). Possui experiência nas áreas de: integralidade humana, interseccionalidade, pedagogia crítica e transformadora, tecnologias contemporâneas de poder, diferenças e diversidade na escola, sexualidades na educação, formação docente, diversidades sexuais, diferenças e diversidade nas organizações, educação continuada em diversidade, organizações saudáveis. É pessoa autora de capítulos de livros, de artigos em anais de eventos e em periódicos nacionais e internacionais. williamroslindoparanhos@gmail.com



INARA ANTUNES VIEIRA WILLERDIND – Mulher. Cofundadora e líder de performance humana e organizacional do Instituto Asú. Pós-doutoranda, doutora e mestre em gestão do conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGEGC/UFSC). Graduada em administração. Possui formação em *mentoring*, *coaching* e *advice* humanizado ISOR®. Professora do curso de administração da UFSC. Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa Inovação em

Ciência e Tecnologia (CoMovl), vinculado à UFSC/CNPq. Escritora, organizadora e autora de livros, de capítulos de livros e de artigos científicos especializados. Conteudista, consultora, palestrante e transformadora para organizações públicas, privadas e do terceiro setor, com foco no desenvolvimento de pessoas voltado ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação, bem como na *performance* das organizações e do potencial humano em prol de organizações saudáveis, autoconhecimento, inteligência emocional e social. inara.antunes@gmail.com



editorapandion.com
facebook.com/editorapandion
instagram.com/editora_pandion
48. 99982 5258





O livro não é sobre uma população específica. Gays, lésbicas, mulheres negras, mulheres indígenas, pessoas trans estão em suas páginas e nos ajudam a (re)escrever o mundo. Embora essas populações povoem as linhas e capítulos, fiquei com a imagem da floresta, e não da árvore, em minha mente ao terminá-lo. Uma floresta povoada por seres de todas as cores, formas e desejos. Uma floresta bonita por sua diversidade.

Dra. Berenice Bento
Departamento de Sociologia/UnB